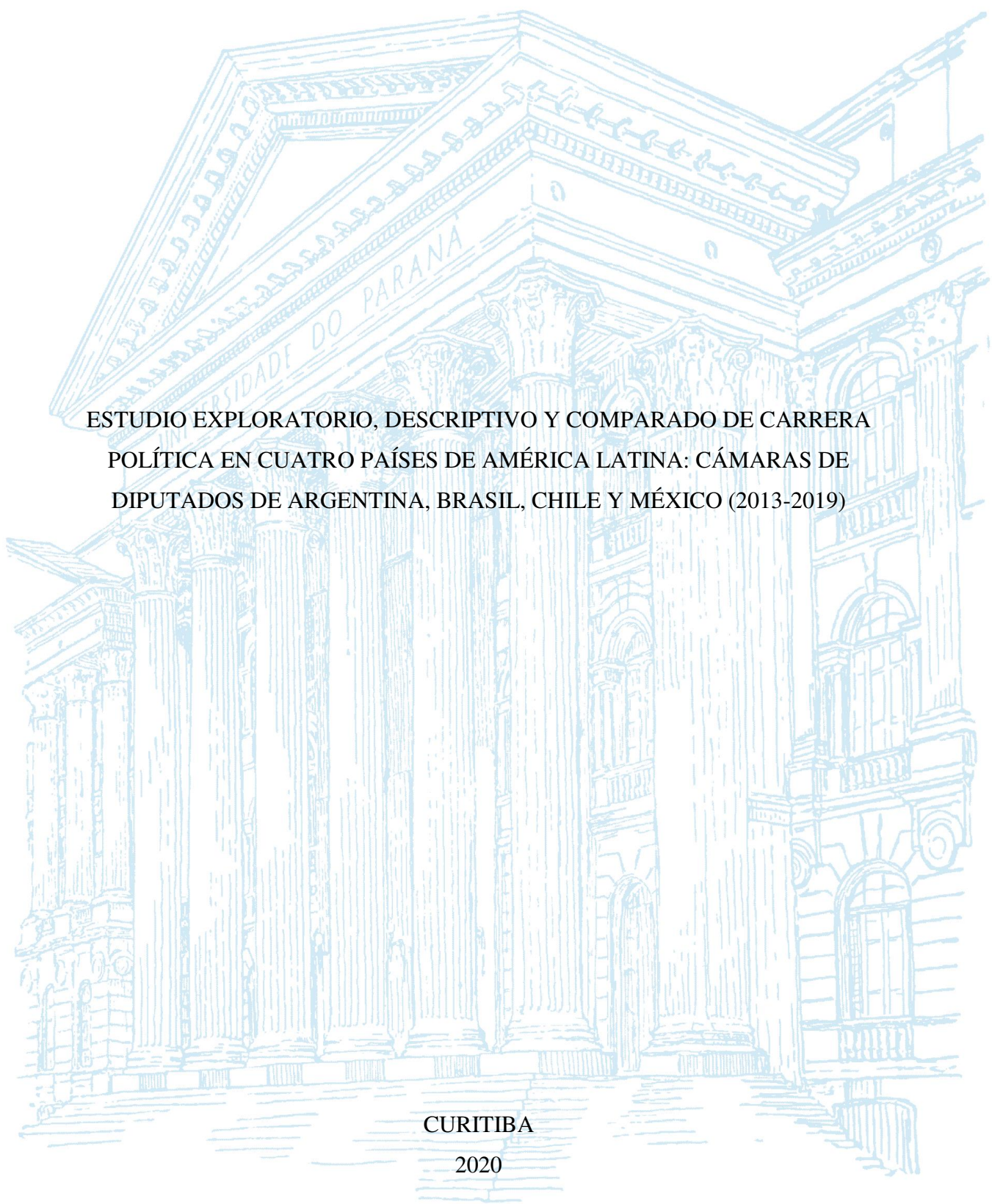


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JUAN FRANCISCO ARROM SUHURT



ESTUDIO EXPLORATORIO, DESCRIPTIVO Y COMPARADO DE CARRERA
POLÍTICA EN CUATRO PAÍSES DE AMÉRICA LATINA: CÁMARAS DE
DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

CURITIBA

2020

JUAN FRANCISCO ARROM SUHURT

ESTUDIO EXPLORATORIO, DESCRIPTIVO Y COMPARADO DE CARRERA
POLÍTICA EN CUATRO PAÍSES DE AMÉRICA LATINA: CÁMARAS DE
DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

Linha de Pesquisa: Elites Políticas

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Suhurt, Juan Francisco Arrom

Estudio exploratorio, descriptivo y comparado de carrera política en cuatro países de América Latina : Cámaras de Diputados de Argentina, Brasil, Chile y México (2013-2019) . / Juan Francisco Arrom Suhurt. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

1. Deputados – América Latina. 2. Câmaras legislativas. 3. Poder legislativo.
4. Ciência Política. I. Codato, Adriano Nervo, 1965-. II. Título.

CDD – 328.8109



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JUAN FRANCISCO ARROM SUHURT** intitulada: **ESTUDIO EXPLORATORIO, DESCRIPTIVO Y COMPARADO DE CARRERA POLÍTICA EN 4 PAÍSES DE AMÉRICA LATINA: CÁMARAS DE DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2018)**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Novembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

01/12/2020 13:12:30.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/11/2020 18:22:50.0

RENATO MONSEFF PERISSINOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/11/2020 20:15:35.0

MARIANA GENÉ

Avaliador Externo (UNIVERSIDAD NACIONAL DE SAN MARTÍN)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 64136

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 64136

DEDICATORIA

A mi esposa Liza Liana, a mis hijos Carlos, Laura y Luana.

A mi padre Felipe, a mi madre Edilia.

A mis hermanos y hermanas.

AGRADECIMIENTOS

A quienes en la lucha por la libertad y la democracia hicieron posible una Universidad Pública de alta calidad y prestigio como la Universidad Federal de Paraná (UFPR), que cumple una importante función social para el Estado de Paraná y el Brasil.

Al Prof. Dr. Adriano Codato. Un honor haberlo tenido como Orientador. Su excelencia profesional-académica y humana propiciaron enfrentar este arduo trabajo en un campo poco explorado: la pesquisa comparada de carrera y profesionalización política de países de América Latina desde la perspectiva de la sociología política.

A los miembros de la banca examinadora Profa. Dra. Mariana Gené, de la Universidad Nacional de San Martín (Argentina) y al Prof. Dr. Renato Perissinotto de la Universidad Federal de Paraná UFPR, por las valiosas observaciones que ayudaron a mejorar esta pesquisa.

Al Prof. Dr. Sérgio Soares Braga, con quien inicié las primeras pesquisas en la UFPR, en el Grupo de Pesquisa en Actores, Instituciones, Comportamiento Político y Nuevas Tecnologías (GEIST). Al Prof. Me. Luiz Domingos Costa, abnegado estudioso de las élites políticas que me inspiró en las primeras pesquisas conjuntas en el área.

A todos los profesores y colegas del Observatorio de Elites Sociales y Políticas del Brasil y del Núcleo de Sociología Política Brasileira (NUSP) de la UFPR con quienes he compartido valiosas pesquisas y experiencias. A los profesores y colegas de la Revista de Sociología y Política de la UFPR. A todos los profesores y trabajadores del Programa de Post-Graduación en Ciencia Política (PPGCP) de la UFPR.

A los colegas Liza Larriera Rojas, Bruno Fernando da Silva, Maiane Bitencourt y Amanda Sangalli, como colaboradores, y al Prof. Dr. Adriano Codato, como coautor, en la construcción del inédito Banco de Datos de esta disertación.

RESUMO

Esta pesquisa é exploratória, descritiva e comparada sobre a carreira política de deputados de quatro países latino-americanos. Busca analisar a carreira política dos deputados em exercício legislativo comum em 2017 na Argentina, Brasil, Chile e México, que abrangem legislaturas de 2013 a 2019. Que recursos de capital social e capital político caracterizam as carreiras desses deputados? Quais são as profissões predominantes? Qual é a participação feminina na legislatura? A ideologia é um diferencial na carreira desses deputados? Qual é a disposição das profissões para a carreira política? Qual é o tipo e a medida da profissionalização política? A ausência de estudos sistemáticos e comparativos das carreiras políticas na América Latina justifica este trabalho exploratório. Os quatro países selecionados para a pesquisa são aqueles com fontes de dados disponíveis. Eles estão entre as cinco principais economias da América Latina e têm contextos histórico-econômico-sociais e políticos semelhantes. Esta pesquisa é única em seu tipo, devido às variáveis estudadas e à abordagem prosopográfica na linha da sociologia política. Corpus empírico: N de 1390 deputados, Argentina N 257, Brasil N 513, Chile N 120 e México N 500. As variáveis do estudo são status social e político: profissão, educação, idade, sexo, partido e ideologia, cargos eleitos locais e nacional. Foram utilizados dois referenciais teórico-metodológicos: 1) Carreiras com vocação para a política, teste de Codato, Costa e Massimo (2014), a partir de cujos critérios foi aplicada uma codificação própria de Profissões, e 2) Teste de Eliassen e Pedersen (1978) para medir a profissionalização política. Os resultados revelam: i) carreiras com elevado nível educacional e social e predomínio de formação universitária em Direito, ii) predomínio de profissões anteriores de funcionários públicos, profissões liberais e empresários, iii) preeminência do tipo de disposição política média para a carreira política, segundo o critério Codato et al. (2014). Segundo o critério de Eliassen e Pedersen (1978) é estatisticamente significativo: iv) o primeiro índice de profissionalização política para os quatro países, mais alto no Brasil e Chile em relação à Argentina e México e v) inversamente, a profissionalização intelectual é maior na Argentina e no México em relação ao Brasil e Chile.

Palavras-chave: Carreira política. Profissionalização. Deputados. América Latina. Estudo Comparado.

ABSTRACT

This research is exploratory, descriptive, and comparative on the political career of deputies from four Latin American countries. It seeks to analyse the political career of the deputies in common legislative exercise in 2017 in Argentina, Brazil, Chile and Mexico, which include legislatures from 2013 to 2019. What resources of social capital and political capital characterize the career of these deputies? What are the predominant professions? What is the female participation in the legislature? Is ideology a differential in the career of these deputies? What is the disposition of the professions for the political career? What is the type and extent of political professionalization? The absence of systematic and comparative studies of political careers in Latin America justifies this exploratory work. The four countries selected for the research are those with available data sources. They are among the five main economies in Latin America and have similar economic-social and political historical contexts. This research is unique in its kind, due to the variables studied and the prosopographic approach in the line of political sociology. Empirical corpus: N of 1,390 deputies, Argentina N 257, Brazil N 513, Chile N 120 and Mexico N 500. The variables of the study are social and political status: profession, education, age, sex, party and ideology, local elective positions and national. Two main theoretical-methodological references were used: 1) Careers with a disposition for politics, test by Codato, Costa and Massimo (2014), based on whose criteria a proper coding of Professions was applied, and 2) Eliassen and Pedersen test (1978) to measure political professionalization. The results reveal: i) careers with high educational and social status and a predominance of university training in Law, ii) predominance of previous professions of public officials, liberal professions and businessmen, iii) pre-eminence of the type of average political disposition for the political career, according to the criterion Codato et al. (2014). According to the criteria of Eliassen and Pedersen (1978) it is statistically significant: iv) the First index of political professionalization for the four countries, highest in Brazil and Chile in relation to Argentina and Mexico, and v) conversely, intellectual professionalization is higher in Argentina and Mexico in relation to Brazil and Chile.

Keywords: Political career. Professionalization. Deputies. Latin America. Comparative Study.

RESUMEN

Esta pesquisa es exploratoria, descriptiva y comparada sobre la carrera política de diputados de cuatro países latinoamericanos. Busca analizar la carrera política de los diputados en ejercicio legislativo común en el año 2017 en Argentina, Brasil, Chile y México, que abarcan legislaturas del año 2013 a 2019. ¿Qué recursos de capital social y capital político caracteriza la carrera de estos diputados? ¿Cuáles son las profesiones predominantes? ¿Cuál es la participación femenina en la legislatura? ¿La ideología es un diferencial en la carrera de estos diputados? ¿Cuál es la disposición de las profesiones para la carrera política? ¿Cuál es el tipo y la medida de la profesionalización política? La ausencia de estudios sistemáticos y comparados de carrera política en latino-américa justifica este trabajo exploratorio. Los cuatro países seleccionados para la pesquisa son los que poseen fuentes de datos disponibles. Están entre las cinco principales economías de Latinoamérica y poseen contextos históricos económico-sociales y políticos similares. Esta pesquisa es única en su género, por las variables trabajadas y el abordaje prosopográfico en la línea de la sociología política. *Corpus empírico*: N de 1390 diputados, Argentina N 257, Brasil N 513, Chile N 120 y México N 500. Las variables del estudio son el status social y político: profesión, educación, edad, sexo, partido e ideología, cargos electivos locales y nacionales. Se utilizaron dos referentes teórico-metodológicos: 1) Carreras con disposición para la política, test de Codato, Costa y Massimo (2014), en base cuyos criterios se aplicó una codificación propia de Profesiones, y 2) Test de Eliassen y Pedersen (1978) para medir la profesionalización política. Los resultados revelan: i) carreras con alto status educativo y social y predominio de formación universitaria en Derecho, ii) predominio de profesiones previas de funcionarios públicos, profesiones liberales y empresarios, iii) preeminencia del tipo de *disposición política media* para la carrera política, según el criterio Codato et al. (2014). Según el criterio de Eliassen y Pedersen (1978) es estadísticamente significativo: iv) el Primer índice de profesionalización política para los cuatro países, más alto en Brasil y Chile en relación a Argentina y México, y v) de forma inversa, la Profesionalización intelectual es más alta en Argentina y México en relación a Brasil y Chile.

Palabras Clave: Carrera política. Profesionalización. Diputados. América Latina. Estudio Comparado.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MODELO SIMPLE DE PROFESIONALIZACIÓN COMO VARIABLE DEPENDIENTE E INDEPENDIENTE.....	41
GRÁFICO 2 - COMBINACIONES LÓGICAS DE STATUS EDUCACIONAL, SOCIAL Y POLÍTICO	99
GRÁFICO 3 - PRINCIPALES PROFESIONES A PARTIR DE 10% EN LAS CÁMARAS DE DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	111
GRÁFICO 4 - PROFESIONES CON DISPOSICIÓN ALTÍSIMA, ALTA, MEDIA Y BAJA PARA LA POLÍTICA. TEST CODATO, COSTA MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	117
GRÁFICO 5 - PROFESIONES CON DISPOSICIÓN ALTÍSIMA, ALTA Y MEDIA PARA LA POLÍTICA. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	118
GRÁFICO 6 - TENDENCIA GLOBAL A LA PROFESIONALIZACIÓN. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	123
GRÁFICO 7 - % PROFESIONALIZACIÓN INTELECTUAL. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	124
GRÁFICO 8 – PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	126

ÍNDICE DE CUADROS

CUADRO 1 - TIPOLOGÍA DE CALIDAD PARA LOS DIPUTADOS DE AMÉRICA LATINA	27
CUADRO 2 - CORPUS EMPÍRICO DE LA PESQUISA: N 1390. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	34
CUADRO 3 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: TEORÍA GENERAL. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	63
CUADRO 4 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: ARGENTINA. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	65
CUADRO 5 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: BRASIL. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	66
CUADRO 6 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: CHILE. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD	

FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	68
CUADRO 7 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: MÉXICO. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST- GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	69
CUADRO 8 - ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO. ESCALA IDEOLÓGICA DERECHA-IZQUIERDA PELA Y ABCP/2010 (Tarouco y Madeira, 2015). PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	81
CUADRO 9 - ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO. CLASIFICACIÓN IDEOLÓGICA CON CRITERIOS DE COPPEDGE (1997). PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST- GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	90
CUADRO 10 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA CARRERA POLÍTICA.....	96
CUADRO 11 - MODELO DE ANÁLISIS BIDIMENSIONAL DE STATUS SOCIAL Y POLÍTICO.....	98
CUADRO 12 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: LATINOAMÉRICA. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO.....	156

ÍNDICE DE TABLAS

TABLA 1 - MODELO ANALÍTICO DE CLASIFICACIÓN DE PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA.....	95
TABLA 2 – DIPUTADOS POR GÉNERO, PAÍS E IDEOLOGÍA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	101
TABLA 3 - GRADUACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA DE DIPUTADOS, POR PAÍSES E IDEOLOGÍA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	102
TABLA 4 - STATUS EDUCACIONAL CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	104
TABLA 5 - STATUS SOCIAL CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	105
TABLA 6 - STATUS POLÍTICO CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	106
TABLA 7 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. ARGENTINA 2013-2019.....	107
TABLA 8 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. BRASIL 2015-2018.....	108
TABLA 9 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. CHILE 2014-2018	108
TABLA 10 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. MÉXICO 2015-2018.....	109
TABLA 11 - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES DE LOS CUATRO PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	110
TABLA 12 - EDAD CATEGORIZADA DE DIPUTADOS POR STATUS POLÍTICO Y PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	112
TABLA 13 - EDAD DE DIPUTADOS POR PAÍSES: ABAJO Y ARRIBA DE LA MEDIANA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	113

TABLA 14 - MEDIANA DE EDADES DE DIPUTADOS POR PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	113
TABLA 15 - DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA COPPEDGE (1997). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	114
TABLA 16 - PROFESIÓN CON CARRERA FLEXIBLE POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	115
TABLA 17 - PROFESIÓN CON STATUS SOCIAL ELEVADO POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	115
TABLA 18 - PROFESIÓN CON AFINIDAD A LA POLÍTICA POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	116
TABLA 19 - POLÍTICOS PROFESIONALES POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	116
TABLA 20 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	117
TABLA 21 - STATUS EDUCACIONAL DE DIPUTADOS, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	119
TABLA 22 - STATUS SOCIAL DE DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	120
TABLA 23 - STATUS POLÍTICO DE DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	121
TABLA 24 - COMBINACIONES DE STATUS EDUCACIONAL, SOCIAL Y POLÍTICO. 8 TIPOS ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	122
TABLA 25 - PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA. CRITERIO ELIASSEN & PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	125

TABLA 26 - SEGUNDO ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. CRITERIO ELIASSEN & PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	127
TABLA 27 - DIEZ PRINCIPALES FORMACIONES ACADÉMICAS DE DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2018)..	147
TABLA 28 - PROFESIONES DE DIPUTADOS (AGREGADA 3) DE LOS CUATRO PAÍSES POR IDEOLOGÍA, RECLASIFICADAS EN 9 TIPOS. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	148
TABLA 29 - PROFESIONES DE DIPUTADOS (AGREGADA 2) POR PAÍS. RECLASIFICADAS EN 17 TIPOS. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019.....	149
TABLA 30 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA POR GÉNERO Y PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019	150
TABLA 31 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA. CRITERIO CODATO ET. AL. (2014). ARGENTINA, BRASIL, CHILE, MÉXICO 2013-2019	151
TABLA 32 - CARRERA PROFESIONAL FLEXIBLE. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	152
TABLA 33 - CARRERA PROFESIONAL CON STATUS SOCIAL ELEVADO. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)..	152
TABLA 34 - CARRERA PROFESIONAL CON AFINIDAD A LA POLÍTICA. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)..	152
TABLA 35 - CARRERA DE POLÍTICOS PROFESIONALES. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	153
TABLA 36 - CARRERAS CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA (5 TIPOS). CRITERIO CODATO ET AL. (2014). TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019).....	153

TABLA 37 - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES (AGREGADA 3) POR PAÍS. TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	154
TABLA 38 - 8 TIPOS DE COMBINACIONES DE STATUS. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	155
TABLA 39 - PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	155
TABLA 40 - SEGUNDO ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)	155

LISTA DE SIGLAS

ABCP	-	Associação Brasileira de Ciência Política	Brasil
BCN	-	Biblioteca del Congreso Nacional de Chile	Chile
CC-ARI	-	Coalición Cívica Ari	Argentina
CD	-	Cámara de Diputados	
CEPAL	-	Comisión Económica para América Latina	ONU
CF	-	Concertación Forja	Argentina
CF	-	Compromiso Federal	Argentina
CP	-	Conservador Popular	Argentina
CPDOC-FGV	-	Centro de Pesquisa y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil - Fundación Getulio Vargas	Brasil
DEM	-	Democratas	Brasil
DL	-	Directorio Legislativo	Argentina
EC	-	Encuentro por Corrientes	Argentina
FGV	-	Fundación Getúlio Vargas	Brasil
FIT	-	Frente de Izquierda y de los Trabajadores	Argentina
FPV-PJ	-	Frente para la Victoria - Partido Justicialista	Argentina
FR	-	Frente Renovador	Argentina
FUNA	-	Federal Unidos por una Nueva Argentina	Argentina
GEN	-	Generación para un Encuentro Nacional	Argentina
IC	-	Independientes de Centro	Chile
ID	-	Independientes de Derecha	Chile
II	-	Independientes de Izquierda	Chile
IS	-	Izquierda Socialista	Argentina
LA	-	Latinoamérica	
MC	-	Movimiento Ciudadano	México
MORENA	-	Movimiento de Regeneración Nacional	México
MPN	-	Movimiento Popular Neuquino	Argentina
MSP	-	Movimiento Solidario Popular	Argentina
NA	-	Nueva Alianza	México
NUSP	-	Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira	Brasil
Observatory	-	Observatório de Elites Sociais e Políticas do Brasil	Brasil

OIG	-	Observatorio de Igualdad y Género de América Latina	CEPAL
PAN	-	Partido de Acción Nacional	México
PC do B	-	Partido Comunista do Brasil	Brasil
PCCh	-	Partido Comunista de Chile	Chile
PDC	-	Partido Demócrata Cristiano	Chile
PDT	-	Partido Democrático Trabalhista	Brasil
PELA	-	Proyecto de Elites Latinoamericanas	España
PES	-	Partido Encuentro Social	México
PFL	-	Partido da Frente Liberal	Brasil
PHS	-	Partido Humanista Da Solidariedade	Brasil
PL	-	Partido Liberal	Chile
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Brasil
PMN	-	Partido da Mobilização Nacional	Brasil
PO	-	Partido Obrero	Argentina
PP	-	Partido Progressista	Brasil
PPB	-	Partido Progressista Brasileiro	Brasil
PPD	-	Partido por la Democracia	Chile
PPS	-	Partido Popular Socialista	Brasil
PR	-	Partido da República	Brasil
PRB	-	Partido Republicano Brasileiro	Brasil
PRD	-	Partido de la Revolución Democrática	México
PRI	-	Partido Regionalista Independiente	Chile
PRI	-	Partido Revolucionario Institucional	México
PRO	-	Propuesta Republicana	Argentina
PROS	-	Partido Republicano da Ordem Social	Brasil
PRP	-	Partido Republicano Progressista	Brasil
PRSD	-	Partido Radical Socialdemócrata	Chile
PRTB	-	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Brasil
PS	-	Partido Socialista	Chile
PS	-	Partido Socialista	Argentina
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro	Brasil
PSC	-	Partido Social Cristão	Brasil
PSD	-	Partido Social Democrático	Brasil

PSDB	-	Partido da Socialdemocracia Brasileira	Brasil
PSDC	-	Partido Social Democrata Cristão	Brasil
PSL	-	Partido Social Liberal	Brasil
PSOL	-	Partido Socialismo e Liberdade	Brasil
PT	-	Partido dos Trabalhadores	Brasil
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro	Brasil
PTC	-	Partido Trabalhista Cristão	Brasil
PTN	-	Partido Trabalhista Nacional	Brasil
PTS	-	Partido de los Trabajadores Socialistas	Argentina
PV	-	Partido Verde	Brasil
PVEM	-	Partido Verde Ecologista de México	México
RD	-	Revolución Democrática	Chile
RN	-	Renovación Nacional	Chile
SD	-	Partido Solidariedade	Brasil
SIL	-	Sistema de Información Legislativa	México
SST	-	Salta Somos Todos	Argentina
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral	Brasil
UCR	-	Unión Cívica Radical	Argentina
UDI	-	Unión Demócrata Independiente	Chile
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná	Brasil
UP	-	Unión por Córdoba	Argentina

ÍNDICE

INTRODUCCIÓN.....	24
1. POLÍTICOS, CARRERA Y PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA	35
1.1. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS POR PAÍSES	42
1.1.1. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN ARGENTINA. 42	
1.1.2. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN BRASIL.....	45
1.1.3. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN CHILE	50
1.1.4. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN MÉXICO	54
1.2. BREVE CONTEXTO DE CICLOS DEMOCRÁTICOS Y SISTEMA ELECTORAL Y PARTIDARIO.....	57
1.2.1. SISTEMA ELECTORAL VIGENTE EN LOS PERÍODOS LEGISLATIVOS ESTUDIADOS	58
1.2.1.1. ARGENTINA.....	58
1.2.1.2. BRASIL.....	58
1.2.1.3. CHILE	59
1.2.1.4. MÉXICO	59
1.2.2. SISTEMA PARTIDARIO VIGENTE EN LOS PERÍODOS ESTUDIADOS	60
1.2.2.1. ARGENTINA.....	60
1.2.2.2. BRASIL.....	61
1.2.2.3. CHILE	61
1.2.2.4. MÉXICO	62
2. MATERIALES Y MÉTODOS	70
2.1. ABORDAJE PROSOPOGRÁFICA.....	70
2.2. CRITERIOS EN VARIABLES ANALIZADAS	72
2.2.1. PROFESIÓN	72
2.2.2. POLÍTICO PROFESIONAL.....	73
2.2.3. ESCOLARIZACIÓN.....	73

2.2.4. CARGOS ELECTIVOS	73
2.2.5. CARGOS PÚBLICOS.....	74
2.2.6. EMPRESARIOS.....	75
2.2.7. IDEOLOGÍA PARTIDARIA	75
2.2.7.1. CLASIFICACIÓN POR ESCALA Y ESPECTRO CENTRO, DERECHA E IZQUIERDA	75
2.2.7.1.1. ARGENTINA.....	75
2.2.7.1.2. BRASIL.....	77
2.2.7.1.3. CHILE	78
2.2.7.1.4. MÉXICO	80
2.2.7.2. CLASIFICACIÓN COPPEDGE	86
2.2.7.2.1. ARGENTINA.....	86
2.2.7.2.2. BRASIL.....	87
2.2.7.2.3. CHILE	88
2.2.7.2.4. MÉXICO	89
2.2.8. EDAD CATEGORIZADA.....	93
2.3. MÉTODO, ESTRATEGIA Y TÉCNICAS DE ANÁLISIS	93
2.3.1. ESTRATEGIA PROSOPOGRÁFICA Y ANÁLISIS CUANTITATIVOS DESCRIPTIVOS Y DE CORRELACIÓN ESTADÍSTICA.....	95
2.3.2. APLICACIÓN DE TEST ESTADÍSTICO DE PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014)	95
2.3.3. TEST BIDIMENSIONAL DE STATUS SOCIAL Y STATUS POLÍTICO DE ELIASSEN Y PEDERSEN	97
2.3.4. ANÁLISIS COMPARADO	100
3. RESULTADOS	101
3.1. PERFIL DE DIPUTADOS POR GÉNERO POR PAÍSES, EDUCACIÓN, STATUS E IDEOLOGÍA.....	101

3.2. PERFIL DE PROFESIONES DE DIPUTADOS CLASIFICADAS EN 9 TIPOS, POR PAÍS E IDEOLOGÍA	106
3.3. EDAD CATEGORIZADA, E IDEOLOGÍA CON CRITERIO COPPEDGE (1997)	112
3.4. PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA, TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014).....	114
3.5. TEST BIDIMENSIONAL DE MEDICIÓN DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA ELIASSEN Y PEDERSEN (1978)	118
4. CONCLUSIONES.....	128
REFERENCIAS	137
APÉNDICE I - PRINCIPALES GRADUACIONES ACADÉMICAS DE NIVEL UNIVERSITARIO DE LOS DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO	147
APÉNDICE II - PROFESIONES (AGREGADA 3) DE LOS CUATRO PAÍSES POR IDEOLOGÍA, RECLASIFICADAS EN 9 TIPOS	148
APÉNDICE III - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR PAÍS RECLASIFICADAS EN 17 TIPOS.....	149
APÉNDICE IV - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014) POR GÉNERO Y PAÍSES	150
APÉNDICE V - PROFESIONES EN LOS CUATRO PAÍSES, POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014).....	151
APÉNDICE VI - CARRERAS CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014) APLICACIÓN DEL TEST KRUSKAL-WALLIS	152
APÉNDICE VII - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES (AGREGADA 3). TEST DE CHI-SQUARE	154
APÉNDICE VIII - 8 TIPOS DE STATUS E ÍNDICES DE PROFESIONALIZACIÓN ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST DE CHI-SQUARE	155
APÉNDICE IX - ORGANIZACIÓN DE LA LITERATURA: LATINOAMÉRICA .	156

APÉNDICE X - COODEBOOK. POLITICAL REPRESENTATION IN LATIN
AMERICA: MEMBERS OF PARLIAMENT (ARGENTINA, BRAZIL, CHILE AND
MEXICO)..... 158

INTRODUCCIÓN

Esta Disertación de Tesis es un estudio exploratorio y comparado de la carrera política en cuatro países latinoamericanos: Argentina, Brasil, Chile y México. Analiza la carrera de diputados federales en ejercicio en estos cuatro países, del año 2013 al 2018. El abordaje es realizado desde la óptica de la Sociología Política, en la acepción de Sartori, conjugando en la pesquisa variables sociales e institucionales (Sartori, 1972; Perissinotto, 2004; Perissinotto y Codato, 2009; Codato, Massimo y Costa, 2017).

Establecida la línea divisoria entre la Ciencia Política y la Sociología, la cuestión pasa a gravitar en torno del modo como superar la laguna que existe entre ellas, esto es, el problema de construir puentes interdisciplinarios. La sociología política es uno de esos puentes que unen -sobre la estricta condición, sin embargo, de que la sociología política no sea considerada un sinónimo de sociología de la política. Propongo, de hecho, el uso de dos rótulos contrastantes. La sociología política es un híbrido interdisciplinario, que intenta combinar las variables sociales y políticas explicativas, esto es, los insumos (insights) sugeridos por el sociólogo y los sugeridos por el cientista político. La sociología de la política es, por el contrario, una reducción sociológica de la política” (Sartori 1972, 112, traducción propia)

El concepto de “carrera política” nos remite al factor temporal, espacial y de recursos y, a la vez, a un proceso de profesionalización. Todo político desarrolla una carrera en un marco temporal determinado y, en general, podemos observar carreras cortas, medias y largas. Estas se dan en espacios políticos concretos, locales, regionales o nacionales, o una combinación de espacios donde pueden verificarse el ejercicio de cargos políticos partidarios, cargos políticos no electivos a nivel Estatal y cargos electivos. La carrera política se fundamenta en la utilización de recursos de capital social y político, que van desde los orígenes sociales, familiares, recursos económicos y escolares, genero, profesión y el acúmulo de status político derivado del ejercicio de cargos y de desempeño político general. La carrera puede generar diversos grados o tipos de profesionalización.

América Latina (AL)¹ ofrece un vasto campo de estudios comparativos de carrera política de elites parlamentarias. Es una región del continente con contextos históricos

¹ América Latina: “Os primeiros registros dessa expressão encontram-se no século XIX. Em 1836, o economista e político francês Michel Chevalier, ao visitar o continente americano e estudar as relações entre México e Estados Unidos, sugeriu que haveria duas regiões americanas: uma com raízes na latinidade europeia e outra com raízes nas culturas anglo-saxãs. Com base nessa percepção, em 1856, o filósofo chileno Francisco Bilbao utilizou a expressão *América Latina* pela primeira vez para se referir à região latinizada nos processos de colonização. Essa expressão também foi empregada pelo escritor colombiano

comunes: i) base histórica de sociedades nativas con sistemas socioeconómicos, políticos y culturales propios (Elliot, 1990; Hemming, 1990; Hidalgo, 1990; Johnson, 1990; León-Portilla, 1990), ii) procesos de conquista e instalación de poderes coloniales europeos oriundos de España y Portugal (Ferreira y Mèrcher, 2015, pp. 49-62), iii) gestación de nuevos tipos de elites políticas que amalgaman culturas y protagonizan procesos de independencia nacional y gestación de nuevos Estados nacionales (Bazant, 1991; Bethell y Carvalho, 1991; Collier, 1991; Lynch, 1991; Ferreira y Mèrcher, 2015, pp. 85-99), iv) incorporación de estos nuevos Estados nacionales al proceso de desarrollo capitalista mundial en calidad de economías dependientes con problemas de subdesarrollo, pobreza, marginalización social y regímenes autoritarios (Frank, 1965).

En el plano político la región se recupera en los años 80 de largos periodos de regímenes autoritarios, e inaugura uno de los procesos más largos de su histórica política donde priman modelos de democracia representativa. A finales del año 1997, los gobiernos son resultado de elecciones con voto popular en un marco mínimo de libertades democráticas; incluso en países donde históricamente existieron fuertes obstáculos a los procesos democráticos, como los casos de México y Centroamérica. Se nota un consenso de las elites políticas acerca de la democracia. Las actitudes y comportamientos de las elites políticas constituyen un factor determinante a la hora de explicar la consolidación de sistemas democráticos (Alcántara Sáez, 1997, pp. 113-116).

AL lleva varias décadas desde la recomposición de sistemas democráticos con libertades políticas de organización y competencia electoral por el poder. Los estudios de elites políticas y carreras parlamentarias tuvieron un crecimiento considerable. Desde 1994 uno de los proyectos que impulso el estudio de las elites de AL lo constituye el Proyecto de Elites Parlamentarias Latinoamericanas (PELA, 2018). Las bases son constituidas sobre *Surveys* que recogen la percepción política de los parlamentarios. Pocos estudios de elites políticas de AL tienen un carácter comparado, imposibilitando un análisis de conjunto (Albala, 2016, p. 15). Entre estudios comparados del PELA se

José Maria de Torres Caicedo para significar um conjunto de precedentes culturais e de identificação entre diversos povos americanos no mesmo período.... Essa expressão hoje representa toda uma região nas Américas composta por nações cujas origens históricas unem-se aos processos políticos, econômicos e culturais derivados da colonização latina, ou seja, das potências europeias, como Espanha, França e Portugal...pode-se delinear a América Latina dos limites ao extremo sul do continente, com Chile e Argentina, até as fronteiras do México com os Estados Unidos da América. Canadá e Estados Unidos não fazem parte da América Latina, tornando-se o limite norte da região. Faz-se necessário mencionar também Belize, Jamaica, Guiana e Suriname como Estados-nações que estão geograficamente na região, mas não apresentam bases culturais latinas. O caso da Guiana Francesa também se torna especial por ser território da França, sem constituir um Estado-nação na América do Sul” (Ferreira y Mèrcher, 2015, pp. 14-16).

destacan de los presidentes latinoamericanos y las características de la democracia (Alcántara, Barragán y Sánchez, 2016).

En América Latina, la variación del *nivel de experiencia legislativa* es grande, de país en país, como los casos de los diputados en Chile que llegan al 61,4%, y los de Costa Rica con apenas 7,8%, no sobrepasando la media de legislaturas a dos mandatos (Martínez Rosón, 2006). Políticos de calidad son una exigencia del quehacer político, no se forman en períodos cortos y son producto, por lo general, de una profesionalización de la política con dedicación a tiempo completo para el despliegue de conocimiento y experiencia (Alcántara Sáez, 2012).

Un estudio comparado de países de LA utiliza la “calidad” de los diputados como variable independiente, y analiza la calidad de la democracia y el voto. Es uno de los pocos trabajos en los cuales se utilizan variables de origen social y tipo de carrera que abarcan la mayoría de los países de AL relacionándolos con variables institucionales y comportamiento electoral. Brasil no está incluido en el trabajo. La carrera parlamentaria, según la misma, es “una de las temáticas menos estudiadas de forma conjunta para la región latinoamericana” (Martínez Rosón, 2006, p. 91). Los resultados que abarcan el período de 1994/2005, con base en datos del PELA, levantados con *Survey* a Diputados, en cuanto a perfil de carrera señala que:

En general se puede decir que los diputados latinoamericanos son en su mayoría hombres, con edad cercana a los 50 años y creyentes en lo religioso. El nivel educativo de los actuales diputados latinoamericanos entrevistados es alto ya que más del 90 por ciento ha pasado por la Universidad, además hay una tendencia decreciente de diputados con estudios secundarios o por debajo de este nivel. En lo político se sitúan ideológicamente en la línea que separa el centro del centro izquierda. Como se mencionaba, cada vez es más frecuente que su llegada al Parlamento sea posterior al desarrollo de otros puestos de representación popular y menos frecuente que tengan experiencia parlamentaria en la Cámara de la que son miembros. Aun así, el número medio de legislaturas de permanencia se ha mantenido estable en los últimos años. Por otro lado, el porcentaje de diputados que sigue manteniendo otra actividad profesional junto a su puesto de legislador es alto, más del 40 por ciento en la última ola de entrevistas ((Martínez Rosón, 2006, p. 95)

La base de datos del estudio realizado por Martínez (2006) son *Surveys* que recogen la percepción política de un total de 1.474 diputados latinoamericanos (Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Colombia, Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela). A modo comparado, esta pesquisa tendrá un universo

total de 1.390 diputados de 4 países, representando el 100% de las cuatro Cámaras, en base a un levantamiento prosopográfico de datos.

Martínez (2006, p. 104) elabora una tipología para la calidad de los diputados en base a las siguientes variables: el nivel educativo medido de 1 (sin estudios) a 6 (postgrado), el resultado de la media de los años de experiencia política partidista y participación política, la experiencia legislativa a partir del número de veces que resultó electo como diputado entre 1 y 4 o más mandatos, y desempeño o no en otros puestos de representación popular. Esto resulta en una tipología con 6 grados de profesionalización: 1) Súper experto, 2) Legislador experto, 3) Político experto A, 4) Político experto B, 5) Político inexperto A y 6) Político inexperto B.

CUADRO 1 - TIPOLOGÍA DE CALIDAD PARA LOS DIPUTADOS DE AMÉRICA LATINA

<i>Categoría</i>	<i>Experiencia política partidista</i>	<i>Experiencia Legislativa</i>	<i>Puestos de representación popular</i>	<i>Nivel educativo</i>
1. S-Exper	Muy alta	Si	Si	Alto
2. L-Exper	Muy alta	Si	No	Alto
3. P-Exper-A	Alta	No	Si	Alto
4. P-Exper-B	Alta	No	Si	Medio-bajo
5. Inexp-A	Media	No	No	Alto
6-Inexp-B	Alta	No	No	Medio-bajo

Fuente: Martínez Rosón (Martínez Rosón, 2006).

Marques (2013) analiza la diferencia de perfiles de capital social y capital político por sexo, en las Cámaras de diputados de Argentina, Brasil y Uruguay en las legislaturas entre los años 2005 a 2010. En la comparación de profesiones surge un predominio de la “profesión política” o de políticos profesionales. Así, en el caso brasilero, la Cámara de diputados del período 2007/2010 está integrada por 66,6% de diputadas políticas profesionales y por 60,3% de diputados políticos profesionales. En el caso de Argentina, para los mandatos de los períodos mandatos 2005-2009 y 2007-2011, está integrada por 31,3% de diputadas políticas profesionales y 24,2% de diputados políticos profesionales. En el caso de Uruguay, para el mandato 2005-2010, estaría integrada por 50,0% de diputadas políticas profesionales y por 38,0% de diputados políticos profesionales. Profesiones que destacan en Brasil, entre las diputadas, están de docentes 15,6%, empresarias 11,1% y funcionarias públicas 13,3%, en tanto que entre los diputados el de

empresarios 33,35, médicos 6,85 y abogados 5,8%; en Argentina, entre las diputadas, las profesiones de docentes 24,4% y abogadas 11,6%, y entre los diputados los abogados 18,8%, empresarios 14,4% y profesores 12,9%; en Uruguay entre las diputadas una escasa representación de otras 5 profesiones, y entre los diputados empresarios 10,8% , profesores 8,8% y abogados 7% (Marques, 2013, pp. 4-7).

De forma comparada, las tasas de reelección en Argentina son muy bajas: promedio de 16,3% del conjunto, siendo 21,4% en el caso de las diputadas y de 13,2% en el caso de los diputados. En Brasil la tasa promedio es de 54,6%, siendo 40,0% para las diputadas y 56% para los diputados. En Uruguay el promedio es de 50,5%, siendo 66,7% para las diputadas y 48,9% para los diputados (Marques, 2013, pp. 8-9). Considerando ideología partidaria, en Brasil la izquierda tiene casi el doble de diputadas electas en relación al centro y la derecha: 48,9% son diputadas de partidos de izquierda, 26,7% de centro y 24,4% de derecha, y entre los diputados hay un nítido equilibrio de 35,9% de izquierda, 30,8% de centro y 33,3% de derecha. En Argentina más de la mitad de las diputadas electas se ubican en el Frente para la Victoria – PJ (54,1%), rama principal del peronismo que agrupa corrientes de centro y centro izquierda². En Uruguay es casi absoluto el predominio de mujeres electas por partidos de izquierda: 88,9%. Entre los diputados hay un relativo equilibrio entre el bloque de centro-izquierda y el de centro y derecha³: Encuentro Progresista-Frente Amplio-Nuevo Espacio 52,5% y los partidos considerados de Centro, Partido Nacional y Partido Colorado, 36,4% y 10,1% (Marques, 2013, pp. 9-12).

Marengo y Serna (2007) también abordaron de forma comparada las diferencias entre carreras políticas en la izquierda y la derecha en tres países: Brasil, Chile y Uruguay. El período de estudio de Chile es la legislatura 2002-2006. Rescata los aportes de Rodrigues (2009c) y avanza en el uso de estos recursos individuales de posición social para el estudio de los patrones de carrera política. Uno de esos aspectos de la carrera política que aborda este trabajo es el “recurso asociativo”, una forma de capital social de los líderes partidarios construida en las respectivas inserciones en el ámbito de la sociedad civil organizada, ya sea empresarial, sindical, asociaciones estudiantiles, etc. Los

² PELA. Observatorio de Elites Parlamentarias en América Latina. Estudio 73: Argentina. Encuesta a Diputados Argentinos 2009-2013. Consultado el 30.04.2020: http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Argentina/Marginales_argentina_73.pdf

³ PELA. Observatorio de Elites Parlamentarias en América Latina. Estudios nº 33, 34 y 54. Élités parlamentarias iberoamericanas (Encuesta a diputados uruguayos, 1995-2000, 2000-2005 y 2005-2010). Consultado el 30.04.2020: <http://americo.usal.es/oir/Elites/series%20temporales/Uruguay.pdf>

diferentes tipos de esta participación empresarial también se correlacionan con la escala ideológica de derecha a izquierda, según el perfil político programático y partidista (Marengo y Serna, 2007, p. 97).

Existen escasos estudios comparativos de carrera política en América Latina, como también pocas proposiciones de medición de profesionalización política. La literatura sobre la temática se encuentra dispersa y con poco diálogo entre sí.

Esta pesquisa se propone contribuir al estudio comparado de carrera y profesionalización de las élites políticas legislativas. Tendrá por foco los diputados integrantes de las Cámaras bajas legislativas de 4 países de LA, que ejercieron el mandato en un espacio temporal similar. En Argentina (HCDN, 2018)⁴, estaban en funciones en ese año los 130 diputados electos para el período 2013/2017 y 127 electos para el período 2015/2019; en Brasil (CÁMARA, 2018)⁵ los 513 electos para el período 2015/2019; en Chile (CÁMARA, 2018b)⁶ los 120 electos para el período 2014/2018; en México (CÁMARA, 2018c)⁷ los 500 electos para el período 2015/2018.

Argentina, Brasil, México y Chile representan las principales economías latinoamericanas y tienen una presencia política de destaque en organismos de integración regional de tipo institucional como en tratados de integración económica - Mercosur, Nafta (Salama, 2009). Chile es la quinta economía latinoamericana, atrás de Colombia que representa un 6,60% en el total (CEPAL, 2018a).

El informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) sobre el desempeño económico de la región en el año 2017 revela que, en su conjunto, los países cuyas CD pesquisamos, representan el 76,25% del Producto Interno Bruto (PIB) de la región, con la siguiente distribución: Brasil 40,65%, México 22,68%, Argentina 8,08% y Chile 4,84%.

En índices de industrialización, en conjunto, suman el 80,48% del Valor agregado de las industrias manufactureras, a precios constantes de mercado en la región de LA. La distribución por país es: Brasil 36,68%, México 29,65%, Argentina 9,98% y Chile 4,17% -este último de nuevo quinto en la región- (CEPAL, 2018b).

⁴ Honorable Cámara de Diputados de la Nación Argentina. Accesado el 31.05.2020: <http://www.hcdn.gob.ar/>

⁵ Cámara de Diputados de la República del Brasil. Accesado el 31.05.2020: <http://www2.camara.leg.br/>

⁶ Cámara de Diputados de la República de Chile. Accesado el 31.05.2020: <https://www.camara.cl/>

⁷ Cámara de Diputados del Honorable Congreso de la Unión. Accesado el 31.05.2020: <http://www.diputados.gob.mx/>

Como tales, economías de mayor desarrollo económico e industrial en LA, constituyen *sociedades complejas* donde se puede observar en el campo político una mayor diversidad de estructuras políticas institucionales, de participación y representación democráticas. En el caso de Argentina, Brasil y México, tienen sistemas federales, lo que les otorga mayor diversidad de la representación política y por tanto mayores espacios institucionales para el desarrollo de la carrera política. Refiriéndose a una economía avanzada y sus características, Dahl señala:

Una economía avanzada no sólo puede permitirse acabar con el analfabetismo, promover la instrucción universal, ampliar las oportunidades para la educación superior y la proliferación de los medios de comunicación, sino que es su verdadera razón de ser. No ya sólo puede mantener una clase obrera instruida, sino que la necesita: trabajadores que sepan leer y escribir, obreros especializados que puedan interpretar las instrucciones y respondan a directrices escritas, ingenieros, técnicos, científicos, contables, abogados, dirigentes de todo tipo. No sólo produce, sino que debe contar con sistemas de comunicación rápidos y fiables, incluidos los sistemas que transmiten ingentes cantidades de información pública o cuasi-pública. No sólo hace posible sino que, a la vez, exige la multiplicidad de organizaciones permanentes y muy especializadas dirigidas por equipos comprometidos ardientemente en la tarea, que sean leales a las metas de la organización, ya se trate de fábricas, bancos, grandes almacenes, escuelas, universidades, hospitales, sistemas de transporte masivo y miles y miles de todo tipo de organismos (Dahl, 1972, p. 78).

En este tipo de sociedades diversificadas:

Debido a sus necesidades intrínsecas, la economía avanzada y las estructuras que la apoyan distribuyen automáticamente los resortes y las distinciones políticas entre una gran variedad de individuos, grupos y organizaciones. La educación, los ingresos, el status y el prestigio dentro de cada grupo de especialistas, el acceso a las asociaciones, el pertenecer a las élites o ser uno de sus expertos, todo ello forma parte de los resortes y distinciones políticas; resortes y cualificaciones que pueden utilizarse como trampolín para obtener mejoras para uno mismo, para el grupo o para la organización. Grupos y asociaciones que generan un impulso imperioso hacia la autonomía, lealtades internas y de grupo, y complejas pautas de adhesiones y cismas (Dahl, 1972, p. 78)

Chile posee, además de ser la quinta economía latinoamericana en importancia, un valor cualitativo. Conjuga una de las más importantes experiencias de poliarquía en LA. Los partidos políticos chilenos mantienen sus principales características probablemente en razón del proceso de polarización, aspecto que "le dota de un carácter singular dentro de la política partidista latinoamericana, haciéndoles seguir siendo un objeto de estudio de extremo interés" (Alcántara Sáez, 2003).

Existe además una razón práctica para abordar el estudio de los cuatro países. Poseen fuentes de datos oficiales y auxiliares suficientes que posibilitaron la elaboración de un Banco de Datos con diversas variables de biografía personal, orígenes sociales, y de carrera política de los diputados. El recorte temporal (2013-2019) obedece al alineamiento con lo disponible de datos de la Cámara de Diputados de Argentina.

¿Qué podemos decir del perfil de carrera de diputados en perspectiva comparada en estos 4 países de LA?

¿Qué recursos de capital social y capital político caracteriza la carrera de estos diputados?

¿Cuáles son las profesiones predominantes?

¿Cuál es la participación femenina en la legislatura?

¿La ideología es un diferencial en la carrera de estos diputados?

¿Cuál es la disposición de las profesiones para la carrera política?

¿Cuál es el tipo y medida de la profesionalización política?

Como *objetivo general*, la pesquisa buscará describir y comparar el tipo de carrera política característico en las 4 casas legislativas de diputados de los países objeto de estudio, a partir de un levantamiento biográfico individual de los diputados con énfasis en los orígenes sociales y variables de carrera política.

Como *objetivos específicos*, para dar un paso más allá del conocimiento comparado y descriptivo, socio-gráfico y socio-político, serán aplicados dos test de medición:

Primero: Test de Carreras con Disposición para la Política (Codato, Costa y Massimo, 2014) para determinar el perfil de carrera, a partir de las profesiones de los diputados de las Cámaras de los cuatro países. Es una forma de estudiar como la variable social “profesión” influencia la carrera política. Es clasificada la profesión según criterios de flexibilidad, status que otorga y de afinidad con la política, cuyas diversas combinaciones resultan en tres tipos de profesiones: con alta, media y baja disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014, p. 356).

Segundo: Test bidimensional de status social y status político (Eliassen y Pedersen, 1978) que analiza y categoriza tres tipos de indicadores de status: status educacional, status social y status político. Como resultado de la combinación de los 3 tipos de status alto –educacional, social y político- surgen 8 situaciones o

estados del legislador individual que se utilizan como indicadores de profesionalización (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 294-296).

En el capítulo 1 “*Políticos, carrera y profesionalización política*” se da un breve panorama de la literatura sobre los conceptos del político, la carrera y la profesionalización política. Se esbozan conceptos de autores clásicos y contemporáneos de la Ciencia Política y se muestra el escaso terreno que aún ocupan los estudios comparados de carrera política en Latinoamérica. Son expuestos algunos modelos metodológicos de medición de profesionalización política de autores europeos, latinoamericanos y del Brasil. Se realiza un breve recorrido de la literatura disponible sobre profesionalización política en los 4 países. Brasil tiene fuerte concentración de producción de esta literatura, a partir del Núcleo de Sociología Política (NUSP)⁸ y del Observatorio de Elites Políticas y Sociales del Brasil (Observatory)⁹ de la UFPR Brasil. Estudios asociados al PELA (Proyecto de Se organiza la literatura de la pesquisa conforme a los criterios de Codato y Costa (2018) y propios esbozados en el Cuadro 3. Se ofrece un breve contexto de los ciclos democráticos recientes y los sistemas electoral y partidario de los 4 países.

En el capítulo 2, *Materiales y Métodos*, se explica la estrategia prosopográfica en la formulación del inédito Banco de Datos¹⁰ con un N de 1390 diputados de los 4 países, los criterios adoptados para la recolección de las variables de estudio y el método, estrategia y técnica de análisis de datos.

En el capítulo 3, *Resultados*, se exponen los test descriptivos, de correlaciones e índices estadísticos sobre género, ideología, profesiones y tipo de disposición para la carrera política (Codato, Costa y Massimo, 2014), status educacional, social y político e índices de profesionalización política (Eliassen y Pedersen, 1978).

En el capítulo 4, *Conclusiones*, se recogen los resultados de los principales de carrera política que surgen de la pesquisa, entre ellos el alto nivel educativo o de capital “socio-educacional” y alto status social (Eliassen y Pedersen, 1978), el predominio absoluto de la formación académica universitaria de abogacía en los cuatro países,

⁸ NUSP. Accesado el: 31.10.2020: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/nusp/sobre-o-nucleo/>

⁹ Observatory Elites. Accesado el: 31.10.2020: <http://observatory-elites.org/>

¹⁰ Banco de Datos inédito. Ver Apéndice VIII. Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina, Brasil, Chile y México (2013/2018). Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato. Accesado el 5.12.2020: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13301348.v1>

predominio de las profesiones –previas al ejercicio de cargo legislativo- de funcionario público, profesiones liberales y empresarios. De acuerdo al test de carreras con disposición para la política, según el criterio Codato et al. (2014), en los cuatro países hay una preeminencia del tipo de *disposición política media*, y, además, la mayoría absoluta de los diputados tienen pose de atributos (de los cuatro tipos) que califican disposición para la carrera política. Según el criterio de Eliassen y Pedersen (1978), es estadísticamente significativo el Primer índice de profesionalización política para los cuatro países, más alto en Brasil y Chile en relación a Argentina y México, y, de forma inversa, la Profesionalización intelectual es más alta en Argentina y México en relación a Brasil y Chile.

CUADRO 2 - CORPUS EMPÍRICO DE LA PESQUISA: N 1390. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

<i>País / N Diputados</i>	<i>Sistema político / Gobierno</i>	<i>Legislatura / Periodo</i>	<i>Sistema Electoral / Reelección</i>	<i>Lista Electoral</i>	<i>N Distrito Electoral / N Diputados</i>	<i>Tipo Distrito Electoral</i>	<i>Cupo Femenino</i>	<i>Sistema Partidario</i>	<i>Fuentes principales de datos*</i>
Argentina 257	República Federal / Presidencialismo	2013/2017 2015/2019	Proporcional Reelección: Si	Cerrada	24 / 257	23 provincias y Capital Federal Plurinominal	30% impuesto orden lista con chance/ganar	Pluralismo Moderado con Partido Dominante (PJ)	http://www.hcdn.gob.ar/ https://directorio.directoriolegislativo.org/ https://oig.cepal.org/pt/paises/argentina http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Argentina/Marginales_argentina_73.pdf https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf
Brasil 513	República Federal / Presidencialismo	55° 2015/2019	Proporcional Reelección: Si	Abierta	27 / 513	26 Estados y Distrito Federal Plurinominal	30% genérico	Pluralismo Moderado	http://www2.camara.leg.br/ http://cpdoc.fgv.br/ https://oig.cepal.org/pt/paises/brasil http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Brasil/Marginales_Brasil_75.pdf
Chile 120	República Unitaria / Presidencialismo	LIV 2014/2018	Proporcional Reelección: Si	Abierta	60 /120	60 Binominales	No determinado	Pluralismo Moderado	https://www.camara.cl/ https://www.bcn.cl/index.html https://oig.cepal.org/pt/paises/chile http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Chile/marginales_chile_77.pdf
México 500	República Federal / Presidencialismo	LXIII 2015/2018	Mixto Reelección: No.	Cerrada	300 / 300 5 / 200	300 Uninominales 5 Plurinominales para 200 cargos	40% impuesto orden lista con chance/ganar	Pluralismo Moderado	http://www.diputados.gob.mx/sistema_legislativo_LXIII.html http://sil.gobernacion.gob.mx/portal http://sil.gobernacion.gob.mx/Glosario/definicionpop.php?ID=32 http://sil.gobernacion.gob.mx/Glosario/definicionpop.php?ID=88 https://oig.cepal.org/pt/paises/mexico http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Mexico/Marginales%20MexicoV.pdf

Fuente: Elaboración propia en base a fuentes oficiales e instituciones especializadas. * Últimas consultas el 31.08.2020.

1. POLÍTICOS, CARRERA Y PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA

La clásica definición de Weber (2011) que diferencia los políticos en tres tipos, los ocasionales, los semiprofesionales y los profesionales, abrió un vasto campo de estudios sobre la carrera y profesionalización política a partir de las posiciones y las funciones de los políticos¹¹. Esporádicamente muchos ciudadanos depositan su voto, participan de alguna asamblea política o de algún tipo de manifestación política, este constituiría el tipo de “político ocasional”. Aquellos que desempeñan actividades políticas sin que esa constituya su modo de vida principal, inclusive parlamentarios con participación restringida a las formalidades del cargo pero que realizan otras actividades que les generan renta, se encuadran en los “políticos semi-profesionales”. Los profesionales son aquellos que “viven de la política”, espacio al que dedican el tiempo completo y del cual dependen económicamente.

Sin embargo, como señala Sartori (1999), son pocos los casos “puros” de políticos profesionales o de políticos semiprofesionales.

Al menos hoy en día el grueso de los casos está constituido por políticos semiprofesionales, es decir por personas que no son, en rigor, ni totalmente profesionales ni totalmente ocasionales. Debemos, pues, recurrir a una clasificación a tres voces: i) político no profesional; ii) político semiprofesional; iii) político profesional. El político no-profesional se identifica con bastante facilidad. Es el equivalente del ‘político-gentilhombre’ de antaño, el gran industrial, la personalidad cultural, el patricio propietario agrícola, el rentista y otros casos similares. En resumen, la persona para la cual la política es claramente una ‘vocación’, no una ocupación en el sentido económico del término (Sartori, 1999, p. 202)

Las dificultades se presentan, para Sartori (1999), en definir la categoría de los políticos semiprofesionales, lo que a su vez influye en cómo se determinan a los políticos profesionales. Los políticos profesionales no son tan sólo aquellos que acceden al

¹¹ “Todos exercitamos ‘ocasionalmente’ a política ao introduzirmos nosso voto em uma urna ou ao exprimirmos nossa vontade de maneira semelhante, como, por exemplo, manifestando desaprovação ou acordo no curso de uma reunião ‘política’ etc. Aliás, para numerosas pessoas, o contato com a política se reduz a esse gênero de manifestações. Outros fazem da atividade política a profissão ‘secundária’. Tal é o caso de todos aqueles que desempenham o papel de homens de confiança ou de membros dos partidos políticos e que, via de regra, só agem assim em caso de necessidade, sem disso fazerem ‘vida’, nem no sentido material, nem no sentido moral (Weber, 2011, p. 63). Tal é, ainda, o caso de numerosísimos parlamentares que só exercem atividade política durante o período de sessões...Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que ‘vive da política’ e diremos, no caso contrário que ‘vive para a política’ (Weber 2011, 65).

parlamento y provienen de partidos o sindicatos, también un parlamentario con tres o cuatro mandatos es muy probable que se convierta de hecho en político profesional “incluso si no proviene de una carrera de partido” y que “con frecuencia tienen, o poseían, una profesión privada”. Por eso “sería absurdo considerarlos en bloque, por esta única razón, como políticos semiprofesionales” (Sartori, 1999, p. 202).

Para tanto, Sartori (1999) clasifica como político semiprofesional a “aquellos que no provienen principalmente de una carrera de partido, que poseen una profesión privada, y que en cierto modo continúan ejerciéndola”, y como político profesional “no sólo aquellos que no han tenido nunca otra profesión y que, por lo tanto, son un personal de estricta extracción partidista, sino también una parte de aquellos que no tienen ya la posibilidad de retomar a su profesión civil” (Sartori, 1999, p. 202)

Panebianco (2005) estableció una de las más completas clasificaciones de políticos profesionales, comenzando por i) el “manager” o empresario político, el que ejerce liderazgo nacional en los partidos, que pueden provenir de grupos de autoridad, de la burocracia partidaria o ser líderes carismáticos, ii) la autoridad, considerado el diletante político, típico de los partidos de dirigentes, iii) el burócrata representativo, típica figura de los partidos de masas, iv) el burócrata ejecutivo, el único de la clasificación que no está relacionado a dirección partidaria o liderazgo, v) el profesional de staff, un especialista que provee las razones “técnicas” de las proposiciones partidarias, vi) el profesional oculto que realiza actividad política integral y está vinculado a la ocupación de espacio Estatal por los partidos y, finalmente, vii) el semiprofesional, que tiene independencia económica por sus ingresos extra-políticos y ocupa espacios parlamentarios, entre los cuales se cuentan abogados, profesores universitarios y periodistas (Panebianco, 2005, pp. 458-463).

Alcántara (2016, p. 94) señala que la “llegada de los políticos con dedicación integral y grande ambición de hacer carrera marcó la mudanza para el modelo del profesional de la política”. También realiza una propuesta de definición del político en función del espacio: i) en cargos de elección popular, ii) en altos cargos de libre nominación y de confianza, iii) en cargos al interior de partidos políticos o grupos de representación y iv) quienes ocuparon alguno de los tres espacios anteriores y mantienen influencia por el prestigio adquirido (Alcántara Sáez, 2016, p. 95).

La carrera política tiene un carácter longitudinal, y supone tres fases fundamentales: inicio, desarrollo y final. El inicio de la carrera política es un momento

prístino que ha dedicado mucha atención de estudios, pero limitarse a ellos es insuficiente para comprenderla, al igual que limitarse a los procesos de selección política. La carrera política constituye un proceso que se desenvuelve en un conjunto de instituciones donde el político combina vocación y ambición, éxitos y sucesivos reacomodos productos de negociaciones, éxitos o fracasos (Alcántara Sáez, 2017, pp. 188-189).

El capital político (individual y medioambiental) y la carrera política se constituyen tanto en variables dependientes que son objeto de estudios de cierta tradición, como también en variables independientes con poder explicativo sobre la calidad del sistema político. El capital individual está constituido por las habilidades propias del político, por factores estrictamente individuales, incluidos recursos materiales y simbólicos. El Capital medioambiental se corresponde a productos del entorno político, los resultados obtenidos a lo largo de la carrera política que se plasman en imagen y símbolos del político, incluidos también recursos materiales (Alcántara Sáez, 2017, p. 192).

En la carrera política inicial el político cuenta con su capital original que puede provenir de cinco fuentes: i) capital de naturaleza política adquirido en la militancia social o partidista dentro del marco normal democrático o en condiciones de excepción en condiciones de proscripción de la actividad política, ii) el nivel de formación académico y su complemento con el ejercicio profesional laboral lo que le dota al político de cierto nivel de *expertise*, ya sea en el ejercicio privado o público de la profesión, iii) la popularidad derivada de actividades con amplia exposición pública, iv) el legado familiar y v) una posición económica con ingresos que permiten afrontar los costos de la actividad política (Alcántara Sáez, 2017, pp. 194-195).

Bourdieu (1981) hace una distinción de dos tipos de capital: personal y por delegación. El primero contiene la idea del reconocimiento, de la notoriedad simbólica o de la popularidad a partir de determinadas cualidades propias que van desde aspectos biológicos y del entorno social:

El capital personal de “notoriedad” y de “popularidad” fundado sobre el hecho de “*ser conocido y reconocido*” en su persona (tener un “nombre”, un “renombre”, etc.), y también sobre la posesión de un cierto número de cualificaciones específicas que son la condición de la adquisición y de la conservación de una “buena reputación”, son frecuentemente el producto de la reconversión de un capital de notoriedad acumulada sobre otros terrenos y en particular en profesiones que, como las profesiones liberales, aseguran el tiempo libre, y que suponen un cierto capital cultural y, en el caso de los abogados, un dominio profesional de la elocuencia (Bourdieu 1981, 18, traducción propia)

El segundo el que es producto de una transferencia delegada por una organización o autoridad política, un capital delegado por una determinada institución que posee capital político y es capaz de transferirlo:

Al diferencia del capital personal que desaparece con la persona de su portador (aunque pueda dar lugar a querellas de herencia), el capital delegado de autoridad política es, como el del sacerdote, del profesor y, más generalmente del *funcionario*, el producto de la transferencia unida y provisoria (de cualquier manera renovable, a veces de por vida) de un capital detentado y controlado por la institución y por ella sola: es el partido quien, a través de sus cuadros y sus militantes, ha acumulado en el curso de la historia un capital simbólico de *reconocimiento* y de *fidelidades* y que se ha dotado, por y para la lucha política, de una organización permanente de permanentes capaces de movilizar a los militantes, a los adherentes y a los simpatizantes y de organizar el trabajo de propaganda necesaria para obtener los votos y, por ello, los puestos, que permitan mantener y tener durablemente a los permanentes (Bourdieu 1981, 18-19, traducción propia)

El reclutamiento político constituye una de las pesquisas principales para el estudio de carreras políticas. ¿Quiénes son incorporados a la carrera política? ¿De dónde provienen y con que “*bakground*” social, status económico, status cultural? ¿Qué experiencia traen consigo los individuos que se incorporan a la actividad política? ¿Son personas sin experiencia previa, iniciantes en el campo político, o provienen de carreras progresivas que escalan peldaño a peldaño el laberinto partidario e institucional? ¿Qué cúmulo de cargos anteriores ejercieron, en niveles burocráticos o políticos estatales, puestos electivos por voto popular, de qué forma se relacionan con las demás fuerzas políticas y en qué perfil ideológico se localizan? ¿De qué forma todo esto influencia el perfil de carrera generando o no padrones visibles para la pesquisa científica?

El reclutamiento es una de las funciones principales de los partidos políticos. Puede darse en diferentes momentos, de formas y modos variados, dependiendo del tipo de carrera que emprenden los activistas y militantes que se tornan potenciales políticos profesionales.

De modo general, dos perspectivas analíticas sobre el tema dan dos énfasis diferentes (Costa y Codato, 2018): 1) Procesos partidistas y marco institucional del reclutamiento político, en estudios neo-institucionalistas que tienen como variable fundamental la ‘ambición política’ (Schlesinger, 1966; Polsby, 1968; Black, 1972; Czudnowski, 1975; Norris, 2013). 2) Correlación del reclutamiento político con las jerarquías sociales, que tienen como variables fundamentales las societarias (Putnam,

1976; Bourdieu, 1981, 1988; Best, Heinrich e Cotta, 2000; Offerlé, 2011; Gaxie, 2012). En esta segunda perspectiva, Costa y Codato (2018, p. 3) distinguen dos abordajes: de la sociología política –que combinan variables de la dimensión social e institucional y priorizan estudios de carácter longitudinal centrados en la profesionalización política- y de la sociología de la política que se centran en la dimensión social y la reconversión de capital social para el acceso al campo político.

Norris (2013), en la primera perspectiva, parte del supuesto de la importancia del reclutamiento para las posibles luchas internas de los partidos, la composición de los parlamentos y gobiernos. En esta visión, tres etapas influyen "la danza de los asientos", el juego por el cual se presentan muchos elegibles, pocos logran la indicación y aún menos son electos: i) La certificación, que implica disposiciones de derecho electoral, normas internas a los partidos y normas sociales no formales para una candidatura elegible. ii) La indicación, el momento de oferta para los cargos políticos y la demanda de los seleccionadores para la decisión sobre los nombrados y iii) La elección, el paso final que determina la distribución de los asientos o lugares de los legisladores.t

Entre los que priorizan la dimensión social, en un estudio clásico Gaxie (2012) sostiene que independientemente del cargo electivo o político en disputa, intendente, postulante al legislativo, ministro etc., las probabilidades de ejercer el mismo dependen de la posición en la estructura y jerarquía social: cuanto más elevada la misma, mayores posibilidades de obtener la representación. A partir de análisis históricos y datos empíricos de la representación en Francia, concluye que: i) El índice de representación política en la Cámara aumenta en la medida en que se vaya de las clases populares a las clases superiores representadas por grandes empresarios, profesionales liberales y altos ejecutivos del sector público y privado. ii) Las clases superiores están de forma frecuente sobre-representadas y en la mayoría fuertemente sobre-representadas, en tanto que las clases medias y populares están sub-representadas o ausentes. iii) La imagen de la Cámara ofrece una representación invertida de la estructura social, privilegiando en más de tres cuartos diputados que provienen de las élites sociales y culturales. iv) Desde este punto de vista, la competencia política interesa sobre todo a los agentes políticos situados en la cima de la jerarquía social. v) El libre juego político de la competencia llevará a esos

agentes privilegiados de las fracciones de las clases superiores a apoderarse de los cargos de poder político reafirmando su supremacía social y autoridad política¹².

En cuanto a estudios que utilizan el status social, más específicamente la profesión -entendida esta como el ejercicio de actividad laboral profesional que requiere formación académica superior- como proxy para determinar las aptitudes o disposición para la carrera política, Codato et. al. (2014) desarrollaron un modelo que fue aplicado a la Cámara de diputados brasilera. A partir de tres criterios, *carrera profesional flexible*, *status social elevado* y *ocupación afín a la política*, se construye el modelo con tres tipos de disposiciones para la política: *alta*, cuando se cumplen los tres criterios, *media*, cuando se cumplen dos criterios, y *baja*, cuando se cumple apenas un criterio o ninguno (Codato, Costa y Massimo, 2014, p. 356).

En una pesquisa comparada sobre la profesionalización de los diputados de Dinamarca y Noruega, Eliassen y Pedersen (1978) definen que:

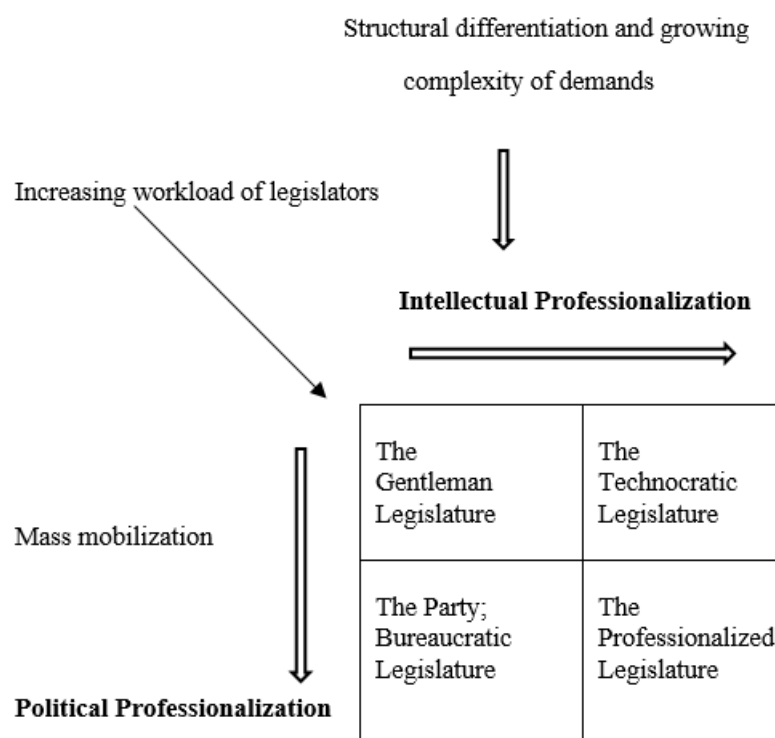
..la profesionalización política representa un proceso mediante el cual el status social da paso al status político como criterio básico para el reclutamiento legislativo: la adscripción y el logro social son reemplazados por la experiencia política y el logro político a medida que se desarrolla la profesionalización (Eliassen y Pedersen 1978, 291, traducción propia)

Referente a la medición de la profesionalización política, partiendo de tres indicadores de profesionalización, alto status social, alto status educacional y alto status político, construyen un modelo que combina de diversas formas los mismos estableciendo ocho posibles situaciones del legislador en forma individual: desde un extremo de profesionalización con la posesión de los tres indicadores, posesión de dos de ellos o uno en forma individual o ninguno. La medida del status educacional es la posesión o no de un título académico –graduación superior-, del status político el haber ocupado cargos de elección popular a nivel local o nacional, y del status social una lista de profesiones que reportan tal condición. Los indicadores de profesionalización resultantes son de dos tipos: i) un primer indicador agrupa a los legisladores que poseen de forma combinada alto

¹² O aumento regular do índice de representação política conforme a posição na hierarquia social atesta que o efeito de seleção social inerente à competição política se manifesta, ainda que desigualmente, em todos os partidos. Essa seleção se exerce, entretanto, de maneira muito específica, ou seja, ao que parece, de acordo com os laços que cada organização mantém com a estrutura social (Gaxie, 2012, p. 190). As lideranças de todos os partidos – com exceção do PCF – pertencem às classes superiores, mas vêm de frações nitidamente diferenciadas. O “espectro” das posições dentro do campo político se apresenta, aliás, como um decalque quase perfeito da estrutura das classes superiores (Gaxie, 2012, p. 191).

status político con alto status social y/o educacional, lo que expresa una legislatura que se ha distanciado de su posición inicial hacia una legislatura burocrática de partido o profesionalizada intelectual y ii) un segundo indicador de aquellos legisladores que concentran de forma exclusiva un alto status político y que expresa el impulso de la profesionalización hacia un estado burocrático del partido, el “profesional puro” (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 292-296).

GRÁFICO 1 - MODELO SIMPLE DE PROFESIONALIZACIÓN COMO VARIABLE DEPENDIENTE E INDEPENDIENTE



Fuente: Eliassen y Pedersen (1978, p. 292).

Entre los pocos modelos de medición de capital político disponibles en la ciencia política, Codato et. al. (2017) propusieron y testaron recientemente un refinado modelo de análisis bidimensional del status político y status social. En primer lugar, la dimensión del status social se basa en el tipo de profesión antes del inicio de la carrera política, determinando si la misma es de status alto (elite) o de status bajo (no elite). Se parte del modelo que clasifica las profesiones con disposición para la política (Codato, Costa y

Massimo, 2014) incluyendo aquellas con alta y media disposición para la política en *Alto Status*, y aquellas con baja disposición para la política en *Bajo Status*.

En segundo lugar, la dimensión política recoge dos indicadores: primero, el perfil de la carrera política considerando cargos municipales, estatales y nacionales para determinar si la carrera está centrada en el plano local o nacional; y segundo, la vocación política, dimensionada por el ingreso precoz o tardío a la política y el tiempo previo de carrera antes de ser electo legislador. Tres variables combinadas, profesión de élite (si o no), perfil de carrera (nacional o local) y vocación política precoz (si o no) determinan ocho tipos de políticos (Codato, Massimo y Costa, 2017, pp. 121-123).

1.1. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS POR PAÍSES

1.1.1. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN ARGENTINA

Entre los escasos estudios de carrera de diputados argentinos, Cantón (1964) realiza un primer estudio socio-gráfico de la clase política argentina, que incluye Senadores y Diputados de los años 1889, 1916 y 1946.

En 1889 y 1946 la mitad de los diputados contaban con educación universitaria completa, y en 1916 el 72%. Hay un fuerte dominio de abogados de profesión entre los diputados, representando 84%, 74% y 67%, seguidos de los médicos 12%, 21% y 16%, respectivamente para 1889, 1916 y 1946. Aquellos que sólo se dedican a actividades profesionales representan el 40%, 41% y 38%, y los que ejercen la profesión y a la vez son propietarios representan el 10%, 26% y 13%, respectivamente para para 1889, 1916 y 1946. (Cantón, 1964, pp. 4-6).

La edad promedio de los diputados es de 39, 43 y 46 años para 1889, 1916 y 1946 (Cantón, 1964, p. 13). El nivel ocupacional por partido político refleja una mayor concentración de la clase alta y media alta en las facciones conservadoras y de derecha tanto para 1916 y 1946; de clase media casi de forma absoluta entre los socialistas en 1916 y de peronistas en 1946; y de clase media baja y clase obrera de forma exclusiva entre los peronistas provenientes de los socialistas, laboristas y ex radicales en 1946 (Cantón, 1964, p. 21).

Jones et al. (2000) en estudio que abarca 1983 a 1999, señalan la ausencia de incentivos institucionales¹³ para la carrera de los legisladores argentinos, lo que impide que los políticos inviertan en el congreso y las carreras sean de corta duración. Para el período de estudio hubo una tasa de 17% de reelección. Además, las interrupciones permanentes al funcionamiento del Congreso entre 1930 y 1983, en total 22 años, en razón de las intervenciones militares, afectaron la continuidad de las carreras políticas tornando las mismas inestables. Desde el golpe militar de 1943 la antigüedad promedio de los diputados no superó los 4 años (Jones *et al.*, 2000, pp. 15-16).

A pesar de ello, los legisladores nacionales argentinos son “amateurs” pero a la vez “políticos profesionales”, en la medida en que todos llegan a la Cámara luego de ocupar cargos electivos, cargos por designación o partidarios (Jones *et al.*, 2000, p. 22). Simone (2015), en un estudio reducido a 18 diputados posterior a la apertura democrática de 1983, coincide con esta conclusión. Las carreras políticas son vistas como cortas y discontinuas, dificultando una profesionalización legislativa pero, por contrapartida, en la faceta política se demuestra una profesionalización (Simone, 2015, p. 11).

La provincia de Buenos Aires representa el distrito de mayor magnitud electoral de Argentina: tiene 70 bancas de las 257 de la Cámara de diputados¹⁴. Por ello, es significativo el estudio de Rodrigo (2018) a partir del enfoque de la sociología de la política. Rodrigo (2018) analizó la trayectoria de 231 diputados que ejercieron sus mandatos en el período 1999-2015 en este distrito. En cuanto a nivel educativo, 49,1% tienen grado universitario, 12,8% de posgrado, 17,4% terciario y 20,6% secundario; entre los universitarios predominan con 46,2% los que estudiaron abogacía.

La profesión principal previa al cargo es la de profesional independiente (33,5%), funcionarios públicos estatales, provinciales y municipales (19,3%), empleados privados

¹³ Aunque en la letra, Argentina parece muy similar a los Estados Unidos –un país federal, con una forma presidencial de gobierno, con una legislatura compuesta de dos cámaras cuyos miembros son elegidos en elecciones no concurrentes–, dos aspectos de las instituciones argentinas crean diferencias fundamentales en los incentivos de los políticos. En primer lugar, en la Argentina, las reglas electorales transfieren el poder político de los legisladores y partidos nacionales a los líderes partidarios regionales, limitando el control que poseen los legisladores sobre su futuro político y por ende sus incentivos para establecer una carrera legislativa. En segundo lugar, la existencia de restricciones débiles (tanto constitucionales como judiciales) a las acciones unilaterales del Ejecutivo tienden a socavar los derechos de propiedad política de los legisladores, y consecuentemente sus incentivos de carrera y legislativos (Jones *et al.*, 2000, p. 5).

¹⁴ Honorable Cámara de Diputados de la Nación. Accesado el 31.05.2020:
<https://www.hcdn.gob.ar/diputados/mapa.html>

(15,7%), profesores (14,1%) y empresarios (13,6%). Gran parte de los diputados (71%) ocuparon al menos un cargo en la estructura partidaria. El tipo de carrera política previa bi-nivel local-nacional es preponderante (26,8%), multinivel (10,4%), bi-nivel provincial-nacional (18,2%), mono-nivel nacional 7,8% y sin carrera previa (36,8%). El asociacionismo (41%) es un recurso importante, en especial en el caso del peronismo vinculado al movimiento sindical (Rodrigo, 2018, pp. 95-101).

Rodrigo (2018) concluye que gran parte del grupo de estudio proviene de localidades medianas y pequeñas de las provincias, de lo cual infiere la importancia de los vínculos territoriales y sociales para acceder al ámbito político y, además:

Entre sus principales atributos se pudo constatar una serie de rasgos típicos, coincidentes con descripciones previas sobre elencos políticos de la PBA. Una población mayormente masculina, de mediana edad, con niveles educativos elevados y orientada a profesiones liberales, en particular la abogacía – graduados en la UBA y la UNLP – constituye el tipo más frecuente (Rodrigo, 2018, p. 95)

Levita (2018) analiza 11 de los llamados “agrodiputados”, líderes gremiales vinculados al movimiento de protesta agrario empresarial del año 2009 en Argentina y que accedieron a la Cámara de Diputados. Devela que a pesar de la imagen homogénea manifiesta por la prensa y algunos estudios académicos, los actores políticos constituyen un grupo heterogéneo con diferentes trayectorias y clasificaciones entre políticos profesionales, amateurs y gremialistas. Mellado (2018) en un estudio prosopográfico de conjunto de la clase política de la provincia de Mendoza, del período 1983-1999, revela alto porcentaje de diputados nacionales oriundos de la provincia con educación superior universitaria (77,8%) (Mellado, 2018, p. 92).

En cuanto a la participación de mujeres en la Cámara de diputados, Argentina es uno de los países que más avanzó desde la década de 1990 con la disposición de la cuota femenina obligatoria mínima del 30% en las listas de candidatos y en puestos con

posibilidades reales de ganar¹⁵. De una participación de 27,6% de mujeres en el parlamento nacional en 1997, pasó para 38,1% en el año 2017¹⁶.

Diversos estudios analizan el proceso de la conquista de la ley de cuotas en Argentina, considerada pionera en el continente, además de realizar estudios comparados entre políticas públicas para el acceso al legislativo por parte de las mujeres argentinas, chilenas y brasileñas (Rodríguez Gustá y Caminotti, 2010; Marx, Borner y Caminotti, 2011; Caminotti, 2014).

1.1.2. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN BRASIL

Entre los estudios específicos de diputados federales de Brasil, Rodrigues (2009c) pesquisó la legislatura del período 1999/2003 de la Cámara de diputados. La hipótesis es que existe una relación consistente y coherente entre los medios socio-profesionales de reclutamiento de los partidos y las orientaciones político-programáticas de los partidos, en la escala ideológica de derecha, centro e izquierda. El enfoque y supuestos son "más cercanos a la sociología política que a la ciencia política stricto sensu", lo que no significa "que ignoremos el papel de las instituciones, leyes y reglas que involucran y guían los intentos de alcanzar el poder a través de ganar votos" (Rodrigues, 2009c, p. 13). En sintonía con Lipset (1960) quien dice que existirían padrones de relación entre el partido y su orientación ideológica y los medios sociales de reclutamiento, y con Gaxie (2012) que también valora la clasificación de los partidos en campos ideológicos como una forma de expresión de las contradicciones de clase en la sociedad.

Rodrigues realiza una selección de seis partidos con una representación mínima del 5% en la CD -con diferentes criterios para el PDT (4,9%), incluido por su perfil ideológico más consistente-. El grupo de partidos representó el 84% de los escaños. Las clasificaciones ideológicas se hicieron de acuerdo con la literatura de científicos brasileños y brasileños (Rodrigues, 2009c, pp. 14-15).

Por grupos de profesiones destacan dos contrastes. Por un lado, el porcentaje de empresarios. "Claramente, la proporción de empresarios (de todo tipo) disminuye cuando se pasa de derecha a izquierda". La escala comienza con el bloque de la derecha: PPB,

¹⁵ Ley Nacional 24.012 del 29 de noviembre de 1991. Accesado el 10.07.2020: <http://conaduhistorica.org.ar/wp-content/uploads/2016/08/Ley-Nacional-24012-Cupo-Femenino.pdf>

¹⁶ OIG CEPAL. Accesado el 30.09.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/argentina>

que tiene 68,4% de emprendedores y PFL, 60,9%; PMDB con 46,9% y PSDB con 38,4% en el bloque central; y en el bloque izquierdo, PDT con 20% y PT con 3,4%. “En el caso de la docencia (todos los niveles docentes), la tendencia es bastante clara: la presencia de profesores en los banquillos aumenta linealmente al ir de derecha a izquierda”. PPB con 6,7%, PFL con 9,6%, PMDB con 15,6%, PSDB con 16,2%, PDT con 20,0% y PT con 33,9% (Rodrigues, 2009c, p. 48).

Mucinhato (2014) traza un perfil de los diputados federales de 1986 a 2012, de la 48^a a 54^a legislatura, en base a datos del Centro de Documentación e Información de la Cámara de diputados CEDI. Incluye diputados titulares y aquellos suplentes que asumieron de forma temporal la banca.

El estudio aborda las dimensiones de formación educacional, perfil profesional, filiación religiosa y perfil patrimonial. En cuanto a cursos superiores prevalecen Derecho (35,80%), Medicina (10,30%), Administración (7,70%), Economía (7,50%), Ingeniería Civil (5,40%), Contabilidad (5,10%) y especialidades Agrícolas (3,30%) (Mucinhato, 2014, p. 72). En cuanto a profesión predominan la de empresario (22,50%), abogado (21,60%), profesor (20,90%), agro-negocio (10,90%), médico (10,50%), administrador (8,70%), ingeniero (7,50%) y funcionarios públicos (6,60%) (Mucinhato, 2014, p. 75). El perfil religioso declarado de forma mayoritaria es Católico (70,50%), religiones Protestantes (10,10%) y Espiritistas (0,90%) (Mucinhato, 2014, p. 79). En relación al patrimonio declarado el estudio retiró los casos de *outliers* para evitar que diputados muy ricos elevasen la media, tras lo cual se observó una estabilidad en el padrón en las cuatro legislaturas (Mucinhato, 2014, pp. 81-82). Concluye:

El parlamentario medio encontrado en la Cámara Federal de 1986 a 2012 fue típicamente católico, con estudios superiores completos y un patrimonio neto medio de R \$ 1 millón (el 50% tenía entre R \$ 500.000 y R \$ 2,5 millones). Es Licenciado en Derecho (36%), Medicina (10%) o Administración (8%) y declara trabajar como Emprendedor (22%), Abogado (22%), Profesor (21%), Campesino (10%) o Médico (10%). Como sugiere la literatura internacional sobre el perfil de los parlamentarios de otros países, los diputados brasileños tienen, en gran medida, un grado de educación muy por encima del promedio de la población del país. Aunque el volumen de diputados con menor nivel educativo ha aumentado con el tiempo y, lo que es más importante, hay una diversificación de cursos formación de diputados (de 4 cursos vigentes en la legislatura 48, a 8.2 en la actual), con un claro descenso en la presencia de licenciados en derecho. Una modificación notable es que hubo una inversión en el tipo de Universidad que hacen los diputados brasileños: las instituciones públicas declinaron y las privadas crecieron, convirtiéndose en mayoría (Mucinhato 2014, 82, traducción propia)

Las posibilidades de que los políticos de carrera sean reelectos son comprobablemente altas en relación a las demás profesiones, reforzado, además, por la inversión de dinero en campaña y la pertenencia a los cuatro partidos con mayores bancadas federales: PT, PMDB, PSDB y DEM, constituyen variables decisivas de recursos de los políticos electos para la Cámara de diputados en el año 2010 (Cervi *et al.*, 2015):

En primer lugar, mostramos que son los políticos profesionales, tal como es posible deducir de la ocupación de los datos de registro de las candidaturas de los TRE, los que tienen mayores posibilidades de éxito en la disputa analizada. Más que eso: logramos mostrar que hay una jerarquía clara entre quienes se declararon políticos profesionales. Los que resultaron candidatos a la reelección, es decir, los que ya ocupaban el cargo de diputado federal, fueron los que tenían mayores posibilidades, seguidos de los senadores y, finalmente, de los concejales... En segundo lugar, las cifras indican que existe una fuerte correlación entre el éxito electoral y ser diputado federal por una de las principales asociaciones de partidos nacionales... Finalmente, la investigación mostró que existe una clara focalización del dinero de campaña para aquellos candidatos que ya son políticos y que a mayor cantidad de recursos, mayores posibilidades de éxito electoral (Cervi et al. 2015, 202-3, traducción propia)

El estudio de Oliveira (2009) también concluye que hay una prevalencia de políticos profesionales en la Cámara de diputados y que la búsqueda por cargos en el nivel ejecutivo apunta a progresar en la carrera política o dar continuidad a la carrera política legislativa.

..las interrupciones del mandato parlamentario para ocupar cargos indicados o electivos en el Ejecutivo funcionan, en la gran mayoría de los casos, como estrategia para asegurar la continuidad de la carrera política en la propia Cámara de Diputados. La Cámara de Diputados representa el blanco de la carrera política, una plataforma importante para los llamados políticos de carrera o políticos profesionales. La meta final, entre tanto, está direccionada para otros cargos del sistema político, como el Senado, o Ejecutivo nacional o las gobernaciones (ambición progresiva) (Oliveira 2009, 89, traducción propia)

Marengo (2000) llama la atención para el fenómeno del “reclutamiento lateral” en la Cámara de diputados en un estudio de 14 legislaturas de 1946/98 y el declive de la experiencia política previa de los diputados. “Tasas elevadas y continuas de renovación parlamentaria revelan el trazo más saliente de un fenómeno que atraviesa regiones, estados y partidos. Acentuada circulación no alcanza apenas bancadas de los estados urbanos y electoralmente competitivos” (Marengo dos Santos, 2000, p. 227). De 1946 a 1994 diputados con experiencia política previa de más de 15 años pasaron de 30,4% para

9,6% de los diputados, en tanto que los outsiders con experiencia no superior a 4 años paso de poco más de 30% a más del 50% (Marenco dos Santos, 1997, p. 4).

Codato et.al. (2014) construyeron un modelo a partir de marcadores sociopolíticos para determinar como la ocupación previa –diferente de la formación o titulación académica- influencia las posibilidades de suceso de los candidatos a diputados federales en las elecciones de 2006 y 2010.

A partir del análisis hecho por Norris y Lovenduski que ordenaron las profesiones del parlamento del Reino Unido “conforme la mayor o menor capacidad que los oficios tendrían de favorecer una carrera política de suceso” fue elaborado un modelo “que concilie dos dimensiones distintas y que influyen, para más allá de las reglas electorales en vigor, el reclutamiento político: de un lado, las condiciones objetivas de los agentes y, de otro, el status social de los candidatos y/o de los electos” (Codato, Costa, y Massimo 2014, 355, traducción propia).

La clasificación propuesta y testada para las elecciones de 2006 y 2010 cuenta con tres tipos de profesiones con disposición para la política: a) con alta disposición, b) con mediana disposición y c) con baja disposición. Los criterios para clasificar la profesión son: carrera profesional flexible (aquella que permite disponibilidad de tiempo, autonomía profesional y vacaciones extendidas), status social (el prestigio social de la ocupación) y afinidad con la actividad política (las que proporcionan amplias redes de contactos, consustanciación con la maquinaria pública estatal y los procesos políticos) (Codato, Costa y Massimo, 2014, pp. 355-356).

Un modelo de medición de status político y status social, aplicado al estudio de Senadores del Brasil (Codato, Massimo y Costa, 2017), también es posible aplicar al estudio de carrera de diputados federales. El mismo recoge el test aplicado a la medición de profesiones con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014) simplificando en dos variables, donde la profesión de elite (status alto) incluye carreras con alta y media disposición para la política, y la profesión que no es de elite (status bajo) incluye carreras con baja o ninguna disposición para la política.

Las otras dos variables de status político constituyen el perfil de carrera (nacional o local), y la entrada precoz o no a la política. Esas tres variables o cualidades de la carrera política, combinadas de forma lógica resultan en ocho tipos distintos de políticos: i) con carrera nacional, vocación política y profesión de élite, ii) con carrera nacional y vocación política, sin profesión de elite, iii) con carrera nacional y profesión de elite, sin vocación

política, iv) con carrera nacional, sin vocación política o profesión de élite, v) con carrera local con vocación política y profesión de elite, vi) con carrera local y vocación política, sin profesión de élite, vii) carrera local y profesión de élite, sin vocación política, y viii) con carrera local, sin vocación política y sin profesión de élite (Codato, Massimo y Costa, 2017, pp. 121-123).

Es observado también en los estudios sobre diputados brasileños la constatación del creciente número de los mismos que poseen capital asociativo, es decir, vínculos orgánicos con organizaciones de la sociedad civil, así como el capital familiar y la influencia de los medios de comunicación.

Considerando los diputados federales, 85,5% de los mismos carecían de todo tipo de vínculo asociativo en 1979, lo que se redujo para 44,9% en 2003. Es verificado asimismo que la mayoría de los vínculos asociativos de tipo empresarial se encuentran entre los partidos conservadores, en tanto que los vínculos asociativos con entidades de trabajadores, en especial profesores, en los partidos de izquierda, en especial el PT. La modalidad de reconversión del capital asociativo en capital político y la dinámica específica con la política electoral son analizados caso a caso, no existiendo una regla general al respecto (Coradini, 2007).

Miguel y Machado (2015) verifican el importante componente de diputados federales con capital familiar en las elecciones de 2002, 2006 y 2010. Para 2010, 52,3 % de las mujeres y 46,1% de los hombres tenían vínculos familiares (Miguel, Marques y Machado, 2015, p. 734). Es observado mayor porcentaje de diputados y diputadas con relaciones familiares en el eje ideológico de centro y derecha, en relación a la izquierda (Miguel, Marques y Machado, 2015, p. 736).

La influencia de los medios de comunicación es analizada por Miguel (2003) que concluye sobre la importancia de la referencia que genera la aparición en los medios de comunicación de masas por determinados candidatos en la producción de capital político. Así, los medios de comunicación generan atajos de carrera política permitiendo el acceso de outsiders.

La escasa representación femenina en el poder legislativo ha sido objeto de diversos estudios. Históricamente la Cámara brasileña tuvo una muy baja composición femenina¹⁷ llegando a constituir en el año 1997 un 6,6% y en el año 2018 un 15% del

¹⁷ OIG CEPAL. Brasil. Mujeres electas en el parlamento nacional. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accedido el 30.09.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/brasil>

parlamento nacional. Diversos autores abordan sobre el reclutamiento y representación política de mujeres y sus determinantes políticos y sociales, el acceso al poder legislativo y la situación de políticas de género en los partidos, las chances electorales de las mujeres y el asociacionismo y la representación femenina (Araújo, 2005, 2009; Araújo y Alves, 2007; Almeida, Lüchmann y Ribeiro, 2012; Costa, Bolognesi y Codato, 2014; Bolognesi, Perissinotto y Codato, 2016).

Con el fortalecimiento de las bases sociales, económicas y mediáticas de las iglesias evangélicas, en la década de 1980 irrumpen sus líderes en la acción política. Con el lema “hermano vota a hermano” políticos pentecostales y evangélicos obtuvieron 33 legisladores que conformaron la “bancada evangélica” (Oro y Tadvald, 2019, pp. 63-64). El reclutamiento de padres y pastores de signo evangélico a la Cámara de diputados brasilera ha sido constante: ampliaron su presencia de 1998 a 2014. Los evangélicos en 1998 fueron 35, y en el 2014 fueron 123. Para 2010 la bancada evangélica contaba con 70 diputados (Gerardi y Espinoza, 2018, pp. 210-211).

1.1.3. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN CHILE

Estudios de la Cámara de Diputados de Chile dan cuenta de su homogeneidad, alto nivel educativo, extensos años de experiencia previa y militancia partidaria.

En el período 1990-2014 de la Cámara de Diputados se verifica predominio de los abogados, baja presencia femenina, un aumento en la edad promedio y de la militancia partidaria, alto nivel educacional, capital universitario y trayectorias previas en niveles juveniles de los partidos políticos (González-Bustamante y Cisternas, 2016).

Cordero (2006) analiza los diputados del período 1961-2010, y objetiva determinar continuidades y cambios longitudinales, visualiza procesos de cambio generacional, participación de las mujeres, niveles de educación superior y experiencia escolar, establecimientos principales de instrucción, si públicos, privados, católicos, laicos; perfil profesional y ocupacional y de carreras políticas. Destaca el autor que la ocupación o actividad económica constituye una variable poco considerada en Chile en los estudios de reclutamiento parlamentario, y tiende a ser equiparada a la profesión académica (Cordero, 2006, p. 21).

Los resultados revelan que en la quinta legislatura que comenzó en 2006, tras la reapertura democrática, hay diferenciación con el período anterior a 1973. Entre los aspectos que se acentúan de forma transversal, cuentan:

- Altas tasas de permanencia: 77% de reelectos sobre el total que se re-postulan al cargo (Cordero, 2006, p. 9). Gran porcentaje con estudios universitarios (68%) y de postgrado (19,25) (Cordero, 2006, p. 13). Disminución de la preponderancia de ocupaciones tradicionales como la de agricultor, en la derecha (22,4% en 1961, 14,7% en 1973, 14,2% en 1990 y 10,8% en 2006) (Cordero, 2006, p. 23).

De los caracteres emergentes el estudio apunta:

- Creciente, pero aún limitada presencia de la mujer, en particular en los partidos de derecha. En cifras totales, el 3,4% en 1961; 9,3% en 1973; El 5,8% en 1990 y el 15% en 2006; en el año 2006, en partidos de derecha 14,3%, de centro 9,5% y de izquierda 18,6% (Cordero, 2006, p. 11).

- Nueva centralidad del ejercicio de profesiones liberales, con disminución de los abogados y diversificación de profesiones. Sin embargo, más de la mitad de la cámara elegida para el período 2006-2010 está compuesta por abogados (32,4%), médicos cirujanos (13%) e ingenieros comerciales (11,1%); en porcentuales menores ingenieros civiles (3,7%) y agrónomos (1,9%) (Cordero, 2006, p. 20).

- Nuevo grupo generacional emergente, nacido después de 1970 (10,9%) (Cordero, 2006, p. 10).

- El aumento de la experiencia electoral anterior al cargo, tras una caída desde 1994, y comparada dentro del período post-autoritario: el 20,8% (1990), el 14,2% (1994), el 12,5% (1998), 15 % (2002), el 20,8% (2006). En comparación con el período pre-autoritario, hay una fuerte caída de la experiencia electoral anterior: el 74,1% (1961) y el 43,3% (1973) (Cordero, 2006, p. 26). En el análisis por partido hay gran disparidad, en el período 2006-2010: Socialistas (13,3%), Democracia Cristiana (9,5%), Partido por la Democracia (27,3%), Unión Demócrata Independiente (11,8% y la renovación nacional (40%) (Cordero, 2006, p. 28).

- Hay una disminución de los altos funcionarios de gobierno, del 18,3% (1990) al 14,2% (2006) (Cordero, 2006, p. 23).

Las características más compartidas son la de ser del sexo masculino (85%), tener certificación profesional, técnica, universitaria y de postgrado (95,8%), ser profesional liberal (56,5% tradicionales y 5,6% de ingenieros civiles y agrónomos); tener un cargo en

el gobierno (14,2%) o ser empleado (12,5%); en el sector privado (60,9%), experiencia educacional en instituciones privadas principalmente católicas (44,2%) y formación universitaria de dos instituciones, las Universidades de Chile y la Católica (60%); escasa experiencia electoral (20,8%) si se compara con el período pre-autoritario, y alta participación en cargos de la administración pública (40,8%) y organizaciones de la sociedad civil (40%) (En el caso de las mujeres).

Se resumen tres conclusiones fundamentales sobre la composición social de la legislatura 2006-2010: i) presenta un mayor nivel educativo, con mayor potencial de producción legislativa para responder a un contexto social complejo; ii) muestra patrones de socialización común y altas tasas de permanencia que facilitan la consolidación de una elite parlamentaria para generar consensos y, iii) se nota una mayor presencia de mujeres, y experiencia en cargos anteriores de orden local, que pueden fortalecer liderazgos nuevos y preocupaciones temáticas (Cordero, 2006, p. 30).

Cordero y Funk (2011) estudian el mismo período abarcando las cuatro legislaturas previas al golpe militar (1961-1973) y las cuatro primeras del período post-autoritario (1990-2006) centrando el estudio en la relación entre cambio partidista y cambios en los patrones de la composición social de las élites.

El proceso de modernización social y política en Chile post-dictadura operó una transformación en la elite de los partidos y en los grupos de representación en el parlamento (Cordero y Funk, 2011).

Las transformaciones en las trayectorias sociales y políticas de los líderes políticos-vinculadas a cambios en la estructura social del país -y en las lógicas de reclutamiento de los partidos -conciliadas con cambios en el sistema político- son regularmente interpretadas como indicadores de la diversificación sociocultural y por mayor porosidad de las élites (PNUD, 2004) (Cordero y Funk, 2011, pp. 41-42).

En oposición a tal entendimiento, los autores sugieren que este proceso puede ser interpretado como nuevas fuerzas de oligarquización y homogeneidad social en el sistema político (Cordero y Funk, 2011, p. 42).

En otras palabras, no obstante, los procesos de diferenciación social experimentados por el país, la elite parlamentaria mantiene una unidad básica: la homogeneidad de su origen social y carrera política. Estas tendencias, aunque siempre presentes en las instituciones políticas (Michels, 1962), resultan críticas en el caso de Chile. En el caso de que se produzca un cambio en la calidad de vida de la población, se debe a que, favorecidas por marcos normativos como el sistema electoral binominal, profundizan la separación entre el sistema político y la ciudadanía y, por ende, debilitan más los vínculos

de representación en un país con altos niveles de desigualdad social (Cordero y Funk, 2011, p. 42).

Tres conclusiones se plantean: 1) la existencia de una progresiva distancia de los partidos en relación a los grupos sociales e identidades ideológicas radicales, 2) el desarrollo de una lógica tecnocrática y pragmática dirigida al éxito electoral y 3) un limitado reconocimiento de la elitización sociocultural de las élites partidarias en el período de redemocratización (Cordero y Funk, 2011, pp. 65-66).

Chile no cuenta, hasta el periodo analizado en esta pesquisa, con una ley específica que promueva y garantice el acceso de mujeres a cargos electivos, y para el año 2016 contaba con un 15,8% de participación femenina en el parlamento¹⁸. Estudios comparados con argentina muestra el rezago de Chile en relación a promover el reclutamiento político de mujeres para el parlamento, así como el lento proceso para la instauración de una Ley que garantice cuotas de participación femenina en los parlamentos locales y nacionales (Gómez, 2007; Rodríguez Gustá y Caminotti, 2010).

Saldaña (2014) estudia las carreras de los diputados chilenos del período 1989-2013 y como las mismas afectan a la representación política, verifica el potencial de carreras con raíces en familias políticas, la edad como factor determinante significativo para la carrera progresiva –cuanto menor la edad mayor posibilidad de carrera progresiva. Entre otros determinantes positivos para la carrera progresiva cuentan el porcentaje de votos –mejor cuanto mayor es el margen de victoria-, las ocupaciones afines a la política y la coalición y el partido (Saldaña, 2014, pp. 144-149).

El aspecto confesional también está presente en las carreras políticas de los diputados chilenos. La principal *cleavage* partidaria del siglo XIX fue en torno del conflicto sobre el papel de la Iglesia Católica en el Estado y en las instituciones sociales (Valenzuela, 1995, p. 7). El Partido Conservador de inicios del siglo XX surge bajo las ideas católicas para promover valores liberales y democráticos e intentar neutralizar el avance comunista entre los trabajadores y las clases más humildes, y es el antecedente del influyente Partido Demócrata Cristiano (PDC) se funda en 1957 (Ize M, 1969, pp. 111-112).

¹⁸ OIG CEPAL. Accedido el 30.09.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/chile>

1.1.4. ESTUDIOS DE CARRERA POLÍTICA DE DIPUTADOS EN MÉXICO

Camp y Cetto (1981) desarrollaron pesquisas pioneras sobre la élite política mexicana, en este caso sobre la relación entre educación y reclutamiento político del período 1935-1975 que incluye autoridades electas, cargos estatales y partidarios. La educación de la elite política mexicana revela que los dirigentes políticos de alto nivel forman parte de una minoría privilegiada con acceso a niveles superiores de educación y que ella se ha vuelto más usual a lo largo del siglo XX. Para el año 1926, 56% de los mayores mexicanos de 6 años tenía algún nivel de educación primaria, 6% de educación secundaria y 1,5% un grado universitario, comparados al 100%, 99% y 92% respectivamente para los mismos niveles de la élite política en general. El promedio de educación general de la población está en 2,3 años y el de los líderes políticos en 15 años (Camp y Cetto, 1981, pp. 421-422). En cuanto los diputados federales de la legislatura 1935-37 tuvieron 61,5% con grado universitario en 1973-76 fue de 58% (Camp y Cetto, 1981, p. 441). Los dirigentes de los principales partidos tradicionales, PRI y PAN, concentran su formación académica en especial en el área del Derecho (PRI 32,6%, PAN 53,35), Medicina (PRI 7,2%, PAN 12,2%) y Ciencias aplicadas, economía, ingeniería, administración pública y otras (PRI 8,5%, PAN 10%) (Camp y Cetto, 1981, p. 444).

Camp (1978) en estudio comparado destaca el aumento del componente de clase media y alta en la élite política. El estudio incluye variadas autoridades electas y no electas, entre ellas diputados. En el período 1880-89 de la clase media y alta provenían 56,5% de los agentes políticos, y 43,5% de la clase humilde, en tanto que para 1940 la cifra quedó en 63,0% y 37,0% respectivamente (Camp, 1978, p. 31). El componente de Diputados federales que ocuparon el cargo por primera vez se mantuvo relativamente estable de 1934-1940 (37,9%) a 1970-1976 (31,8%); debe ser considerado que la muestra del estudio es de sólo 483 diputados de 7 períodos legislativos (de 1933 a 1970) (Camp, 1978, p. 54).

Camp (1980) analiza también una elite política de 135 agentes, incluidos diputados federales, del período presidencial de López Portillo (1976-1982) y la compara al período 1935-1976. Sobre la composición social bajo la presidencia de López Portillo constan la participación de 71% entre clases altas y medias y 29% entre clases bajas, comparativamente a 1935-76 con 65% y 37% respectivamente. Para 1976-82 el nivel educativo universitario está en 66% y para 1935-76 de 74% (Camp, 1980, p. 475).

Freidenberg (2013) analiza los mecanismos de selección de candidatos del PRI, PAN y PRD en el peculiar sistema electoral mixto, que elige 500 diputados federales, 300 de ellos en distritos uninominales y 200 en circunscripciones plurinominales con lista cerrada y bloqueada¹⁹. Señala la persistencia de mecanismos excluyentes y verticales de selección de candidatos, como los “dedazos” –elección unilateral por parte del gobernador-, la “negociación de notables” y la “designación directa” de órganos ejecutivos (Freidenberg, 2013, p. 197).

Estudio de los diputados federales de los dos principales partidos que componen la cámara federal, el PRI²⁰ y el PAN²¹ de la LXI Legislatura (2009-12) revela un reclutamiento privilegiado en políticos que tuvieron éxito en su carrera profesional, el alto acceso por vía de grupos de interés (28%) y con antecedentes familiares (18%), además de la importante influencia de los sindicatos y asociaciones patronales en la política mexicana por encima de otras organizaciones civiles; hay un alto nivel de diputados con antecedentes de participación en la dirigencia partidaria (60%) (Reyes y Guardado, 2014, pp. 98-99).

La Legislatura LXI (2009-12) también es abordada por Guzmán y Saavedra (2014) de cuyos resultados descriptivos se destacan el 32% de mujeres diputadas, edad predominante de casi 70% de los legisladores entre 25 y 49 años, con formación universitaria completa 45% e incompleta 20,8% (Guzmán y Saavedra, 2014, p. 122). 33% desempeñaron cargo anterior de Regidor (concejal) o Presidente Municipal (Intendente o Prefeito), 37% de diputado estatal, 24% de diputado federal y 3% de senador (Guzmán y Saavedra, 2014, p. 129).

Experiencia política previa en cargos electivos pesan en la carrera política, pero los cargos ocupados en la organización partidaria son decisivos para ingresar a la arena parlamentaria. Es lo que resulta del estudio que verifica, en el período 2012/2015, un alto porcentaje de entrada a la carrera política a través de los partidos: PRI 31,4%, PAN 75%,

¹⁹ El peso del diseño institucional sobre las estrategias de selección de los partidos es evidente en México. El modo en que está diseñado el sistema electoral del Legislativo a nivel federal da cuentas de las diferentes estrategias de selección que deben desarrollar los partidos para poder maximizar sus opciones estratégicas. Al estar la Cámara de Diputados integrada por 500 diputados, 300 de ellos elegidos por distritos uninominales, por mayoría simple y los 200 restantes elegidos a través de 5 circunscripciones plurinominales, por lista cerrada y bloqueada, y asignados de manera proporcional, los políticos mexicanos tienen incentivos diferentes para seleccionar candidatos, porque los objetivos a cubrir con cada proceso de selección son también diferentes (Freidenberg, 2013, pp. 169-170).

²⁰ Partido Revolucionario Institucional. México. Accesado el 01.09.2020: <https://pri.org.mx/SomosPRI/>

²¹ Partido de Acción Nacional. México. Accesado el 01.09.2020: <https://www.pan.org.mx/>

PRD 50%, PVEM 80%, otros partidos 33,335. Otras vías importantes de inicio de la carrera política fueron los movimientos estudiantiles, PRI 22,9%, PAN 20%, PRD 31,3%, PVEM 20% y otros partidos 16,67%. Vía sindicatos sólo el PRI 14,3%, al igual que vía organizaciones campesinas, obreras, de mujeres y sociales el PRI 20,2%. Provenientes de gremios profesionales el PRD 12,55, PAN 5%, PRI 2,9% y otros partidos 33,33% (Martínez y Cuevas, 2016, p. 234).

Sánchez y Camacho García (2019) desenvuelven una propuesta de medición de la profesionalización política individual (ILPI) con la técnica estadística de Análisis Factorial, y la aplican a las LXI (2009-12) y LXII (2012-15) legislaturas de la Cámara federal de diputados de México. Siete variables conforman el diseño: escolaridad, trayectoria en la administración del sector público (gobierno municipal, estatal y federal), trayectoria de cargos electivos (diputado local, diputado federal, senador), asistencia a las sesiones ordinarias de la Cámara, cargos en comisiones o comités de la Cámara, total de propuestas y total de iniciativas presentadas en la Cámara (Sánchez y Camacho García, 2019, pp. 92-99). El resultado del porcentaje promedio de profesionalización es de 82,0% y de 78,9% para las LXI y LXII legislaturas respectivamente. En la legislatura LXII los índices más altos de profesionalización tienen Nueva Alianza, PVEM e Independientes (1.15, 0.41 y 0.31 respectivamente) y los promedios más bajos PRI, PAN y PRD (-0.19, 0.02 y 0.09 respectivamente) (Sánchez y Camacho García, 2019, pp. 99-100).

En cuanto a participación femenina en el legislativo, México comparte con Argentina avances importantes en la legislación que imperativamente introduce cuotas femeninas en la lista con un ordenamiento que permita a las candidatas chances reales de ser electas. Para el año 2017 el parlamento mexicano cuenta con un 42,6% de mujeres²². Pesquisas comparadas de Argentina y México comprueban la efectividad de las cuotas implementadas en México, y analizan además los niveles sub-nacionales (Caminotti y Freidenberg, 2016), a la vez que se abocan a estudiar el proceso de cuotas de México en el contexto latinoamericano (Fernández, 2011).

La carrera en partidos confesionales tiene su expresión más notoria en la centro-derecha tradicional del Partido de Acción Nacional (PAN) (Coppedge, 1997). La década de 1950 varios factores contribuyen para que el PAN se consolide como partido confesional: plataforma programática electoral de raíz católica, activistas católicos

²² OIG CEPAL. Accesado el 30.09.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/mexico>

ampliamente conocidos son candidatos a diputados federales, e importante sustento civil-religioso de la Acción Católica y de la unión de sindicatos católicos del Frente Nacional de Trabajadores (Gómez Peralta, 2012, pp. 111-112).

1.2. BREVE CONTEXTO DE CICLOS DEMOCRÁTICOS Y SISTEMA ELECTORAL Y PARTIDARIO

Los ciclos de competencia democrática en Argentina, Brasil y Chile, sufrieron abruptas interrupciones en décadas recientes con la instalación de regímenes militares de facto. El año 1983 para Argentina (Medina y Suárez, 2003, p. 16), 1985 para Brasil (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016, p. 69) y 1990 para Chile (Došek, 2016, p. 137) representaron el retorno de elección democrática de representantes y espacio natural para el desarrollo de la carrera y profesionalización política. En el caso brasilero es considerada la experiencia democrática más larga de su historia (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016, p. 69), al igual que Argentina (Smith, 2004, p. 194). Chile tuvo la más larga experiencia de democracia electoral, de 1933 a 1972 (Smith, 2004, p. 193).

En México estuvo vigente por varias décadas, desde 1929, un sistema de partido hegemónico, con el PRI en el gobierno (Sartori, 1982), lo que impedía una competencia democrática plural. Esto cambió a partir de diversas reformas políticas y electorales, el surgimiento de nuevos actores sociales y partidos políticos que disminuyeron la influencia del PRI y resultaron en la alternancia en el gobierno con partidos de oposición a partir del año 2000 (Alarcón y Reyes, 2016). Un punto de inflexión del sistema mexicano representa la escisión del PRI que resultó en la constitución del PRD (Partido de la Revolución Democrática) (Smith, 2004, p. 195).

1.2.1. SISTEMA ELECTORAL VIGENTE EN LOS PERÍODOS LEGISLATIVOS ESTUDIADOS

1.2.1.1. ARGENTINA

Para los cargos legislativos sistema de lista cerrada y bloqueada, distribución de bancas por sistema proporcional D'hont y libertad de alianzas nacionales y provinciales (Medina y Suárez, 2003). Los 257 diputados federales son electos en 27 provincias, además del distrito electoral de la ciudad de Buenos Aires, duran 4 años en su función y pueden ser reelectos²³. **Cupo femenino.** Para el período en estudio estaba vigente la Ley nacional N° 24.012 de cupo femenino que garantizaba la participación mínima del 30% de mujeres en las listas de los partidos o alianzas: según la tabla que determina la Ley, a cada 2 o 3 cargos a renovar, uno tiene que ser ocupado por una mujer, a cada 4 o 5 cargos, dos tienen que ser ocupados por una mujer, y así sucesivamente, respetando el 30% lugares con posibilidad real de elección²⁴.

1.2.1.2. BRASIL

Para los cargos legislativos Sistema proporcional de lista abierta y libertad de alianzas –para el período estudiado 2015-2018- nacionales y estatales (Nicolau, 2012). Los 513 diputados federales son electos en 27 distritos–Estados-, duran en sus funciones 4 años y pueden ser reelectos²⁵. **Cupo Femenino.** Se establece para los cuerpos legislativos municipales, estatales y federales, una participación mínima de 30% y máxima de 70% para las candidaturas de cada sexo. Sin embargo, a diferencia de la

²³ Sistema político electoral Argentina. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 15.09.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/5/system>

²⁴ Ley 24.012 Argentina. Anexo A. Accesado el 15.09.2020: <http://conaduhistorica.org.ar/wp-content/uploads/2016/08/Ley-Nacional-24012-Cupo-Femenino.pdf>

²⁵ Sistema político electoral Brasil. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020: <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/system>

legislación de Argentina y México, no hay una disposición que obligue a un ordenamiento escalonado proporcional entre candidaturas de ambos sexos²⁶.

1.2.1.3. CHILE

Sistema binominal Distrital, lista abierta, distribución de bancas proporcional, habiendo para la elección de Diputados 60 Distritos electorales, cada uno con 2 bancas para diputados, totalizando 120 bancas –para el período estudiado 2014-2018- (Cabezas y Navia, 2005). Los diputados nacionales son electos para un período de 4 años y pueden ser reelectos²⁷. **Cupo Femenino.** En Chile, hasta el período parlamentario estudiado (2014-2018), no existen leyes que obliguen a la integración de las listas parlamentarias con un determinado porcentaje por sexo. La reforma electoral de 2015, que establece un mínimo de 40% y máximo de 60% de participación –sin exigencia de ordenamiento proporcional de las listas- afecta a las elecciones que se desarrollaron en el año 2018²⁸.

1.2.1.4. MÉXICO²⁹

Sistema mixto de elección de 300 diputados federales en 300 distritos uninominales, y 200 cargos por sistema de elección proporcional, con listas cerradas y bloqueadas. Hasta la elección de 2014 los diputados federales rigió la *cláusula de no reelección* (Mendoza, 2010). Los diputados federales son electos para un período de 3 años³⁰. **Cupo Femenino.** Rige en México para el período estudiado la cuota de

²⁶ Brasil. Cuota femenina mínima del 30%, año 1995. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1995_lei9100_bra.pdf

²⁷ Sistema político electoral Chile. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020: <https://oig.cepal.org/es/paises/8/system>

²⁸ Chile. Cuota femenina mínima del 40%, año 2015. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2015_ley20840_chl_0.pdf

²⁹ SIL. México. Accesado el 31.08.2020: <http://sil.gobernacion.gob.mx/Glosario/definicionpop.php?ID=224>

³⁰ SIL. México. Accesado el 31.08.2020: <http://sil.gobernacion.gob.mx/Glosario/definicionpop.php?ID=204>

participación obligatoria de 40% de mujeres (anterior 30%, disposición de 1996³¹). La cuota femenina es de al menos 40%, y ambos géneros no pueden exceder del 60% del total. El Art. 219 determina que las listas de representación proporcional se integren por segmentos de 5 candidaturas, y cada uno de ellos debe tener dos candidaturas del mismo género de forma alternada³².

1.2.2. SISTEMA PARTIDARIO VIGENTE EN LOS PERÍODOS ESTUDIADOS

1.2.2.1. ARGENTINA³³

El sistema partidario de Argentina es caracterizado como Bipolar coalicional con un partido predominante (Partido Justicialista) (Malamud y Luca, 2016, p. 61). Argentina tuvo tradicionalmente un sistema bipartidista: Justicialismo (PJ-peronismo) por Radicalismo (Unión Cívica Radical). Desde la reapertura democrática en 1983 hasta el año 2015 ocurrieron 8 elecciones presidenciales. El Partido Justicialista ganó 5, como partido o en coaliciones electorales. El radicalismo ganó 3, la última apoyando al partido de derecha Propuesta Republicana en el 2015. Desde el 2001, cuando la UCR tuvo que entregar anticipadamente el gobierno por una fuerte crisis política, el radicalismo disminuyó su peso relativo a nivel nacional. La configuración partidaria tuvo una

³¹ México. Cuota femenina mínima del 30%, año 1996. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020:
https://oig.cepal.org/sites/default/files/1996_cofipe_ref08_mex.pdf

³² México. Cuota femenina mínima del 40%, año 2008. CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Accesado el 31.08.2020:
https://oig.cepal.org/sites/default/files/2008_cofedcofipe_mex.pdf

³³ “El sistema de partidos argentino se debe entender como una combinación de tres sistemas simples más uno compuesto. Los tres sistemas refieren a las arenas autónomas de competencia nacional: la presidencial, la senatorial y la de la Cámara de Diputados. El cuarto alude a la agregación y articulación de los veinticuatro sistemas de partidos provinciales. El modelo clásico de Sartori (1976) estaba pensado para sistemas partidarios en regímenes parlamentarios y unitarios, por lo que una única arena electoral podía explicar la formación del parlamento y del gobierno. En cambio, bajo diseños presidenciales, federales y con bicameralismo fuerte, los partidos compiten en múltiples arenas cuyas dinámicas se influyen mutuamente. Argentina es uno de los cuatro países en el mundo, junto con Estados Unidos, Brasil y México, que reúne estos rasgos institucionales, y entre ellos es el único cuya legislación obliga a los partidos a registrarse en las provincias para competir en el plano nacional. Esta característica, sumada a los mecanismos de nominación de candidatos y de financiamiento partidario, ha transformado a las provincias en el locus donde se deciden las carreras de los líderes políticos y, por ende, en los pilares de la política nacional” (Malamud y Luca, 2016, p. 30).

transición del bipartidismo a una bipolaridad de coaliciones, una liderada por el Justicialismo y en la otra la UCR (Malamud y Luca, 2016, pp. 44-61).

1.2.2.2. BRASIL³⁴

A pesar de la alta fragmentación partidaria, para elecciones presidenciales para la Cámara de diputados (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016, p. 87) la estructuración de la competencia giró, desde 1994 a 2014, en torno de la oposición PT por PSDB con un centro político fuerte en torno del PMDB. “El Índice de Polarización Ideológica (IPI) señala que el sistema se mantuvo estable en el período analizado, oscilando entre grados de polarización moderado y bajo” (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016, pp. 107-109). Además, con criterios de Sartori (1982): en ausencia de “partidos anti-sistema”, de la característica de la competencia “centrípeta”, de la bipolaridad de coaliciones lideradas por el PT y el PSDB, la orientación de los partidos al gobierno, y oposiciones a la izquierda o la derecha, el sistema partidario brasileiro lo podemos considerar aún dentro del “Pluralismo Moderado”.

1.2.2.3. CHILE³⁵

Desde la reapertura democrática en 1989, el sistema partidario se mantuvo bastante estable en torno de dos coaliciones de centro-izquierda lideradas por el PDC, PS y PPD, y una coalición de derecha de la UDI y RN. El sistema electoral binominal con 60 distritos para diputados dejó casi nulas las posibilidades de representación legislativa a los partidos políticos o candidatos ubicados fuera de las dos grandes concertaciones electorales (Došek, 2016). El nuevo contexto del sistema de partidos chilenos difiere de

³⁴ “Desde mediados de la década de 1990, son básicamente los mismos actores —PMDB, PSDB, PT, PFL/DEM— quienes controlan la dinámica política nacional, con relevancia del PT y PSDB, que constituyen, desde 1994, polos opuestos y estructuradores de tal dinámica” (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016).

³⁵ “El sistema de partidos chileno ha mantenido una excepcional estabilidad en el periodo de 1989 a 2013 en términos comparados con otros países de América Latina. Esta estabilidad ha tenido su costo en la calidad del vínculo de los partidos con la ciudadanía, su desconfianza y el desencanto con la política. Esto se refleja sobre todo en la baja participación electoral, la mínima identificación con los partidos políticos y la reducida aprobación que los ciudadanos realizan del desempeño de las dos grandes coaliciones” (Došek, 2016, p. 176).

esta forma del “pluralismo polarizado” previo a la dictadura militar impuesta en 1973 (Sartori, 1982, p. 156), encuadrándose en la variante del “pluralismo moderado” (Sartori, 1982, p. 201).

1.2.2.4. MÉXICO³⁶

El Partido Revolucionario Institucional (PRI) fue, por muchas décadas en el siglo XX, un partido hegemónico (Sartori, 1982). El crecimiento de la contestación política a esa hegemonía tanto por la derecha política (PAN) y los movimientos sociales y la centro-izquierda (PRD). El PAN gana las elecciones presidenciales de los años 2000 y 2006 quebrando un dominio hegemónico de 71 años del PRI. Con el PRI en el centro, el PAN como un fuerte partido de derecha tradicional y el fortalecimiento de la centro-izquierda, se constituye un nuevo sistema partidario de Pluralismo moderado (Alarcón y Reyes, 2016, p. 50).

³⁶ “El sistema partidario mexicano se manifiesta formalmente como uno de alcance plural moderado —siguiendo a la clasificación clásica de Sartori (1980)— y a la vez se define como uno donde se tiene una tendencia hacia la concentración efectiva, a cargo de no más de tres partidos, ya que incluso los llamados partidos minoritarios regularmente optan por participar en coaliciones parciales o totales (o bien empleando la figura de candidatura común) con los partidos más fuertes” (Alarcón y Reyes, 2016, p. 39).

CUADRO 3 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: TEORÍA GENERAL. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
 <p>Criterio de clasificación*</p>	<p><i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en estudios longitudinales sobre elites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar periodos, países o región estudiados.</i></p>	<p><i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i></p>	<p><i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i></p>
Teoría general	<p>Ciência e política: duas vocações (Weber, 2011).</p> <p>Elementos de Teoría Política (Sartori, 1999).</p> <p>A profissionalização da política (Alcántara Sáez, 2016).</p> <p>.A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives (Black, 1972).</p> <p>Political recruitment (Czudnowski, 1975).</p> <p>Poliarquia. Participação e oposição (Dahl, 2015).</p> <p>The Institutionalization of the U.S. House of Representatives (Polsby, 1968).</p>	<p>La représentation: Politique (Bourdieu, 1981).</p> <p>Penser la politique (Bourdieu, 1988).</p> <p>As lógicas do recrutamento político (Gaxie, 2012).</p> <p>Los oficios, la profesión y la vocación de la política (Offerlé, 2011).</p> <p>The comparative study of political elites (Putnam, 1976).</p>	<p>Da Sociologia da Política à Sociologia Política (Sartori, 1972).</p> <p>La carrera política y el capital político (Alcántara Sáez, 2017)</p> <p>Parliamentary Representatives in Europe: 1848-2000 (Best, Heinrich e Cotta, 2000).</p> <p>Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmarkand Norway (Eliassen y Pedersen, 1978).</p> <p>Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico (Codato, Costa y Massimo, 2014).</p> <p>Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p> <p>Political Man. The Social Bases of Politics Garden City (Lipset, 1960).</p>	<p>Parliamentary Representatives in Europe: 1848-2000 (Best, Heinrich e Cotta, 2000).</p> <p>Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p>	<p>Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos (Panebianco, 2005).</p> <p>Partidos e Sistemas Partidários (Sartori, 1982).</p> <p>Sistemas Electorales (Nicolau, 2012).</p>	<p>Concept Misformation in Comparative Politics (Sartori, 1970).</p> <p>Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmarkand Norway (Eliassen y Pedersen, 1978).</p> <p>Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico (Codato, Costa y Massimo, 2014).</p> <p>O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX (Costa et al., 2015).</p> <p>Social positions and political recruitment: a</p>

<p>Ambition and Politics: Political Careers in the United States (Schlesinger, 1966).</p>	<p>El Estado en la sociedad capitalista (Miliband, 1978).</p>	<p>study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p>
	<p>Política e sociedade: por uma volta à sociologia política (Perissinotto, 2004).</p>	<p>A prosopografia explicada para cientistas políticos (Heinz y Codato, 2015).</p>
	<p>Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política (Perissinotto y Codato, 2009).</p>	<p>Comparação , história e interpretação. Por uma ciência política histórico-interpretativa (Perissinotto, 2013).</p>
		<p>Como estudar elites (Perissinoto y Codato, 2015).</p>
		<p>La carrera parlamentaria: ¿la calidad importa?. In: Políticos y política en América Latina (Martínez Rosón, 2006).</p>
		<p>La profesionalización legislativa de los diputados federales en México (Sánchez y Camacho García, 2019).</p>

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

CUADRO 4 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: ARGENTINA. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
<p>⇒</p> <p>Criterio de clasificación*</p> <p>⇓</p>	<p><i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Referencia en estudios longitudinales sobre elites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar períodos, países o región estudiados.</i></p>	<p><i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i></p>	<p><i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i></p>
Argentina	<p>Políticos Profesionales - Legisladores "Amateurs": El Congreso Argentino en el Siglo XX (Jones <i>et al.</i>, 2000).</p> <p>Los diputados de la reconstrucción democrática argentina 1983-1989: ¿amateurismo o carrera legislativa? (Simone, 2015).</p>	<p>El parlamento Argentino en épocas de cambio: 1889, 1916 y 1946 (Cantón, 1964).</p> <p>¿ Del campo al congreso? Trayectorias sociales e ingresos a la política de los "agrodiputados" en el parlamento Argentino en 2009 (Levita, 2018).</p> <p>Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai : uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados (Marques, 2013).</p> <p>Las élites políticas en el espejo: perfiles socioprofesionales de los elencos dirigentes argentinos (1983-1999) (Mellado, 2018).</p> <p>Convertirse en representante: trayectorias y carreras políticas de diputados nacionales bonaerenses (Rodrigo, 2018).</p>		<p>Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70 (Martins, 2018).</p>	<p>Ideas, legados y estrategias políticas en la reforma de las reglas de selección de candidatos: la ley de cuotas pionera de Argentina (Caminotti, 2014).</p> <p>¿Todo sigue igual que ayer? Continuidad y ruptura en el sistema de partidos Argentino (1983-2015) (Malamud y Luca, 2016).</p> <p>Cuotas de género y acceso femenino al Parlamento: los casos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada (Marx, Borner y Caminotti, 2011).</p> <p>Análisis crítico del sistema electoral argentino. Evolución histórica y desempeño efectivo (Medina y Suárez, 2003).</p> <p>Políticas públicas de equidad de género: las estrategias fragmentarias de la Argentina y Chile (Rodríguez Gustá y Caminotti, 2010).</p>	

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

CUADRO 5 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: BRASIL. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
<p>⇒</p> <p>Criterio de clasificación*</p> <p>⇓</p>	<p><i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en estudios longitudinales sobre élites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar períodos, países o región estudiados.</i></p>	<p><i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i></p>	<p><i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i></p>
Brasil	<p>Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política (Araújo, 2005).</p> <p>Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura (Araújo, 2009).</p> <p>Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas (Araújo y Alves, 2007).</p> <p>Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional (Marengo dos Santos, 1997).</p>	<p>Associativismo e representação política feminina no Brasil (Almeida, Lüchmann y Ribeiro, 2012).</p> <p>Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil (Coradini, 2007).</p> <p>La emergencia de la élite evangélica en el actual proceso democrático de Brasil (Gerardi y Espinoza, 2018).</p> <p>Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados (Marques, 2013).</p> <p>Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro (Miguel, 2003).</p>	<p>Sociologia política dos políticos do Brasil: um estudo da competição eleitoral sob o regime da Constituição de 1988 (Bolognesi y Codato, 2018).</p> <p>Reclutamiento político en Brasil Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014 (Bolognesi, Perissinotto y Codato, 2016).</p> <p>Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010 (Cervi et al., 2015).</p> <p>A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador (Codato, Bolognesi y Roeder, 2015).</p> <p>Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão</p>	<p>Brasil (1822-1850) (Bethell y Carvalho, 1991).</p> <p>Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p> <p>Los indios en Brasil en 1500 (Hemming, 1990).</p> <p>La colonización portuguesa del Brasil 1500-1580 (Johnson, 1990).</p> <p>Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño (Oro y Tadvald, 2019).</p>	<p>El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014) (Braga, Ribeiro y Amaral, 2016).</p> <p>Cuotas de género y acceso femenino al Parlamento: los casos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada (Marx, Borner y Caminotti, 2011).</p>	<p>Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico (Codato, Costa y Massimo, 2014).</p> <p>Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p> <p>A prosopografía explicada para cientistas políticos (Heinz y Codato, 2015).</p> <p>Como estudar elites (Perissinotto y Codato, 2015).</p> <p>Comparação, história e interpretação. Por uma ciência política</p>

<p>A política como profissão. Uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007) (Oliveira, 2009).</p>	<p>Capital familiar e carreira política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados (Miguel, Marques y Machado, 2015).</p>	<p>metodológica e um teste empírico (Codato, Costa y Massimo, 2014).</p>	<p>Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 (Braga, 1998).</p>	<p>histórico-interpretativa (Perissinotto, 2013).</p>
<p>Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey (Tarouco y Madeira, 2015).</p>	<p>Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012 (Mucinhato, 2014).</p>	<p>Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators (Codato, Massimo y Costa, 2017).</p>	<p>Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 (Braga, 1998).</p>	<p>O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX (Costa <i>et al.</i>, 2015).</p>
	<p>Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 (Braga, 1998).</p>	<p>La representación femenina en Brasil y sus determinantes políticos y sociales (Costa, Bolognesi y Codato, 2014).</p>	<p>Reconversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras (Costa y Codato, 2018).</p>	
		<p>Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai (Marengo y Serna, 2007).</p>		
		<p>Não se fazem mais oligarquias como antigamente (Marengo dos Santos, 2000).</p>		
		<p>Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2009c).</p>		
		<p>Os três extremos da ideologia: direitistas, centristas e esquerdistas nas eleições municipais (Codato, Roeder y Arrom Suhurt, 2018).</p>		
		<p>A composição social das lideranças do PT (Rodrigues, 2009a).</p>		
		<p>Mudanças na classe política brasileira (Rodrigues, 2009b).</p>		

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

CUADRO 6 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: CHILE. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
<p>⇒</p> <p>Criterio de clasificación*</p> <p>⇓</p>	<p><i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Referencia en estudios longitudinales sobre élites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política</i> (Costa y Codato, 2018).</p>	<p><i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar períodos, países o región estudiados.</i></p>	<p><i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i></p>	<p><i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i></p>
Chile	<p>Carreras políticas de los diputados Chilenos 1989-2013: evolución y sus consecuencias para la representación política del país (Saldaña, 2014).</p> <p>La ideología de los partidos políticos chilenos, 1994-2002: Rasgos constantes y peculiaridades (Alcántara Sáez, 2003).</p>	<p>La Composición Social de la Nueva Cámara de Diputados: Cambios y continuidades en perspectiva histórica (1961-2010) (Cordero, 2006).</p> <p>La política como profesión. Cambio partidario y transformación social de la élite política en Chile, 1961-2006 (Cordero y Funk, 2011).</p> <p>Élites políticas en el poder legislativo chileno: la Cámara de Diputados (1990-2014) (González-Bustamante y Cisternas, 2016).</p>	<p>Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai (Marengo y Serna, 2007).</p> <p>Elites políticas em Chile: Câmara dos Deputados 2010-2018. Correlação entre composição social e ideologia (Arrom Suhurt, 2018).</p>	<p>Chile (Collier, 1991).</p> <p>La Democracia Cristiana en Chile. Análisis de una experiencia (Ize M, 1969).</p>	<p>Orígenes y transformaciones del sistema de partidos en Chile (Valenzuela, 1995).</p> <p>Efecto del sistema binominal en el número de candidatos y de partidos en elecciones legislativas en Chile, 1989-2001 (Cabezas y Navia, 2005).</p> <p>Cambios y continuidades en el sistema de partidos de Chile (1989-2015): entre la estabilidad y el desencanto (Došek, 2016).</p> <p>Mujeres y participación política: ¿Es viable una ley de cuotas en Chile?(Gómez, 2007).</p> <p>Políticas públicas de equidad de género: las estrategias fragmentarias de la Argentina y Chile (Rodríguez Gustá y Caminotti, 2010).</p>	

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

CUADRO 7 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: MÉXICO. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
 <p>Criterio de clasificación*</p>	<p><i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Referencia en estudios longitudinales sobre élites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política (Costa y Codato, 2018).</i></p>	<p><i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar períodos, países o región estudiados.</i></p>	<p><i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i></p>	<p><i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i></p>
México	<p>Dedazos, elecciones y encuestas: Procesos de selección de candidato de los diputados mexicanos en perspectiva comparada (Freidenberg, 2013).</p> <p>Las carreras políticas de los diputados mexicanos. Los partidos importan (Martínez y Cuevas, 2016).</p> <p>Los orígenes de la democracia cristiana en el Partido Acción Nacional (Gómez Peralta, 2012).</p>	<p>Quiénes alcanzan la cumbre: la élite política mexicana (Camp, 1978).</p> <p>Reclutamiento político y cambio en el México de los setentas (Camp, 1980).</p> <p>La educación de la élite política mexicana (Camp y Cetto, 1981).</p> <p>Perfil político de los diputados mexicanos federales del PAN y PRI de la LXI Legislatura: apuntes para un estudio cualitativo de los políticos (Reyes y Guardado, 2014).</p>	<p>Elites parlamentarias mexicanas. Carreras políticas previas de los diputados de la LXI legislatura federal (2009-2012) (Guzmán y Saavedra, 2014).</p> <p>La profesionalización legislativa de los diputados federales en México (Sánchez y Camacho García, 2019).</p>	<p>México (Bazant, 1991).</p> <p>Los orígenes de la democracia cristiana en el Partido Acción Nacional (Gómez Peralta, 2012).</p>	<p>El sistema de partidos Mexicano: ¿Una historia sin fin? (Alarcón y Reyes, 2016).</p> <p>Las cuotas de género y la representación política femenina en México y América Latina (Fernández, 2011).</p> <p>Condicionantes políticos que impiden la reelección de legisladores en México (Mendoza, 2010).</p>	<p>La profesionalización legislativa de los diputados federales en México (Sánchez y Camacho García, 2019).</p>

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

2. MATERIALES Y MÉTODOS

2.1. ABORDAJE PROSOPOGRÁFICA

El Banco de Datos es inédito, resultado de la elaboración propia de la presente pesquisa. La estrategia de abordaje es prosopográfica (Heinz y Codato, 2015). Fueron sistematizados los datos de las fuentes bibliográficas oficiales de Argentina^{37/38}, Brasil^{39/40}, Chile⁴¹ y México^{42/43}, además de un conjunto de fuentes alternativas en páginas Web de los partidos políticos, de los candidatos a diputados, de periódicos y revistas que exponen datos biográficos de los candidatos y miembros de las Cámaras de diputados, páginas propias de los diputados y candidatos en redes sociales como Facebook, Twitter, y Wikipedia. El Banco de Datos consta de un N de 1390 casos. Corresponden a 257 diputados de Argentina, 513 diputados de Brasil, 120 diputados de Chile y 500 diputados de México.

La limitación principal de toda pesquisa con la técnica prosopografía es la ausencia de fuentes de datos. De los 3 países seleccionados inicialmente, Argentina, Brasil y México, se realizó la clasificación de las variables a ser extraídas en base al país en el cual estaba disponible la menor cantidad de ellas, y, en este caso, Argentina. Fue realizado además un test de todos los países sudamericanos para sumar otros países al estudio, de los cuáles sólo Chile disponía de fuentes de biografías de diputados con todos los datos necesarios al efecto.

³⁷ Cámara de Diputados de Argentina (HCDN, 2018). Accesado el 31.07.2018: <https://www.hcdn.gob.ar/>

³⁸ Directorio Legislativo de Argentina. Accesado el 31.07.2018: <https://directorio.directoriolegislativo.org/>

³⁹ Cámara de los Diputados del Brasil. Accesado el 31.07.2018: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>

⁴⁰ Centro de Pesquisa y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil (CPDOC). Accesado el 31.07.2018: <https://cpdoc.fgv.br/>

⁴¹ Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (BCN, 2016). Cámara de Diputados de Chile (CD-Chile, 2017).

⁴² Cámara de Diputados de México. Accesado el 31.07.2018: <http://www.diputados.gob.mx/>

⁴³ Sistema de Información Legislativa de México. Accesado el 31.07.2018: <http://sil.gobernacion.gob.mx/portal>

La existencia de al menos dos fuentes principales de datos por cada país, permitió en gran medida un control cruzado de datos y la minimización de errores contenidos en las biografías. Se evitaron errores recurrentes como la omisión y/o inexactitud de datos en relación a los mandatos de los diputados, la falta de precisión en cuanto a la determinación de la profesión, fechas de nacimiento y los vínculos familiares y de asociación en la sociedad civil.

De Argentina son en total 257 diputados: 127 diputados electos en fecha 27/20/2013⁴⁴ para ejercer el mandato correspondiente al período 10/12/2013 al 10/12/2017 y 130 diputados electos en fecha 25/10/2015⁴⁵ para ejercer el mandato correspondiente al período 10/12/2015 al 10/12/2019. Del Brasil son 513 diputados electos el 5/10/2014⁴⁶, de la legislatura N° 55 correspondiente al período 01/02/2015 al 31/01/2019. De Chile son en total 120 diputados electos el 17/11/2013⁴⁷ para ejercer el mandato correspondiente al período del 11/03/2014 al 11/03/2018. De México son 500 diputados de la LXIII legislatura, electos el 7/06/2015⁴⁸ para ejercer el mandato correspondiente al período del 29/08/2015 al 31/08/2018.

Para los cuatro países en que analizamos la carrera política en las Cámaras de Diputados, utilizamos los bancos de datos oficiales de los Congresos y entidades especializadas que realizan estudios y elaboran bases de datos de las instituciones legislativas, como el Directorio Legislativo de Argentina y la Fundación Getúlio Vargas (FGV) del Brasil. Colombia, por tener una representación importante como cuarta economía de mayor desenvolvimiento en AL, no pudo ser seleccionada para el estudio por ausencia de base de datos de sus elites políticas parlamentarias, lo que fue comprobado con un test empírico (CD-Colombia, 2018).

Las informaciones que serán utilizadas como variables de pesquisa, están disponibles en las biografías de los diputados en todas las fuentes de datos citadas y que

⁴⁴ Dirección Nacional Electoral. Argentina. Accesado el 31.08.2020: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2013>

⁴⁵ Dirección Nacional Electoral. Argentina. Accesado el 31.08.2020: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2015>

⁴⁶ Cámara de Diputados del Brasil. Accesado el 31.08.2020: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=55&sexo=>

⁴⁷ Servicio Electoral de Chile. Accesado el 31.08.2020: <https://www.servelec.cl/elecciones-parlamentarias-resultados-eleccion-de-diputados/>

⁴⁸ Honorable Cámara de Diputados. México. Accesado el 31.08.2020: http://sitlxxiii.diputados.gob.mx/info_diputados.php

fueron clasificadas con nuevas categorizaciones para los análisis cuantitativos y comparativos son las siguientes: nombre, fecha de nacimiento, año de la elección, periodo legislativo, sexo, nivel de escolaridad, título académico superior, profesión y ocupación ejercida antes del primer cargo político, lugar donde ejerce el cargo (provincia, región, estado, distrito), nombre del partido por el cual se eligió, escala ideológica en la cual se ubica el partido: derecha, centro, izquierda y criterio Coppedge (1997), año de inicio de la carrera política, cargos administrativos burocráticos anteriores, cargos electivos anteriores, cargos por nombramiento anteriores, si tiene familia política, si es del partido del presidente, si es del partido de la coalición, si es del partido de la oposición y participación en organizaciones de la sociedad civil.

2.2. CRITERIOS EN VARIABLES ANALIZADAS

2.2.1. PROFESIÓN

Consideramos la última ejercida antes de asumir el mandato parlamentario (Gaxie, 2012). En caso de ejercer dos profesiones al mismo tiempo, se procedió a valorar cuál es la principal, según el tiempo de ejercicio y criterios de rentabilidad y/o prestigio. Por ejemplo, entre los abogados con despacho propio o asociado que realizaban labores docentes en paralelo, se priorizó la primera actividad. Entre los empresarios con inversiones productivas que simultáneamente ejercían la abogacía, se dio preferencia a la categoría empresarial. Entre la de cantante o pastor que a la vez ejercen tareas como comunicadores, fueron seleccionadas las primeras.

En general, estudios con bases prosopográficas toman como base de datos la profesión declarada por los candidatos ante los Tribunales Electorales. En los mismos constan, por regla, el último cargo ejercido por el candidato, que no necesariamente es la profesión remunerada o de fuente de ingreso económica del político. De esa forma, algunos estudios descriptivos que toman de forma estricta las fuentes de datos de los tribunales electorales, tienden a sobrecargar la categoría de “políticos profesionales”, desde el momento en que todo cargo electivo anterior (ejecutivo o parlamentario) es incluido en esa categoría. La graduación superior también es común que aparezca como información de “profesión”, ya sea en fichas de tribunales electorales, de congresos u

otras, por lo que se ha hecho necesario, en todos los casos posibles, realizar un control cruzado de la trayectoria individual de los diputados entre las fuentes disponibles de datos. A los efectos de esta pesquisa, la profesión representa una *proxy* importante que otorga una marca a la carrera política (Codato, Costa y Massimo, 2014; Codato, Massimo y Costa, 2017). Se realizó un análisis, caso por caso, para determinar la última profesión ejercida antes de asumir el primer cargo electivo de cualquier nivel. Se verificó un total de 177 profesiones en el Banco de Datos. En los casos de Argentina y Brasil, consta en el Banco de Datos una columna exclusiva con la profesión declarada por el diputado, sin embargo, la misma no se tuvo en cuenta para las tipificaciones de variables de profesión.

2.2.2. POLÍTICO PROFESIONAL

Fueron considerados de profesión políticos profesionales aquellos que no registran antecedentes de ejercicio de otro tipo de profesión que reporte ingresos y renta, y que, en general, son aquellos que ingresan en edad temprana a la carrera política.

2.2.3. ESCOLARIZACIÓN

La escolarización es considerada como completa, incompleta o sin educación, desde el nivel primario hasta el superior universitario: Primaria, secundaria, superior o técnica.

2.2.4. CARGOS ELECTIVOS

En los casos de Argentina, Brasil y México, hay similitud de cargos electivos por el sistema federal, con algunas variaciones específicas. Con nombres diferentes, los cargos posibles de tipo electivo a nivel ejecutivo son: Presidente, Vice-Presidente, Gobernador y Vice-Gobernador, Intendente y Vice-Intendente. Los cargos legislativos son: Senador, Diputado Federal, Diputado Estatal o Provincial, Diputado Constituyente y Concejal Municipal.

En el caso específico de Argentina existe la Cámara de Senadores Provincial⁴⁹. Y en el caso de México existe el cargo legislativo municipal denominado Síndico Procurador⁵⁰ que, a los efectos de nuestra pesquisa, fue equiparado con el cargo de Concejal.

En Chile los cargos electivos son: Presidente, Senador, Diputado, Intendente y Concejal. Existieron hasta el año 2020 los cargos de Intendente Regional y Gobernador Provincial, que fueron por nominación directa del Presidente de la República. A los efectos de este estudio, ambos cargos fueron considerados dentro de los cargos públicos no electivos⁵¹. Chile no contaba hasta el año 2013 con diputados regionales⁵² – provinciales en Argentina, Estatales en México y Estaduales en Brasil- . En el año 2013 se realizaron las primeras elecciones de diputados regionales⁵³.

2.2.5. CARGOS PÚBLICOS

Son considerados cargos públicos de niveles municipal, estatal, federal, aquellos ocupados en la administración directa de municipios, gobiernos estatales o provinciales, gobierno federal o empresas estatales en los tres niveles. Fue observado en la recopilación de datos que gran parte los diputados que han ocupado cargos públicos corresponden a nominaciones de tipo político, pues no han realizado una carrera de progresión técnica como funcionarios públicos y además no están vinculados técnicamente a su área de *expertise*.

⁴⁹ Centro de Estudios Nueva Mayoría. Argentina. Consultado el 10.09.2020:
<http://www.nuevamayoria.com/invest/politel/cpoel110401.htm>

⁵⁰ La figura del Síndico Procurador surge en México con la Constitución del 23 de diciembre de 1999. Ejerce la función de Contralor y defensor de los intereses del municipio. Es electo en conjunto con el Presidente Municipal (Intendente) y los Regidores (Concejales). Consultado el 10.9.2020:
[http://www.transparenciasinaloa.gob.mx/images/stories/COCCAF/programas%20y%20servicios/Manuales/Manual del Sindico Procurador V2.pdf](http://www.transparenciasinaloa.gob.mx/images/stories/COCCAF/programas%20y%20servicios/Manuales/Manual%20del%20Sindico%20Procurador%20V2.pdf)

⁵¹ BCN Chile. Intendente Regional y Gobernador Provincial en Chile. Consultado el 10.09.2020:
<https://www.bcn.cl/leyfacil/recurso/eleccion-democratica-de-gobernadores-regionales>

⁵² BCN Chile. Diputados Regionales. Chile. Consultado el 10.09.2020:
<https://www.bcn.cl/leyfacil/recurso/eleccion-popular-de-consejeros-regionales>

⁵³ BCN Chile. Primera elección de consejeros regionales. Consultado el 10.09.2020:
<https://www.senado.cl/cores-ad-portas-de-su-primera-eleccion-por-voto-popular/senado/2013-11-12/114031.html>

2.2.6. EMPRESARIOS

Empresario urbano (industria, comercio, servicio y finanzas). Empresario Agropecuario (agrícola, ganadero). Empresario Mixto. Empresario Gestor: Gerentes, administradores y ejecutivos de empresas (Miliband, 1978).

2.2.7. IDEOLOGÍA PARTIDARIA

2.2.7.1. CLASIFICACIÓN POR ESCALA Y ESPECTRO CENTRO, DERECHA E IZQUIERDA

2.2.7.1.1. ARGENTINA

Conforme a los estudios del PELA⁵⁴, los principales partidos políticos argentinos se ubican en la escala ideológica del 1 al 10 -siendo los extremos 1-2 Izquierda y 9-10 Derecha- con las siguientes medias y espectro ideológico:

Centro: *Partido Justicialista* (PJ) 5,94. *Unión Cívica Radical* (UCR) 6,35. *Coalición Cívica para la Afiración de una República Igualitaria* (CC-ARI) 6,02. *Frente para la Victoria – Partido Justicialista* (FPV-PJ) 5,93.

Derecha: *Propuesta Republicana* (PRO) 8,59.

Izquierda: *Partido Socialista* (PS) 3,71. *Proyecto Sur* 3,55.

Los diferentes movimientos, partidos y coaliciones, nacionales o provinciales, que forman parte con sus representantes en las Cámaras de Diputados de Argentina, de los años estudiados (2013-2017 y 2015-2019), provienen en general de dos principales ramas políticas tradicionales del país: el Peronismo (Partido Justicialista) y el Radicalismo (Unión Cívica Radical). No hay estudios específicos de localización ideológica de todas estas corrientes. Además, por lo general, son fuerzas que se forman coyunturalmente en elecciones y luego se disuelven para constituir nuevos frentes, partidos o movimientos.

⁵⁴ Universidad de Salamanca. Instituto de Iberoamérica Equipo de Investigación sobre Élités Parlamentarias. Estudio 73: Argentina. Encuesta a Diputados Argentinos 2009-2013. Accesado el 31.08.2020:

http://americano.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Argentina/Marginales_argentina_73.pdf

Por lo tanto, conforme a los siguientes criterios, serán agrupados los demás partidos: i) cuando la proveniencia principal sea de fuerzas ligadas a los dos grandes partidos tradicionales, o reconocidas fuerzas internacionales –Democracia Cristiana– serán ubicadas en el espectro del Centro político. ii) cuando estén conformadas por declaración programática o por alianzas claras programáticas e ideológicas con reconocidas fuerzas de Derecha, serán ubicadas en el espectro de la Derecha. iii) cuando estén conformadas por declaración programática o por alianzas claras programáticas e ideológicas con reconocidas fuerzas de su respectivo espectro ideológico, como lo son las corrientes internacionales de Izquierda –socialistas de izquierda o partidos clasistas de trabajadores– serán ubicados en el espectro de la Izquierda. Este criterio resulta en la clasificación siguiente:

Centro: *Compromiso Federal*, impulsó la candidatura a la presidencia en el año 2011 de Alberto Rodríguez Saá, peronista y ex presidente interino (2011) de Argentina, y actualmente integra el Frente de Todos del presidente Alberto Fernández (2019-2023). *Federal Unidos por una Nueva Argentina*, sector peronista liderado por Sergio Massa, ex candidato a presidente en el año 2015, actualmente integra el gobernante Frente de Todos (2019-2023). *Partido Demócrata Cristiano*, expresión federal del socialcristianismo no confesional internacional. *Partido Bloquista*, partido provincial de San Juan, fundado en 1918, es una escisión del partido de centro UCR. *Partido de la Concordia Social*, partido provincial de Misiones, fundado en el año 2003 por miembros de la UCR y del PJ. *Frente Renovador*, lista electoral formada inicialmente en la provincia de Buenos Aires en el año 2013, liderada por el peronista Sergio Massa que encabezó la lista para la Cámara de Diputados. *Partido de Acción Chubutense*, partido provincial de Chubut creado en 1966, es una escisión del radicalismo (UCR del Pueblo). *Movimiento Popular Neuquino*, partido provincial de Neuquén fundado en 1961, de tendencia peronista y regionalista.

Derecha: *Unión por Córdoba*, coalición provincial de Córdoba fundada en 1998, reunió varias de derecha como la Unión del Centro Democrático (UCeDe) y de centro derecha del peronismo y la Democracia Cristiana. *Encuentro por Corrientes*, alianza política provincial de Corrientes, integrante de la coalición gubernista (2015-2019) de centro-derecha “Cambiamos”. *Salta Somos Todos*, partido personalista con agenda de derecha, católico ortodoxo, a favor del servicio militar y contrario a los movimientos sociales homo-afectivos. *Conservador Popular*, fundado en 1958, tiene como ejes programáticos la defensa de la familia tradicional, contra el aborto y política de seguridad

de “tolerancia cero”, en el año 2015 integró la coalición de centro-derecha “Cambiemos” liderada por el PRO.

Izquierda: *Movimiento Solidario Popular*, partido político provincial fundado por trabajadores de la Unión Obrera Metalúrgica de la provincia de Tierra del Fuego. *Partido Solidario PSOL*, agrupación política regional bonaerense –Buenos Aires- de tendencia de centro-izquierda fundada en el 2008 por un líder cooperativista con antecedentes de militancia en la juventud comunista y la centro-izquierda peronista (FPV-PJ). *Generación para un Encuentro Nacional*, partido fundado en 2007 es una escisión de un grupo de orientación socialdemócrata de la UCR que optó por privilegiar alianzas con sectores progresistas y de tendencia socialista. *Partido de la Cultura la Educación y el Trabajo*, impulsado por el movimiento sindical CGT liderado por Hugo Moyano. *Frente de Izquierda y de los Trabajadores-Unidad FIT-U*, es una coalición de partidos marxistas trotskistas (Partido Obrero, Partido de los Trabajadores Socialistas e Izquierda Socialista). *Partido de los Trabajadores Socialistas* uno de los partidos marxistas trotskistas integrante del FIT. *Libres del Sur*, partido nacionalista de izquierda fundado por uno de los líderes de la resistencia armada a la dictadura del PRT-ERP (Martins, 2018). *Partido de la Concertación Forja*, tiene su origen en el radicalismo joven de argentina (UCR), defiende un programa nacionalista, latinoamericanista y anti-imperialistas y los postulados ideológicos de la Reforma Universitaria de Córdoba de 1918⁵⁵.

2.2.7.1.2. BRASIL

De acuerdo al *Survey* de la ABCP 2010 (Tarouco y Madeira, 2015), que establece una escala ideológica del 1 (extrema izquierda) al 7 (extrema derecha), los partidos brasileros se ubican con las medias siguientes en el espectro ideológico:

Centro: *Partido del Movimiento Democrático Brasileiro* (PMDB) 4,6. *Partido de la Movilización Nacional* (PMN) 4,4. *Partido Popular Socialista* (PPS) 4,0. *Partido de la Socialdemocracia Brasileira* (PSDB) 4,6. *Partido Verde* (PV) 3,5. *Partido Trabalhista do Brasil* (PT do B) 4,7. *Partido Humanista de la Solidaridad* (PHS) 4,5.

⁵⁵ Manifiesto de Córdoba 1918. Argentina. Accesado el 30.09.2020:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109083227/20juve.pdf>

Derecha: *Demócratas* (DEM)⁵⁶ 6,2. *Partido Progresista* (PP) 6,0. *Partido de la República* (PR) 5,4. *Partido Renovador Trabalhista Brasileiro* (PRTB) 5,3. *Partido Republicano Brasileiro* (PRB) 5,1. *Partido Republicano Progresista* (PRP) 5,4. *Partido Social Cristiano* (PSC) 5,2. *Partido Social Demócrata Cristiano* (PSDC) 5,4. *Partido Trabalhista Nacional* (PTN) 5,1. *Partido Trabalhista Cristiano* (PTC) 5,1. *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) 5,0. *Partido Social Liberal* (PSL) 5,2.

Izquierda: *Partido Socialismo y Libertad* (PSOL) 1,4. *Partido de los Trabajadores* (PT) 2,9. *Partido Socialista Brasileiro* (PSB) 3,0. *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) 3,3. *Partido Comunista de Brasil* (PC do B) 2,3.

Para el caso de los nuevos partidos brasileños sobre los cuáles no existen estudios de clasificación ideológica, se tienen en cuenta: i) proveniencia partidaria y ii) declaraciones programáticas o políticas de alianzas. De esta forma tenemos:

Centro: *Partido Solidaridad* (SD) de origen sindical y pragmático, es resultado de una escisión del PDT, aliado a la centro-derecha en las elecciones presidenciales de 2014 y 2018 y también promotor del *impeachment* a Dilma Rousseff en 2016.

Derecha: *Partido Social Democrático* (PSD)⁵⁷ constituido bajo el liderazgo de Gilberto Kassab, del partido de derecha Demócratas, ex intendente de la principal capital estatal del Brasil, la ciudad de San Pablo. *Partido Republicano del Orden Social* (PROS) con su principal bandera programática de reducción de impuestos, posición liberal de reducción de la influencia del Estado.

2.2.7.1.3. CHILE

El PELA⁵⁸ ubica a los principales partidos chilenos, a partir de la auto-localización y ubicación de los otros partidos, en los siguientes ejes y las medias respectivas dentro de la misma escala de 1 a 10:

Centro: *Partido Demócrata Cristiano* (PDC) 4,58.

⁵⁶ DEM. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador” (Codato, Bolognesi y Roeder, 2015).

⁵⁷ PROS. Idem (Codato, Bolognesi y Roeder, 2015).

⁵⁸ Universidad de Salamanca. Instituto de Iberoamérica Equipo de Investigación sobre Élités Parlamentarias. Estudio 77: Chile. Encuesta a Diputados Chilenos 2010-2014. Accedido el 10.09.2020: http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Chile/marginales_chile_77.pdf

Derecha: *Renovación Nacional* (RN) 7,79. *Unión Democrática Independiente* (UDI) 9,39.

Izquierda: *Partido Socialista* (PS) 2,57. *Partido por la Democracia* (PPD) 3,69. *Partido Radical Socialdemócrata* (PRSD) 3,95.

Para los demás partidos con representación parlamentaria, a los efectos de determinar sus posiciones en la escala ideológica, se tomaron en consideración dos criterios: i) las declaraciones programáticas y la posición adoptada por los partidos en relación a un *clivaje* marcado en Chile desde la reapertura democrática en los años 1990: derechos humanos y dictadura, y ii) dada la coherencia de las agrupaciones chilenas en la escala ideológica en el conjunto de partidos latinoamericanos (Alcántara Sáez, 2003), el bloque parlamentario o electoral del que forman parte (período 2014/18) y, en el caso de escisiones, si los motivos de las rupturas obedecen a razones programáticas e ideológicas. Aún existen diputados Independientes que son clasificados en la escala ideológica dependiendo de su origen partidario en la elección:

Centro: *Amplitud*, es una escisión de RN por diferencias ideológicas, se posicionó contra las violaciones de derechos humanos en el régimen militar y por la reforma electoral apoyada por la "concertación". *Liberal* (PL), fundado por militantes de Chile Primero, que fueron miembros del PPD, y adoptan una definición ideológica al centro.

Derecha: *Evópoli* (Evolución política), forma parte del bloque de derecha "Chile Vamos" de la UDI y RN.

Izquierda: *Partido Comunista de Chile* (PCCh), partido tradicional de la izquierda. *Revolución Democrática* (RN), proveniente del liderazgo radical del movimiento estudiantil. *Partido Radical Socialdemócrata* (PRSD), afiliado a la Internacional Socialista (IS), es resultado de la fusión en 1994 del histórico Partido Radical (PR) ex integrante de la Unidad Popular de Allende, y del Partido Socialdemócrata de Chile (SDCH) proveniente también de un ala escindida del PR que en 1971 constituyó el Partido de Izquierda Radical (PIR) – ya está incluido en la serie 2010-2014 del PELA.

2.2.7.1.4. MÉXICO

Conforme a los estudios del PELA⁵⁹, los principales partidos políticos mexicanos se ubican en la escala ideológica del 1 al 10 –con referencia a los extremos 1-2 Izquierda y 9-10 Derecha- con las siguientes medias y espectro ideológico:

Centro: *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) 6,37. *Partido Verde Mexicano* (PVEM) 6,56. *Nueva Alianza* (NA) 6,43.

Derecha: *Partido Acción Nacional* (PAN) 9,41.

Izquierda: *Partido de la Revolución Democrática* (PRD) 2,79. *Partido del Trabajo* (PT) 1,83.

Para los partidos mexicanos sobre los cuales no hay bibliografía de encuadre en escala ideológica, son clasificados con tres criterios: i) sectores políticos del cuál provienen o en qué espectro ideológico de alianzas políticas se localizan, y ii) declaración programática. Los diputados Independientes son clasificados en la escala ideológica dependiendo de su origen partidario:

Centro: *Partido Encuentro Social* (PES) surge en el año 2006 en el Estado de Baja California, con una propuesta central de defensa de la familia tradicional y la oposición al casamiento homo-afectivo. Realizó alianzas locales con el PAN y Nueva Alianza en el 2007 y 2010. A partir de las elecciones locales de 2010 priorizó sus alianzas con el centro y centro-izquierda –PRI, PVEM y PT- e integró la alianza presidencial del 2018 con la centro-izquierda MORENA y PT.

Izquierda: *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA), es una escisión del partido de centro-izquierda Partido de la Revolución Democrática (PRD). Fundado bajo el impulso de Manuel López Obrador -ex presidente del PRD del año 1996 al 1999- quién fue gobernador del Distrito Federal de México entre los años 2000/5. *Movimiento Ciudadano* (MC), nombre actual de Convergencia Democrática (1999) fundada por dirigentes de PRI y dirigentes sociales con una línea programática socialdemócrata y realizando alianzas preferenciales con partidos de izquierda y centro izquierda (PT, PRD y otros).

⁵⁹ Universidad de Salamanca. Instituto de Iberoamérica Equipo de Investigación sobre Élités Parlamentarias. Estudio 79: México. Encuesta a Diputados Mexicanos 2009-2012. Accesado el 10.09.2020: http://americano.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Argentina/Marginales_argentina_73.pdf

CUADRO 8 - ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO. ESCALA IDEOLÓGICA DERECHA-IZQUIERDA PELA Y ABCP/2010 (Tarouco y Madeira, 2015). PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

País	Ideología / Partido	Fuente del partido - Últimos accesos: 31.08.2020
Argentina*	Centro	
	Justicialista PJ	http://www.pj.org.ar/
	Unión Cívica Radical UCR	http://www.ucr.org.ar/
	Coalición Cívica CC-ARI	https://www.coalicioncivicaari.org.ar/
	Frente para la Victoria- Partido	
	Justicialista FPV-PJ	http://www.frenteparalavictoria.org.ar/
	Compromiso Federal	https://www.frentedetodos.org/
	Federal Unidos por una Nueva	
	Argentina	https://www.facebook.com/BloqueFederalUNA/
	Partido Demócrata Cristiano PDC	http://www.partidodemocratacristiano.com.ar/
	Partido Bloquista	http://www.bloquista.com.ar/
	Partido de la Concordia Social	http://www.concordiasocial.com.ar/concordia/
	Frente Renovador	http://frenterenovador.info/
	Partido Acción Chubutense	https://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Acci%C3%B3n_Chubutense
	Derecha	
	Propuesta Republicana PRO	http://www.pro.com.ar/
	Unión por Córdoba	http://www.unionporcordoba.com/
	Encuentro por Corrientes	https://www.facebook.com/HaceteECO/
	Salta Somos Todos	https://www.facebook.com/olmedopartido/about
	Conservador Popular	https://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Conservador_Popular_(Argentina)

Izquierda

Partido Socialista PS	http://www.partidosocialista.org.ar/
Proyecto Sur	http://proyecto-sur.com.ar/
Movimiento Solidario Popular	https://www.facebook.com/msptdf/
Partido Solidario PSOL	https://www.partidosolidario.org.ar/
Generación para un Encuentro Nacional	https://www.partidogen.org.ar/web/
Partido de la Cultura la Educación y el Trabajo	https://www.partidocet-tdf.com/
Frente de Izquierda y de los Trabajadores FIT (PO/PTS/IS)	https://po.org.ar/ http://www.izquierdasocialista.org.ar/2020/
Partido de los Trabajadores Socialistas PTS	https://pts.org.ar/
Libres del Sur	http://libresdelsur.org.ar/
Partido de la Concertación Forja	https://forja.org/

Brasil****Centro**

Partido del Movimiento Democrático Brasileiro PMDB	https://www.mdb.org.br/
Partido de la Movilización Nacional PMN	https://www.pmn.org.br/
Partido Popular Socialista PPS (actual: Ciudadanía)	https://ciudadania23.org.br/
Partido de la Socialdemocracia Brasileira PSDB	https://www.psdb.org.br/
Partido Verde PV	https://pv.org.br/
Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) (actual: Avante)	https://avante70.org.br/
Partido Humanista de la Solidaridad PHS	http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-humanista-da-solidariedade-phs
Partido Solidaridad SD	https://www.solidariedade.org.br/

Derecha

Demócratas DEM	https://www.dem.org.br/
Partido Progresista PP	http://www.progressistas.org.br/
Partido de la República PR (actual Liberal)	http://pl22.com.br/
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro PRTB	http://prt.org.br/
Partido Republicano Brasileiro PRB	https://republicanos10.org.br/
Partido Republicano Progresista PRP	http://www.prp.org.br/abertura/index.asp
Partido Social Cristiano PSC	https://psc.org.br/
Partido Social Demócrata Cristiano PSDC (actual Democracia Cristiana)	https://www.democraciacrista.org.br/sobre-nos/
Partido Trabalhista Nacional PTN (actual Podemos)	https://www2.podemos.org.br/
Partido Trabalhista Cristiano PTC	https://www.ptc36nacional.com.br/
Partido Trabalhista Brasileiro PTB	https://ptb.org.br/
Partido Social Liberal PSL	https://psl.org.br/
Partido Social Democrático PSD	http://www.psd.org.br/
Partido Republicano del Orden Social PROS	https://pros.org.br/

Izquierda

Partido Socialismo y Libertad PSOL	https://psol50.org.br/
Partido de los Trabajadores PT	https://pt.org.br/
Partido Socialista Brasileiro PSB	http://www.psb40.org.br/
Partido Democrático Trabalhista PDT	https://www.pdt.org.br/
Partido Comunista de Brasil PC do B	https://pcdob.org.br/

<p>Chile*</p>	<p>Centro</p> <p>Partido Demócrata Cristiano PDC https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Dem%C3%B3crata_Cristiano Amplitud https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Amplitud. Partido Liberal PL https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Liberal.</p> <p>Derecha</p> <p>Renovación Nacional RN https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Renovaci%C3%B3n_Nacional Unión Democrática Independiente https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Uni%C3%B3n_Dem%C3%B3crata_Independiente UDI https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Evoluci%C3%B3n_Pol%C3%adica_(Ev%C3%B3poli) Evópoli</p> <p>Izquierda</p> <p>Partido Socialista PS https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Socialista_de_Chile Partido por la Democracia PPD https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Por_la_Democracia Partido Radical Socialdemócrata PRSD https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Radical_Socialdem%C3%B3crata Partido Comunista de Chile PCCh https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Comunista_de_Chile Revolución Democrática https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Revoluci%C3%B3n_Democr%C3%A1tica</p>
<p>México*</p>	<p>Centro</p> <p>Partido Revolucionario Institucional PRI https://pri.org.mx/ElPartidoDeMexico/ Partido Verde Mexicano PVEM https://www.partidoverde.org.mx/ Partido Nueva Alianza NA http://www.nueva-alianza.org.mx/ Partido Encuentro Social PES https://es.wikipedia.org/wiki/Partido_Encuentro_Social</p>

Derecha

Partido Acción Nacional PAN <https://www.pan.org.mx/>

Izquierda

Partido de la Revolución
Democrática (PRD) <https://www.prd.org.mx/>
Partido del Trabajo (PT) <http://partidodeltrabajo.org.mx/2017/>
Movimiento de Regeneración
Nacional MORENA <https://morena.si/>
Movimiento Ciudadano MC <https://movimientociudadano.mx/>

Fuente: Elaboración propia en base a datos de *Argentina (2009-13), Chile (2010-14) y México (2009-12) del Observatorio de Elites Políticas Latinoamericanas. Último acceso 31.08.2020: <http://americo.usal.es/oir/Elites/eliteca.htm> ** Brasil: *Survey* de la ABCP 2010 (Tarouco y Madeira, 2015).

2.2.7.2. CLASIFICACIÓN COPPEDGE

El estudio de clasificación ideológica de partidos latinoamericanos dirigido por Coppedge (1997) entiende que cualquier partido político que sea clasificado en la escala izquierda-derecha, también puede ser clasificado como Cristiano (confesional) o laico/secular.

El criterio adoptado para definir partidos *cristiano-confesionales* es el de que reflejen en la ideología y programa político la autoridad de la Biblia, la Iglesia Católica o una filosofía religiosa, que defiendan intereses temporales de la Iglesia o se opongan o intenten disminuir el espacio de separación Iglesia-Estado.

Son definidos *laicos o seculares* aquellos que no fundamentan programas o ideología en la autoridad de la Iglesia, la Biblia o en la filosofía religiosa y que se oponen a los intereses temporales de la Iglesia y apoyan la separación Iglesia-Estado.

En cuanto a los espectros ideológicos, define a los partidos de *Derecha* aquellos herederos de las elites políticas tradicionales y conservadoras del siglo XIX, los que tienen un discurso fascista o neofascista, los vinculados a regímenes militares de tipo organicistas, autoritarios y elitistas. De *Centro-Derecha*, quienes dan prioridad al crecimiento económico sobre la distribución, ponen énfasis en la moralidad, el orden público y la cooperación con el sector privado. De Centro los que proponen un liberalismo clásico, Estado de derecho, derechos humanos y democracia sin enfatizar en una agenda social o económica. De *Centro-Izquierda*, enfatizan en la no contraposición de crecimiento y distribución, y en políticas de justicia social. De Izquierda, de ideología y discurso marxista, enfatizan en la distribución por sobre la acumulación, en la explotación de la clase trabajadora por los capitalistas y propugnan un papel dirigente fuerte del Estado. *Personalistas*, los que tienen como fundamento principal el carisma de su líder y se caracterizan por plataformas programáticas ambiguas.

2.2.7.2.1. ARGENTINA

Partidos clasificados según Coppedge (1997, pp. 15-19):

XCL - Confesional de Centro-Izquierda. Partido Demócrata Cristiano (PDC).

SCR - Secular de Centro-Derecha: Conservador Popular.

SC - Secular de Centro: Unión Cívica Radical (UCR). Partido de Acción Chubutense.

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Partido Socialista (PS).

SL - Secular de Izquierda: Proyecto Sur. Libres del Sur. Frente de Izquierda y de los Trabajadores (FIT). Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS).

Personalista: Movimiento Popular Neuquino. Partido Bloquista.

Para los partidos Argentinos que no constan en la clasificación, por ser agrupaciones políticas nuevas o por el hecho de haber sido clasificados en “otros”, siguiendo los criterios señalados anteriormente (Coppedge, 1997) fueron organizados en los espectros ideológicos de la siguiente forma:

SR - Secular de Derecha: Propuesta Republicana PRO. Encuentro por Corrientes.

SCR - Secular de Centro-Derecha: Unión por Córdoba. Coalición Cívica para la Afirmación de una República Igualitaria (CC-ARI).

SC - Secular de Centro: Partido Justicialista (PJ). Compromiso Federal. Federal Unidos por una Nueva Argentina. Partido de la Concordia Social. Frente Renovador.

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Frente para la Victoria-Partido Justicialista (FPV-PJ). Movimiento Solidario Popular. Partido Solidario (PSOL). Partido de la Cultura la Educación y el Trabajo. Partido Concertación Forja. Generación para un Encuentro Nacional (GEN).

Personalista: Salta Somos Todos.

2.2.7.2.2. BRASIL

Partidos clasificados con el criterio Coppedge (Bolognesi y Codato, 2018):

XR - Confesional de Derecha: Partido Ecológico Nacional (PEN). Partido de la República (PR). Partido Republicano Brasileiro (PRB). Partido Social Cristiano (PSC). Partido Social Demócrata Cristiano (PSDC).

SC - Secular de Centro: Partido del Movimiento Democrático Brasileiro (PMDB). Partido Popular Socialista (PPS). Partido de la Social Democracia Brasileira (PSDB). Partido Verde (PV).

SR - Secular de Derecha: Demócratas (DEM). Partido Social Democrático (PSD). Partido Progresista (PP). Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Partido Social Liberal (PSL). Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Partido de los Trabajadores (PT). Partido Democrático Trabalhista (PDT). Partido Socialista Brasileiro (PSB). Partido Comunista de Brasil (PCdoB).

SL - Secular de Izquierda: Partido Socialismo y Libertad (PSOL).

Personalista: Partido Humanista de la Solidaridad (PHS). Partido de la Movilización Nacional (PMN). Partido Republicano del Orden Social (PROS). Partido Republicano Progresista (PRP). Partido Trabalhista de Brasil (PTdoB). Partido Trabalhista Cristiano (PTC). Partido Trabalhista Nacional (PTN). Solidaridad (SD).

2.2.7.2.3. CHILE

Partidos clasificados según Coppedge (1997, pp. 25-27):

XC - Confesional de Centro: Partido Demócrata Cristiano (PDC).

SR - Secular de Derecha: Unión Demócrata Independiente (UDI). Renovación Nacional (RN).

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Partido por la Democracia (PPD). Partido

Socialista (PS). Partido Radical Socialdemócrata (PRSD).

SL - Secular de Izquierda: Partido Comunista de Chile (PCCh).

Para los partidos Chilenos que no constan en la clasificación, por ser agrupaciones políticas nuevas o por el hecho de haber sido clasificados en “otros”, según los criterios señalados (Coppedge, 1997) son organizados en el espectro ideológico de la siguiente forma:

SC - Secular de Centro: Amplitud. Partido Liberal (PL). Independiente de Centro (IC), diputados sin partido.

SR - Secular de Derecha: Evópoli. Independiente de Derecha (ID), diputados sin partido.

SL - Secular de izquierda: Independiente de Izquierda (II), diputados sin partido. Revolución Democrática (RD).

2.2.7.2.4. MÉXICO

Partidos clasificados según Coppedge (1997, pp. 35-36):

XCR - Confesional de Centro-Derecha: Partido Acción Nacional (PAN).

SCR - Secular de Centro-Derecha: Partido Revolucionario Institucional (PRI).

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Partido de la Revolución Democrática (PRD). Partido del Trabajo (PT).

Para los partidos Mexicanos que no constan en la clasificación, por ser agrupaciones políticas nuevas o por el hecho de haber sido clasificados en “otros”, según los criterios señalados (Coppedge, 1997) son organizados en el espectro ideológico de la siguiente forma:

XR - Confesional de Derecha: Partido Encuentro Social (PES).

SC - Secular de Centro. Independiente de Centro (IC), diputados sin partido. Nueva Alianza. Partido Verde Mexicano (PVEM).

SR - Secular de Derecha: Independiente de Derecha (ID), diputados sin partido.

SCL - Secular de Centro-Izquierda: Movimiento Regeneración Nacional (MORENA). Movimiento Ciudadano (MC).

CUADRO 9 - ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO. CLASIFICACIÓN IDEOLÓGICA CON CRITERIOS DE COPPEDGE (1997). PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

Clasificación Coppedge	Argentina	Brasil	Chile	México
XR Confesional de Derecha		Partido Ecológico Nacional PEN Partido de la República PR Partido Republicano Brasileiro PRB Partido Social Cristiano PSC Partido Social Demócrata Cristiano PSDC		Partido Encuentro Social PES
XCR Confesional de Centro Derecha				Partido Acción Nacional PAN
XC Confesional de Centro			Partido Demócrata Cristiano PDC	
XCL Confesional de Centro Izquierda	Partido Demócrata Cristiano PDC			
XL Confesional de Izquierda				

SR Secular de Derecha	Propuesta Republicana PRO Encuentro por Corrientes	Demócratas DEM Partido Social Democrático PSD Partido Progresista PP Partido Renovador Trabalhista Brasileiro PRTB Partido Social Liberal PSL Partido Trabalhista Brasileiro PTB	Unión Demócrata Independiente UDI Renovación Nacional RN Evópoli Independiente de Derecha ID	Independiente de Derecha ID
SCR Secular de Centro Derecha	Conservador Popular Coalición Cívica-ARI Unión por Córdoba			Partido Revolucionario Institucional PRI
SC Secular de Centro	Unión Cívica Radical UCR Partido Justicialista PJ Acción Chubutense Compromiso Federal Federal Unidos por una Nueva Argentina Partido de la Concordia Social Frente Renovador	Partido del Movimiento Democrático Brasileiro PMDB Partido Popular Socialista PPS Partido de la Social Democracia Brasileira PSDB Partido Verde PV	Amplitud Independiente de Centro IC Partido Liberal PL	Partido Verde Mexicano PVEM Independiente de Centro IC
SCL Secular de Centro Izquierda	Partido Socialista PS Frente para la Victoria- Partido Justicialista FPV-PJ Movimiento Popular Solidario Partido Solidario PSOL Partido de la Cultura la Educación y el Trabajo Partido Concertación Forja Generación para un Encuentro Nacional GEN	Partido de los Trabajadores PT Partido Democrático Trabalhista PDT Partido Socialista Brasileiro PSB Partido Comunista de Brasil PC do B	Partido por la Democracia PPD Partido Socialista PS Partido Radical Socialdemócrata PRSD	Partido de la Revolución Democrática PRD Partido del Trabajo PT Movimiento Regeneración Nacional MORENA Movimiento Ciudadano MC

SL Secular de Izquierda	Proyecto Sur Libres del Sur Frente de Izquierda y de los Trabajadores FIT Partido de los Trabajadores Socialistas PTS	Partido Socialismo y Libertad PSOL	Partido Comunista de Chile PCCh Revolución Democrática
P Personalista	Movimiento Popular Neuquino Partido Bloquista Salta Somos Todos	Partido Humanista de la Solidaridad PHS Partido de la Movilización Nacional PMN Partido Republicano del Orden Social PROS Partido Republicano Progresista PRP Partido trabalhista de Brasil PT do B Partido Trabalhista Cristiano PTC Partido Trabalhista Nacional PTN Solidaridad SD	

Fuente: Elaboración propia en base a Coppedge (1997) partidos de Argentina, Chile y México. Brasil en base a Bolognesi y Codato (2018). Para nuevos partidos o ubicados en “otros”: se hizo clasificación propia en base a criterios de Coppedge (1997). Obs: Independientes, de Centro, Derecha e Izquierda, denomina a diputados sin partido.

2.2.8. EDAD CATEGORIZADA

Fueron creadas 4 categorías de edad: 18-35, 36-50, 51-65 y 66-más años. Y dos tipos generales: debajo de la mediana, y arriba de la mediana.

2.3. MÉTODO, ESTRATEGIA Y TÉCNICAS DE ANÁLISIS

Cuando dos o más elementos de estudio son idénticos, o cuando estos no acusan nada similar o lo suficiente en común, no tenemos un problema de comparación, por ejemplo, piedras y conejos no se pueden comparar. Tenemos un problema de comparación cuando dos o más elementos son suficientemente similares, esto quiere decir que ni idénticos ni completamente diferentes. “Comparar es ‘asimilar’, es decir, descubrir similitudes más profundas o fundamentales por debajo de la superficie de las diversidades secundarias” (Sartori 1970, 59, traducción propia). No podemos comparar “entidades absolutamente idénticas” o “absolutamente diferentes”, lo que inviabiliza el control (Perissinotto, 2013).

¿Qué podemos comparar, y como podemos comparar? Es comparable algo que pertenece al mismo género, especie o subespecie, es decir a la misma clase. En este caso el elemento de *similitud* al comparar lo proporciona la clase, en tanto que el elemento de *diferenciación* es considerado la subespecie de la especie o clase (Sartori, 1970, p. 60). Llama la atención el autor acerca de la importancia de la “conceptualización”, precediendo a la cuantificación. Las asignaciones conceptuales nos indican qué es la realidad compuesta. Los datos obtenidos con no pueden hablar por sí mismos, por anticipación estadística o de mediciones. La cuantificación entra sólo después de que formamos los conceptos (Sartori, 1970, p. 62).

Dos elementos que se comparan deben pertenecer primero a la misma clase, y tener o no tener un atributo; y sólo si lo tienen, los dos elementos pueden coincidir en términos de cuál lo tiene más o menos. De ahí que la lógica de la gradación pertenece a la lógica de la clasificación. Dicho de forma más precisa, el cambio de la clasificación a gradación consiste básicamente en reemplazar los signos ‘igual-mayor-menor’, es decir, consiste en introducir una diferenciación cuantitativa dentro de una uniformidad cualitativa (de atributos). Claramente, entonces, el signo “mismo” establecido por la lógica de la clasificación es la condición requerida para introducir los signos ‘más-menos’ ...De hecho el ejercicio taxonómico ‘descomprime’ conceptos, y desempeña un papel no reemplazable en el proceso de pensar en que

descompone los compuestos mentales en conjuntos ordenados y manejables de unidades componentes...cuanto más ingresamos en la etapa de cuantificación, más necesitamos de escalas unidimensionales y continuos; y las categorizaciones dicotómicas sirven precisamente para establecer los fines, y por lo tanto la unidimensionalidad de cada continuo (Sartori 1970, 63, traducción nuestra)

Siguiendo el razonamiento de Sartori, nuestra especie a comparar son los Diputados Federales de las 4 Cámaras sobre análisis. La especie Diputado es similar, en cuanto los mismos son la representación legislativa popular –Cámara baja- de cada uno de los 4 países y tienen la máxima función suprema de legislar –junto al Senado Federal. Para tanto, tampoco son iguales: 3 países tienen sistemas de organización Federal específicos, uno de ellos, Chile, república unitaria. Los sistemas institucionales ofrecen posibilidades diversas de oportunidades y progresión de carrera al político profesional, tanto por la estructura y cargos de representación electivos disponibles como por los sistemas electorales específicos y diferenciados de cada uno de los cuatro países. Es lógico también esperar que las variables colectadas para organizar el banco de datos, por la especificidad de contextos nacionales, nos presente una variedad de matices de desarrollo de la carrera política de los diputados objeto de nuestra pesquisa.

Particular importancia tiene el énfasis puesto por Sartori (1970), por ejemplo, en la conceptualización realizada en esta pesquisa de la variable Profesión. Sobre ella se han aplicado diversos criterios y métodos de clasificación en estudios parlamentarios. Esta pesquisa trabajó con un criterio propio para la clasificación de profesiones teniendo como referencia estudios empíricos de legisladores y metodológicos sobre elites parlamentarias (Braga, 1998; Cordero, 2006; Rodrigues, 2009b, 2009a, 2009c; Cordero y Funk, 2011; Perissinotto, 2013; Codato, Costa y Massimo, 2014; Costa *et al.*, 2015; Perissinotto y Codato, 2015; Codato, Massimo y Costa, 2017; Arrom Suhurt, 2018; Codato, Roeder y Arrom Suhurt, 2018). Se buscó determinar con la mayor precisión posible la Profesión específica (VAR_Profesión_agregada_1) del total de 177 profesiones del Banco de Datos. A los efectos metodológicos de volver operable el estudio completo de las profesiones, se procedió a reclasificar en 16 grupos (Profesión_agregada_2)⁶⁰ mas “otras”, y en 8 grupos (Profesión_agregada_3)⁶¹ mas “otras”.

⁶⁰ Ver apéndice III de esta pesquisa.

⁶¹ Ver apéndice II de esta pesquisa.

2.3.1. ESTRATEGIA PROSOPOGRÁFICA Y ANÁLISIS CUANTITATIVOS DESCRIPTIVOS Y DE CORRELACIÓN ESTADÍSTICA

Se adopta una estrategia de abordaje prosopográfica, de colecta de datos biográficos de los diputados de los 4 países que conforman un Corpus Empírico de N 1390 diputados. Fue organizado un banco de datos en una planilla de cálculos Excel. Para el análisis de los datos es utilizado el software de análisis de datos estadísticos SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

La estrategia de análisis se compone en un primer momento de análisis cuantitativos descriptivos de carrera política en cada país. Esta fase apuntará a elaborar una descripción del perfil de los diputados de cada país, verificando cuales son los padrones principales de los mismos a partir de las variables en estudio.

En un segundo momento se aplican dos test de medición estadística:

2.3.2. APLICACIÓN DE TEST ESTADÍSTICO DE PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014)

TABLA 1 - MODELO ANALÍTICO DE CLASIFICACIÓN DE PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA

<i>Disposición para la política</i>	<i>Carrera profesional flexible</i>	<i>Profesión con Status social alto</i>	<i>Profesión con afinidad a la política</i>	Máximo puntaje
Altísima*	–	–	–	4
Alta	0 o 1	0 o 1	0 o 1	3
Media	0 o 1	0 o 1	0 o 1	2
Baja	0 o 1	0 o 1	0 o 1	1
Ninguna	0	0	0	0

Fuente: Elaborado a partir de Codato, Costa y Massimo (2014).

Carreras con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014). De acuerdo a Codato, Costa y Massimo (2014) aplicando los tres criterios para determinar la disposición de las profesiones se realizó la siguiente selección de profesiones de la Base de Datos:

Carrera profesional flexible: profesiones liberales tradicionales, empresarios propietarios, tecnócrata (los provenientes de profesiones liberales tradicionales), periodista, comunicador, sindicalista, humorista, atleta profesional, boxeador profesional, cantante, músico, actor, escritor. “a) carreira flexível (férias generosas, disponibilidade de tempo e autonomia profissional)” (Codato, Costa y Massimo, 2014, pp. 355-356).

CUADRO 10 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA CARRERA POLÍTICA

	Carrera profesional flexible	Profesión con Status social alto	Profesión con afinidad a la política	Profesión político profesional
Profesiones para cada tipo de disposición para la política. Base de datos N 1390 de esta pesquisa	profesiones liberales tradicionales, empresarios propietarios, tecnócrata (profesión liberal tradicional), periodista, comunicador, sindicalista, humorista, atleta profesional, boxeador profesional, cantante, músico, actor, escritor.	profesiones liberales tradicionales, tecnócrata (profesión liberal tradicional), empresarios propietarios, altos funcionarios públicos de nivel federal, estatal o municipal, embajador.	abogado, periodista, comunicador, locutor de radio, presentador de TV, profesor, altos funcionarios públicos de nivel federal, estatal o municipal, rector universitario (profesor universitario), sindicalista, pastor, padre católico, predicador religioso, asesor Cámara estatal, asesor Cámara Federal, asesor Técnico Senado federal, embajador. Defensor público, procurador de justicia, promotor de justicia, procurador general.	políticos profesionales

Fuente: Elaboración y definición propia de las profesiones, en base a los criterios de la clasificación de Codato, Costa y Massimo (2014).

Profesión con Status ocupacional alto: profesiones liberales tradicionales, tecnócrata (el que proviene de profesiones liberales tradicionales; y de no tradicionales aquel que cumple alta función técnica en el gobierno federal), empresarios propietarios, altos funcionarios públicos de nivel federal, estatal o municipal, embajador. “b) status social (posição da ocupação perante outras de acordo com o reconhecimento e o prestígio

socialmente compartilhado numa dada comunidade)” (Codato, Costa y Massimo, 2014, p. 355).

Profesión con afinidad a la política: abogado, periodista, locutor de radio, presentador de TV, profesor, altos funcionarios públicos de nivel federal, estatal o municipal, rector universitario (profesor universitario), sindicalista, pastor, padre católico, predicador religioso, asesor Cámara estatal, asesor Cámara Federal, asesor Técnico Senado federal, embajador. Defensor público, procurador de justicia, promotor de justicia, procurador general (profesiones que requieren formación académica en Derecho, donde se ejerce la capacidad de oratoria y argumentación en juicios). “c) afinidade com a atividade política (ocupações que permitem familiaridade com a máquina pública e com os estratagemas da política ou propiciam uma rede de contatos importantes no meio)” (Codato, Costa y Massimo, 2014, p. 356).

Además, se incluye al *Político profesional* con disposición muy alta.

2.3.3. TEST BIDIMENSIONAL DE STATUS SOCIAL Y STATUS POLÍTICO DE ELIASSEN Y PEDERSEN

Es aplicado al Banco de Datos del test bidimensional de status social y status político (Eliassen y Pedersen, 1978).

De acuerdo con los indicadores de profesionalización contenidos en el modelo bidimensional de análisis de status social y político de Eliassen y Pedersen (1978), los criterios para determinar la posesión o no de status en los tres niveles se definen de la forma siguiente:

Status Educacional. Tener un título académico reporta un status educacional alto (Eliassen y Pedersen, 1978, p. 294). Para nuestro modelo de análisis, el status educacional subdividimos en dos tipos. Es aplicado para enseñanza superior: *status educacional alto*. Y sin enseñanza superior: *status educacional bajo*.

Status Social. Es definido por una lista de profesiones (Eliassen y Pedersen, 1978, p. 296) que reportan *un status social alto*, la que incluye a: empresarios propietarios, altos funcionarios públicos, altos ejecutivos de empresas, profesiones liberales tradicionales, profesores universitarios. Para nuestro modelo de análisis, las profesiones de esta lista quedan clasificadas en *status social alto*. Las demás profesiones en *status social bajo*.

Status político: Quien ha ocupado cargos en el legislativo, local o nacional, o ambos a la vez, acumula un status político alto (Eliassen y Pedersen, 1978, p. 295). Para nuestro modelo de análisis, la experiencia parlamentaria subdividimos en dos tipos: experiencia parlamentaria local (estadal/provincial/municipal) que reporta *status político bajo*; y experiencia parlamentaria nacional, que reporta *status político alto*. De esto resultan los siguientes criterios de status político:

Sin experiencia local o nacional= *status político bajo*. Experiencia local= *status político bajo*. Experiencia local + nacional= *status político alto*. Experiencia nacional= *status político alto*.

CUADRO 11 - MODELO DE ANÁLISIS BIDIMENSIONAL DE STATUS SOCIAL Y POLÍTICO

Dimensión de análisis	Conceptos	Variables	Descripción	Que mide
Social	Status Educacional	a-enseñanza superior	a- poseer título académico superior	a-status educacional alto
		b-sin enseñanza superior	b-sin título superior	b-status educacional bajo
Social	Status social	a-profesión que reporta status social alto	a- empresarios propietarios, altos funcionarios públicos, altos ejecutivos de empresas, profesiones liberales tradicionales, profesores universitarios	a-status social alto
		b-profesión que no reporta status social alto	b-otras	b-status social bajo
Política	Status político	a-experiencia parlamentaria nacional	a-cargo legislativo nacional + local, o sólo nacional	a-status político alto
		b-experiencia parlamentaria local	b-sin cargo legislativo nacional o local, o sólo con cargo local anterior	b- status político bajo

Fuente: elaboración propia a partir de Eliassen y Pedersen (1978).

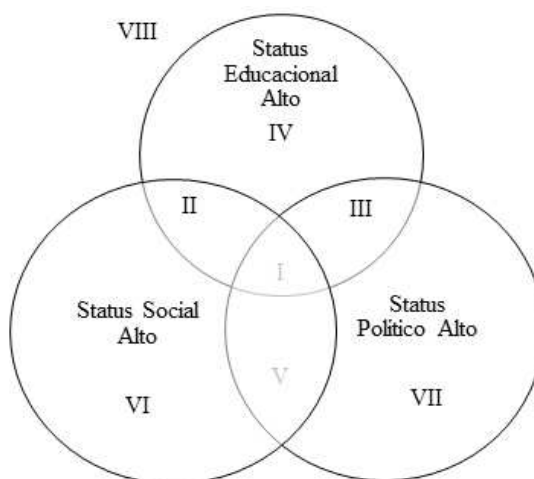
De la posesión combinada de los tipos de status educacional –o de ninguno-, social y político, resultan ocho tipos de estado individual del legislador (Gráfico 2):

- I. Alto status social + alto status educacional + alto status político
- II. Alto status social + alto status educacional
- III. Alto status social + alto status político
- IV. Alto status social
- V. Alto status educacional + alto status político
- VI. Alto status educacional
- VII. Alto status político, definido como el “político puro” (Eliassen y Pedersen, 1978, p. 295).
- VIII. Ningún tipo de status alto.

Del diagrama de posibles combinaciones de estatus social, educacional y político, se deducen *dos indicadores de profesionalización política*.

Primer indicador de profesionalización política: resulta de la composición de los casos I, III, V y VII y una medida del alejamiento de los estadios iniciales (*gentleman legislature* o *technocratic legislature*) en dirección hacia *la legislatura burocrática del partido* (profesionalización burocrática) o a la *legislatura profesionalizada* (política profesional). En este primer indicador: a) el legislador posee *status político* más uno o ambos de los demás status (educacional y/o social), y corresponden a los tipos I, III y V (legislatura profesionalizada); b) adquiere de forma exclusiva *status político* y corresponde al tipo VII (legislatura burocrática) (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 292-296).

GRÁFICO 2 - COMBINACIONES LÓGICAS DE STATUS EDUCACIONAL, SOCIAL Y POLÍTICO



Fuente: Eliassen y Pedersen (1978, p. 296).

Segundo indicador de profesionalización política: es el tipo VII, el caso del político “puro”, que ocupó cargos legislativos a nivel local o nacional, pero que no posee alto status social o educacional y por lo tanto no pertenece a los altos niveles de la sociedad. Este es un indicador de la medida en que la profesionalización apunta hacia la *legislatura burocrática del partido* (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 295-296).

2.3.4. ANÁLISIS COMPARADO

En un tercer momento se aplica un análisis con estrategia comparada de: a) los resultados descriptivos, b) correlaciones estadísticas, c) test de medición de Profesiones con disposición para la carrera política (Codato, Costa y Massimo, 2014) y d) test bidimensional de status social y político (Eliassen y Pedersen, 1978). El Análisis, por medio de las estrategias y técnicas cuantitativas y comparativas, y la aplicación de test específicos de medición de profesiones con disposición para la carrera política y de status social y político, apuntará a responder los cuestionamientos de pesquisa y cumplir el objetivo general del trabajo, de carácter exploratorio, descriptivo y comparado:

- a) Cuáles son las características relevantes de carreras políticas de cada país, a partir del estudio descriptivo y de los test de medición de carreras con disposición para la política e índices de profesionalización política a partir del análisis bidimensional de status social y político.
- b) Comparar y verificar cuales son las características relevantes comunes, generales o parciales de carrera política entre los cuatro países y cuáles los específicos o propios que no se repiten en los demás países.

3. RESULTADOS

3.1. PERFIL DE DIPUTADOS POR GÉNERO POR PAÍSES, EDUCACIÓN, STATUS E IDEOLOGÍA

TABLA 2 – DIPUTADOS POR GÉNERO, PAÍS E IDEOLOGÍA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

país (codificado)			ideología partido político (cod)			Total	
			centro	derecha	izquierda		
Argentina	género (codificado)	mujeres	N	70	18	7	95
			% dentro de ideología partido político (cod)	36,3%	37,5%	43,8%	37,0%
	hombres	N	123	30	9	162	
		% dentro de ideología partido político (cod)	63,7%	62,5%	56,3%	63,0%	
	Total	N	193	48	16	257	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	género (codificado)	mujeres	N	16	16	19	51
			% dentro de ideología partido político (cod)	9,9%	7,5%	13,8%	9,9%
	hombres	N	146	197	119	462	
		% dentro de ideología partido político (cod)	90,1%	92,5%	86,2%	90,1%	
	Total	N	162	213	138	513	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	género (codificado)	mujeres	N	3	6	10	19
			% dentro de ideología partido político (cod)	11,1%	13,0%	21,3%	15,8%
	hombres	N	24	40	37	101	
		% dentro de ideología partido político (cod)	88,9%	87,0%	78,7%	84,2%	
	Total	N	27	46	47	120	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	género (codificado)	mujeres	N	116	46	51	213
			% dentro de ideología partido político (cod)	43,3%	41,8%	41,8%	42,6%
	hombres	N	152	64	71	287	
		% dentro de ideología partido político (cod)	56,7%	58,2%	58,2%	57,4%	
	Total	N	268	110	122	500	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	género (codificado)	mujeres	N	205	86	87	378
			% dentro de ideología partido político (cod)	31,5%	20,6%	26,9%	27,2%
	hombres	N	445	331	236	1012	
		% dentro de ideología partido político (cod)	68,5%	79,4%	73,1%	72,8%	
	Total	N	650	417	323	1390	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Casos analizados 1390. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Diputadas mujeres tienen muy baja representación en Brasil y Chile. La carrera legislativa es dominada por los hombres, y, en ese sentido, y considerando tres décadas de competencia electoral plural, pueden ser denominadas Cámaras patriarcales en este aspecto. En Brasil las diputadas apenas llegan un décimo y en Chile 1,5 décimos del total. Como fue abordado en la literatura y el contexto sobre la presencia de legisladoras femeninas en la Cámara brasilera, existe una ley de cuota femenina del 30% pero sin ser impositiva sobre el orden de listas de modo a efectivizar el acceso femenino a la carrera

legislativa. En Chile, hasta el período legislativo aquí abordado, no existen leyes sobre cuotas de participación femenina (Tabla 2).

México y Argentina, por disponer de leyes imperativas en cuanto al orden de listas de candidatos por género, han posibilitado un camino positivo a la paridad de géneros en la representación legislativa y por lo tanto a la carrera política de mujeres. Ambas Cámaras, argentina y mexicana, están en torno de 2/5 de presencia de diputadas y, además, si observamos esa presencia por ejes ideológicos, se presentan con bastante homogeneidad. En lo que respecta a Brasil tienden a ser homogéneas las representaciones de diputadas por eje ideológico, y en Chile se puede notar más presencia en la izquierda (Tabla 2).

TABLA 3 - GRADUACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA DE DIPUTADOS, POR PAÍSES E IDEOLOGÍA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

pais				ideologia partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Argentina	educacion superior (cod)	enseñanza superior	N	143	36	9	188
		%		75,7%	80,0%	56,3%	75,2%
		sin enseñanza superior	N	46	9	7	62
		%		24,3%	20,0%	43,8%	24,8%
	Total		N	189	45	16	250
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Brasil	educacion superior (cod)	enseñanza superior	N	141	158	112	411
		%		87,0%	74,2%	81,2%	80,1%
		sin enseñanza superior	N	21	55	26	102
		%		13,0%	25,8%	18,8%	19,9%
	Total		N	162	213	138	513
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Chile	educacion superior (cod)	enseñanza superior	N	24	43	45	112
		%		88,9%	93,5%	95,7%	93,3%
		sin enseñanza superior	N	3	3	2	8
		%		11,1%	6,5%	4,3%	6,7%
	Total		N	27	46	47	120
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Mexico	educacion superior (cod)	enseñanza superior	N	233	100	95	428
		%		86,9%	90,9%	77,9%	85,6%
		sin enseñanza superior	N	35	10	27	72
		%		13,1%	9,1%	22,1%	14,4%
	Total		N	268	110	122	500
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	educacion superior (cod)	enseñanza superior	N	541	337	261	1139
		%		83,7%	81,4%	80,8%	82,4%
		sin enseñanza superior	N	105	77	62	244
		%		16,3%	18,6%	19,2%	17,6%
	Total		N	646	414	323	1383
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Sin datos: 7 = 0,50% (Argentina). Casos analizados 1383 = 99,50%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Brasil y Chile son países dominados por la carrera política masculina en la Cámara de diputados y la escasa representación femenina es un testimonio claro de ese sesgo de género (Tabla 2).

El test de posesión o no del atributo de enseñanza superior (Tabla 3), que significa la posesión o no de título académico de graduación universitario, muestra un perfil educativo alto de los diputados en los cuatro países, siendo los diputados chilenos quienes poseen la media más alta. Por ejes ideológicos ese nivel educativo tiende a ser bastante homogéneo, con excepción de Brasil, donde hay más concentración en el Centro, y Argentina y México, menor concentración en la izquierda.

El principal curso académico de formación superior universitaria en los cuatro países es la abogacía. Desde Weber (2011) ha sido recurrente la referencia a la carrera de abogado como una de las más aptas para la política, por ofrecer alto status social, independencia profesional y tiempo disponible y tener afinidad con los quehaceres principales del político profesional: conocimiento de leyes, oratoria y argumentación pública. Las cuatro Cámaras de diputados oscilan en un tercio de composición de diputados que han estudiado abogacía –lo que no significa el ejercicio de la profesión. Sin embargo, este dato es bastante significativo por ser de lejos la principal formación académica recurrente, y porque, además, forma parte del capital socio-educativo que el político utiliza en el devenir de la carrera política y su profesionalización. Todos los demás 9 cursos siguientes representan un 26% del conjunto de graduaciones de los diputados de los cuatro países (Apéndice I / Tabla 25).

Eliassen y Pedersen (1978) también establecen como un criterio para determinar la posesión de status educacional el hecho de tener un título académico universitario. El test realizado para los cuatro países muestra bastante homogeneidad y mayor pose de status educativo alto por género. Chile tiene la media más alta, Brasil y México son similares y están en un nivel intermedio, en cuanto Argentina tiene la media relativamente más baja (Tabla 4).

También por el criterio de género fue realizado el test para verificar la posesión de status social, que deviene del ejercicio de un conjunto de profesiones liberales o en altas jerarquías de gobiernos y otras (Material y Métodos 2.3.3.), conforme al criterio de Eliassen y Pedersen (1978). El test revela homogeneidad entre géneros, con excepción de Chile donde se verifica menor status social entre las mujeres (Tabla 5).

TABLA 4 - STATUS EDUCACIONAL CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

pais				género (codificado)		Total
				masculino	femenino	
Argentina	status educacional (cod)	alto	N	113	75	188
			% dentro de género (codificado)	72,0%	80,6%	75,2%
		bajo	N	44	18	62
			% dentro de género (codificado)	28,0%	19,4%	24,8%
	Total		N	157	93	250
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Brasil	status educacional (cod)	alto	N	369	42	411
			% dentro de género (codificado)	79,9%	82,4%	80,1%
		bajo	N	93	9	102
			% dentro de género (codificado)	20,1%	17,6%	19,9%
	Total		N	462	51	513
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Chile	status educacional (cod)	alto	N	94	18	112
			% dentro de género (codificado)	93,1%	94,7%	93,3%
		bajo	N	7	1	8
			% dentro de género (codificado)	6,9%	5,3%	6,7%
	Total		N	101	19	120
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Mexico	status educacional (cod)	alto	N	245	183	428
			% dentro de género (codificado)	85,4%	85,9%	85,6%
		bajo	N	42	30	72
			% dentro de género (codificado)	14,6%	14,1%	14,4%
	Total		N	287	213	500
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Total	status educacional (cod)	alto	N	821	318	1139
			% dentro de género (codificado)	81,5%	84,6%	82,4%
		bajo	N	186	58	244
			% dentro de género (codificado)	18,5%	15,4%	17,6%
	Total		N	1007	376	1383
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia con criterio de educacional de Eliassen y Pedersen (1978). Total de casos 1390. Sin datos: 7 = 0,50% (Argentina). Casos analizados 1383 = 99,50%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

El test aplicado sobre status político (Tabla 6) apunta a la homogeneidad de status político entre diputados y diputadas en Argentina y México. Fue definido un criterio propio, a partir de la definición de status político de Eliassen y Pedersen (1978), que consiste en la posesión de status político alto por el ejercicio anterior de cargo legislativo nacional. No son considerados cargos electivos locales, de estados o provincias.

TABLA 5 - STATUS SOCIAL CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

pais				género (codificado)		Total
				masculino	femenino	
Argentina	status social (cod)	alto	N	115	57	172
			% dentro de género (codificado)	71,4%	60,6%	67,5%
	bajo	N	46	37	83	
		% dentro de género (codificado)	28,6%	39,4%	32,5%	
	Total	N	161	94	255	
		% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	status social (cod)	alto	N	323	30	353
			% dentro de género (codificado)	69,9%	58,8%	68,8%
	bajo	N	139	21	160	
		% dentro de género (codificado)	30,1%	41,2%	31,2%	
	Total	N	462	51	513	
		% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	status social (cod)	alto	N	88	8	96
			% dentro de género (codificado)	87,1%	42,1%	80,0%
	bajo	N	13	11	24	
		% dentro de género (codificado)	12,9%	57,9%	20,0%	
	Total	N	101	19	120	
		% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	status social (cod)	alto	N	200	127	327
			% dentro de género (codificado)	69,9%	59,9%	65,7%
	bajo	N	86	85	171	
		% dentro de género (codificado)	30,1%	40,1%	34,3%	
	Total	N	286	212	498	
		% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	status social (cod)	alto	N	726	222	948
			% dentro de género (codificado)	71,9%	59,0%	68,4%
	bajo	N	284	154	438	
		% dentro de género (codificado)	28,1%	41,0%	31,6%	
	Total	N	1010	376	1386	
		% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia con criterio de status social de Eliassen y Pedersen (1978). Total de casos 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Tanto Argentina como México tienen un fuerte incentivo institucional por medio de leyes de cuota de participación femenina obligatoria que ordena las candidaturas de género. De forma inversa, Brasil y Chile tienen resultados de status político más bajo de las diputadas en relación a los diputados. En México el nivel de homogeneidad de status político, por debajo del nivel de Argentina, puede explicarse por la no reelección vigente hasta el período 2015/18, lo que impide una mayor continuidad de la carrera de diputados y diputadas.

TABLA 6 - STATUS POLÍTICO CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978), POR GÉNERO Y PAÍSES. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

pais				género (codificado)		Total
				masculino	femenino	
Argentina	status político (cod)	alto	N	51	31	82
			% dentro de género (codificado)	31,5%	32,6%	31,9%
		bajo	N	111	64	175
			% dentro de género (codificado)	68,5%	67,4%	68,1%
	Total		N	162	95	257
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Brasil	status político (cod)	alto	N	296	23	319
			% dentro de género (codificado)	64,1%	45,1%	62,2%
		bajo	N	166	28	194
			% dentro de género (codificado)	35,9%	54,9%	37,8%
	Total		N	462	51	513
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Chile	status político (cod)	alto	N	70	11	81
			% dentro de género (codificado)	69,3%	57,9%	67,5%
		bajo	N	31	8	39
			% dentro de género (codificado)	30,7%	42,1%	32,5%
	Total		N	101	19	120
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Mexico	status político (cod)	alto	N	63	42	105
			% dentro de género (codificado)	22,0%	19,7%	21,0%
		bajo	N	224	171	395
			% dentro de género (codificado)	78,0%	80,3%	79,0%
	Total		N	287	213	500
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%
Total	status político (cod)	alto	N	480	107	587
			% dentro de género (codificado)	47,4%	28,3%	42,2%
		bajo	N	532	271	803
			% dentro de género (codificado)	52,6%	71,7%	57,8%
	Total		N	1012	378	1390
			% dentro de género (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia con criterio de status político de Eliassen y Pedersen (1978). Total de casos 1390. Casos analizados 1390. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

3.2. PERFIL DE PROFESIONES DE DIPUTADOS CLASIFICADAS EN 9 TIPOS, POR PAÍS E IDEOLOGÍA

En nueve tipos o grandes grupos fueron agrupadas las profesiones a los efectos de operar y realizar los test comparativos: empresarios, profesiones liberales, sector público –funcionarios de alto, medio y bajo rango-, magisterio –profesores-, comunicadores, políticos, religiosos, trabajadores y otras.

TABLA 7 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. ARGENTINA 2013-2019

pais	profesion agregada 3 (cod)		ideologia partido politico (cod)			Total
			centro	derecha	izquierda	
Argentina	empresarios	N	19	8	1	28
		%	9,9%	17,0%	6,3%	11,0%
	profesiones liberales	N	70	20	6	96
		%	36,5%	42,6%	37,5%	37,6%
	sector publico	N	60	16	0	76
		%	31,3%	34,0%	0,0%	29,8%
	magisterio	N	22	2	2	26
		%	11,5%	4,3%	12,5%	10,2%
	politicos	N	11	0	2	13
		%	5,7%	0,0%	12,5%	5,1%
	comunicadores	N	4	0	0	4
		%	2,1%	0,0%	0,0%	1,6%
trabajadores	N	6	0	5	11	
	%	3,1%	0,0%	31,3%	4,3%	
otros	N	0	1	0	1	
	%	0,0%	2,1%	0,0%	0,4%	
Total		N	192	47	16	255
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Los diputados argentinos tienen preponderancia en el ejercicio anterior de *profesiones liberales* y como *funcionarios públicos a nivel estatal*, sea federal, provincial o municipal, representando los mismos en conjunto poco más de 2/3 de los legisladores. En segundo lugar, quienes ejercieron actividades como empresarios y profesores. Los políticos profesionales y trabajadores en tercer lugar, con baja representación en el conjunto de profesiones. Por ejes ideológicos se observa homogénea presencia de profesiones liberales, ausencia de funcionarios públicos en la izquierda; ausencia de trabajadores en la derecha, presencia significativa en la izquierda y poco expresiva en el centro (Tabla 7).

Los diputados brasileños tienen preponderancia de ejercicio anterior de profesión como *funcionarios estatales*, *empresarios* y *profesiones liberales*, representando en conjunto casi $\frac{3}{4}$ de los legisladores. Baja es la presencia de los políticos profesionales, profesores, comunicadores, trabajadores y religiosos; sólo en Brasil hay antecedente de profesión de pastores y padres. Por ejes ideológicos, los empresarios se concentran en los ejes conservadores, del centro y la derecha; es homogénea la presencia de funcionarios estatales; menos profesiones liberales en la derecha, y mayor proporción de profesores y trabajadores en la izquierda (Tabla 8).

TABLA 8 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. BRASIL 2015-2018

pais				ideologia partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Brasil	profesion agregada 3 (cod)	empresarios	N	37	72	17	126
			%	22,8%	33,8%	12,3%	24,6%
		profesiones liberales	N	37	29	34	100
			%	22,8%	13,6%	24,6%	19,5%
		sector publico	N	51	61	39	151
			%	31,5%	28,6%	28,3%	29,4%
		magisterio	N	7	5	18	30
			%	4,3%	2,3%	13,0%	5,8%
		politicos	N	15	6	6	27
			%	9,3%	2,8%	4,3%	5,3%
		comunicadores	N	7	22	0	29
			%	4,3%	10,3%	0,0%	5,7%
		trabajadores	N	4	6	21	31
			%	2,5%	2,8%	15,2%	6,0%
	religiosos	N	4	10	1	15	
		%	2,5%	4,7%	0,7%	2,9%	
	otros	N	0	2	2	4	
		%	0,0%	0,9%	1,4%	0,8%	
	Total	N	162	213	138	513	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 513. Casos analizados 513. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Los diputados chilenos tienen preponderancia de ejercicio anterior de profesión en primer término como *profesionales liberales*, que representan 1/3 de los diputados. En segundo término, de *funcionarios estatales, empresarios y profesores* que en su conjunto representan cerca de 2/3 de los diputados (Tabla 9).

TABLA 9 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. CHILE 2014-2018

pais				ideologia partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Chile	profesion agregada 3 (cod)	empresarios	N	6	11	7	24
			%	22,2%	23,9%	14,9%	20,0%
		profesiones liberales	N	9	13	14	36
			%	33,3%	28,3%	29,8%	30,0%
		sector publico	N	5	12	12	29
			%	18,5%	26,1%	25,5%	24,2%
		magisterio	N	3	7	10	20
			%	11,1%	15,2%	21,3%	16,7%
		politicos	N	1	1	3	5
			%	3,7%	2,2%	6,4%	4,2%
		comunicadores	N	2	1	0	3
			%	7,4%	2,2%	0,0%	2,5%
		trabajadores	N	1	1	1	3
			%	3,7%	2,2%	2,1%	2,5%
	Total	N	27	46	47	120	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 120. Casos analizados 120. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

En términos de ejes ideológicos en todas las profesiones ejercidas por los diputados chilenos hay una tendencia a ser homogéneas (Tabla 9).

TABLA 10 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR IDEOLOGÍA. MÉXICO 2015-2018

pais	profesion agregada 3 (cod)		N	ideologia partido politico (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Mexico	empresarios	N	47	36	12	95	
		%	17,6%	32,7%	9,9%	19,1%	
	profesiones liberales	N	28	7	13	48	
		%	10,5%	6,4%	10,7%	9,6%	
	sector publico	N	129	49	52	230	
		%	48,3%	44,5%	43,0%	46,2%	
	magisterio	N	25	6	14	45	
		%	9,4%	5,5%	11,6%	9,0%	
	politicos	N	32	9	21	62	
		%	12,0%	8,2%	17,4%	12,4%	
	comunicadores	N	1	0	3	4	
		%	0,4%	0,0%	2,5%	0,8%	
	trabajadores	N	5	2	6	13	
		%	1,9%	1,8%	5,0%	2,6%	
	otros	N	0	1	0	1	
		%	0,0%	0,9%	0,0%	0,2%	
	Total		N	267	110	121	498
			%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Los diputados mexicanos tienen *preponderancia de ejercicio anterior de profesión como funcionarios estatales*, representando cerca del 50% de la profesión ejercida con anterioridad por los legisladores. *En segundo término, está la profesión de empresario*, 1/5 de los legisladores. En tercer término, los *políticos profesionales, profesiones liberales y profesores que en su conjunto constituyen casi 1/3* de las profesiones ejercidas por los legisladores. Por ejes ideológicos hay gran homogeneidad entre los funcionarios estatales y profesiones liberales, y menor presencia de empresarios en la izquierda. México, en forma comparada, es el único país que tiene mayor representación de políticos profesionales entre los diputados (Tabla 10).

El modelo adoptado de 9 tipos de profesiones refleja en los cuatro países que las profesiones por orden de importancia son del *sector público, las profesiones liberales y los empresarios que representan 3/4 del N de 1390 diputados analizados* (Tabla 11 y Apéndice II-Tabla 26). Un modelo más detallado de 17 tipos muestra la composición interna del modelo de 9 tipos (Apéndice III-Tabla 27).

TABLA 11 - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES DE LOS CUATRO PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Principales bloques de profesiones por país. Residuos padronizados			país (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	México	
profesion agregada 3 (cod)	empresarios	N	28	126	24	95	273
		Expected Count	50,2	101,0	23,6	98,1	273,0
		%	11,0%	24,6%	20,0%	19,1%	19,7%
		Residual ajustado	-3,9	3,5	,1	-,4	
profesiones liberales		N	96	100	36	48	280
		Expected Count	51,5	103,6	24,2	100,6	280,0
		%	37,6%	19,5%	30,0%	9,6%	20,2%
		Residual ajustado	7,7	-,5	2,8	-7,3	
sector publico		N	76	151	29	230	486
		Expected Count	89,4	179,9	42,1	174,6	486,0
		%	29,8%	29,4%	24,2%	46,2%	35,1%
		Residual ajustado	-1,9	-3,4	-2,6	6,5	
magisterio		N	26	30	20	45	121
		Expected Count	22,3	44,8	10,5	43,5	121,0
		%	10,2%	5,8%	16,7%	9,0%	8,7%
		Residual ajustado	,9	-2,9	3,2	,3	
politicos		N	13	27	5	62	107
		Expected Count	19,7	39,6	9,3	38,4	107,0
		%	5,1%	5,3%	4,2%	12,4%	7,7%
		Residual ajustado	-1,7	-2,6	-1,5	4,9	
comunicadores		N	4	29	3	4	40
		Expected Count	7,4	14,8	3,5	14,4	40,0
		%	1,6%	5,7%	2,5%	0,8%	2,9%
		Residual ajustado	-1,4	4,7	-,3	-3,5	
trabajadores		N	11	31	3	13	58
		Expected Count	10,7	21,5	5,0	20,8	58,0
		%	4,3%	6,0%	2,5%	2,6%	4,2%
		Residual ajustado	,1	2,6	-1,0	-2,2	
religiosos		N	0	15	0	0	15
		Expected Count	2,8	5,6	1,3	5,4	15,0
		%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%
		Residual ajustado	-1,8	5,1	-1,2	-2,9	
otros		N	1	4	0	1	6
		Expected Count	1,1	2,2	,5	2,2	6,0
		%	0,4%	0,8%	0,0%	0,2%	0,4%
		Residual ajustado	-,1	1,5	-,8	-1,0	
Total		N	255	513	120	498	1386
		Expected Count	255,0	513,0	120,0	498,0	1386,0
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Argentina: Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Brasil: Total de casos 513. Casos analizados 513. Chile: Total de casos 120. Casos analizados 120. México: Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Casos analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFP: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

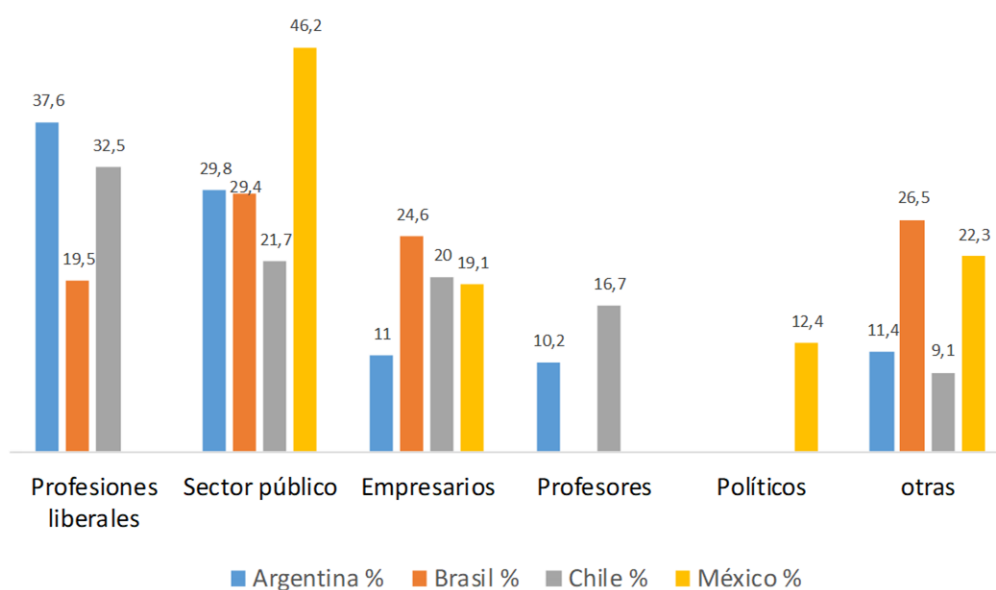
Para los principales bloques de profesiones (Tabla 11), el test de qui-cuadrado de Pearson (Tabla 37-Apéndice VII) da un resultado de 211,823. Siete (7) celdas (19,4%) tienen un valor esperado menor que 5. El valor mínimo esperado es de 0,52. P-value de asociación da un resultado de 0,000. Están destacados los índices del resultado de residuos estandarizados ajustados con resultado significativo +2,0 o -2,0.

Considerando las profesiones de diputados que tienen mayor incidencia a partir del diez por ciento de presencia en la Cámara de cada país (Gráfico 3) verificamos de forma comparada que en México el peso de las profesiones liberales es bien menor que en el conjunto, y en Argentina su principal componente.

En México es nítida la hegemonía de diputados con profesiones en el sector público, siendo en Brasil también la principal. Los empresarios –que componen empresarios propietarios y empresarios gestores o administradores y ejecutivos de empresas- son más relevantes en Brasil, menos en Argentina y similares en Chile y México.

Los diputados con profesiones provenientes del ejercicio del magisterio tienen presencia sólo en Argentina y Chile. En tanto que los políticos profesionales, con este criterio de relevancia, son observados sólo en México.

GRÁFICO 3 - PRINCIPALES PROFESIONES A PARTIR DE 10% EN LAS CÁMARAS DE DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019



Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

3.3. EDAD CATEGORIZADA, E IDEOLOGÍA CON CRITERIO COPPEDGE (1997)

TABLA 12 - EDAD CATEGORIZADA DE DIPUTADOS POR STATUS POLÍTICO Y PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

país (codificado)				status político (cod)		Total
				alto	bajo	
Argentina	clases de edad (cod)	18-35	N	4	25	29
			%	4,9%	14,6%	11,5%
	36-50	N	21	78	99	
		%	25,6%	45,6%	39,1%	
	51-65	N	43	62	105	
		%	52,4%	36,3%	41,5%	
	66-mais	N	14	6	20	
		%	17,1%	3,5%	7,9%	
	Total	N	82	171	253	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	clases de edad (cod)	18-35	N	17	42	59
			%	5,3%	21,6%	11,5%
	36-50	N	90	74	164	
		%	28,2%	38,1%	32,0%	
	51-65	N	167	77	244	
		%	52,4%	39,7%	47,6%	
	66-mais	N	45	1	46	
		%	14,1%	0,5%	9,0%	
	Total	N	319	194	513	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	clases de edad (cod)	18-35	N	4	13	17
			%	4,9%	33,3%	14,2%
	36-50	N	31	16	47	
		%	38,3%	41,0%	39,2%	
	51-65	N	35	9	44	
		%	43,2%	23,1%	36,7%	
	66-mais	N	11	1	12	
		%	13,6%	2,6%	10,0%	
	Total	N	81	39	120	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	clases de edad (cod)	18-35	N	2	67	69
			%	1,9%	21,5%	16,6%
	36-50	N	51	162	213	
		%	48,6%	52,1%	51,2%	
	51-65	N	46	77	123	
		%	43,8%	24,8%	29,6%	
	66-mais	N	6	5	11	
		%	5,7%	1,6%	2,6%	
	Total	N	105	311	416	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	clases de edad (cod)	18-35	N	27	147	174
			%	4,6%	20,6%	13,4%
	36-50	N	193	330	523	
		%	32,9%	46,2%	40,2%	
	51-65	N	291	225	516	
		%	49,6%	31,5%	39,6%	
	66-mais	N	76	13	89	
		%	12,9%	1,8%	6,8%	
	Total	N	587	715	1302	
		%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Sin datos 88 = 6,3% (4 Argentina, 84 México). Casos analizados 1302 = 93,66%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

El status político alto es un criterio adaptado a esta pesquisa (Eliassen y Pedersen, 1978). Con tal atributo están aquellos diputados que tienen experiencia legislativa

nacional anterior –no se incluyen aquellos que tuvieron experiencia legislativa local, sea municipal o sub-federal. Argentina y Brasil concentran en la categoría de edad entre 51-65 el doble de presencia de diputados con status político alto en relación a la categoría de 36-50. En Chile y México hay una tendencia homogénea entre las categorías de edad de 36-50 y 51-65. Puede ser apuntado como un reflejo natural del proceso de profesionalización política de forma progresiva que se consolida en la fase madura del político, ya que aumenta la experiencia legislativa anterior (Tabla 12).

La edad mediana de los diputados en los cuatro países es tendencialmente muy homogénea como se observa en los resultados siguientes (Tablas 13 y 14).

TABLA 13 - EDAD DE DIPUTADOS POR PAÍSES: ABAJO Y ARRIBA DE LA MEDIANA. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Edad mediana por países			país (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
edad dummy (abajo/arriba mediana) (cod)	abajo mediana	N	128	266	61	212	667
		% dentro de país (codificado)	50,6%	51,9%	50,8%	51,0%	51,2%
	arriba mediana	N	125	247	59	204	635
		% dentro de país (codificado)	49,4%	48,1%	49,2%	49,0%	48,8%
Total		N	253	513	120	416	1302
		% dentro de país (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 88 = 6,3% (4 Argentina, 84 México). Casos analizados 1302 = 93,66%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 14 - MEDIANA DE EDADES DE DIPUTADOS POR PAÍSES. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

País	Edad en fecha de elección
Argentina	50,34
Brasil	51,88
Chile	48,85
Mexico	45,25
Total	49,55

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 88 = 6,3% (4 Argentina, 84 México). Casos analizados 1302 = 93,66%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Los resultados de la clasificación ideológica con el criterio Coppedge (1997) revelan carreras representativas de diputados en partidos confesionales específicos en las categorías de centro de Chile (PDC), de centro derecha en México (PAN). En el caso de Brasil, en la derecha en varios partidos pequeños de corte cristiano evangélicos.

Diputados de partidos personalistas son escasos, y tienen cierta relevancia sólo en Brasil. Mayor parte de las carreras, representando 2/3 de diputados de los cuatro países, ocurren en los partidos seculares de centro, derecha, centro derecha, centro-izquierda e izquierda (Tabla 15).

TABLA 15 - DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA COPPEDGE (1997). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Ideología partido Coppedge por país			país (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
ideología partido Coppedge (cod)	confesional de centro	N	0	0	22	0	22
		% dentro de país (codificado)	0,0%	0,0%	18,3%	0,0%	1,6%
	confesional de centro-derecha	N	0	0	0	108	108
		% dentro de país (codificado)	0,0%	0,0%	0,0%	21,6%	7,8%
	confesional de centro-izquierda	N	1	0	0	0	1
		% dentro de país (codificado)	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
	confesional de derecha	N	0	71	0	10	81
		% dentro de país (codificado)	0,0%	13,8%	0,0%	2,0%	5,8%
	personalista	N	4	44	0	0	48
		% dentro de país (codificado)	1,6%	8,6%	0,0%	0,0%	3,5%
	secular de centro	N	95	138	5	55	293
		% dentro de país (codificado)	37,0%	26,9%	4,2%	11,0%	21,1%
	secular de centro-derecha	N	9	0	0	203	212
		% dentro de país (codificado)	3,5%	0,0%	0,0%	40,6%	15,3%
	secular de centro-izquierda	N	99	133	38	122	392
		% dentro de país (codificado)	38,5%	25,9%	31,7%	24,4%	28,2%
	secular de derecha	N	43	122	46	2	213
		% dentro de país (codificado)	16,7%	23,8%	38,3%	0,4%	15,3%
	secular de izquierda	N	6	5	9	0	20
		% dentro de país (codificado)	2,3%	1,0%	7,5%	0,0%	1,4%
Total		N	257	513	120	500	1390
		% dentro de país (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia con criterios Coppedge (1997). Total de casos: 1390. Casos analizados 1390. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

3.4. PROFESIONES CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA, TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014)

A partir de los criterios del estudio teórico y del test empírico (Codato, Costa y Massimo, 2014) sobre profesiones con disposición para la carrera política, esta pesquisa definió una lista de profesiones específica a partir de las detalladas en el Banco de Datos de N 1390 diputados de los cuatro países objeto de estudio (Ver Materiales y Métodos 2.3.2).

TABLA 16 - PROFESIÓN CON CARRERA FLEXIBLE POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Profesión con carrera flexible			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
carrera profesional flexible (dummy)	no	N	172	285	76	391	924
		% dentro de pais (codificado)	67,5%	55,6%	63,3%	78,5%	66,7%
	si	N	83	228	44	107	462
		% dentro de pais (codificado)	32,5%	44,4%	36,7%	21,5%	33,3%
Total		N	255	513	120	498	1386
		% dentro de pais (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para la variable de Carrera profesional flexible (Tabla 16), el test de Kruskal-Wallis (Tabla 32 – Apéndice VI) de forma comparada da resultados de: Qui-quadrado (Pearson) de 60,582, p-value 0,000 y Mean Rank 770,50 (Brasil), 716,60 (Chile), 688,06 (Argentina) y 611,40 (México). Revelan asociación y diferenciación por países.

Para la variable Carrera profesional con status social elevado (Tabla 17), el test de Kruskal-Wallis (Tabla 33 – Apéndice VI) de forma comparada da resultados de: Qui-quadrado (Pearson) 5,916, p-value 0,116 y Mean Rank 720,98 (Brasil), 690,93 (Argentina), 678,70 (Chile) y 670,07 (México). Revelan tendencia homogénea entre los países.

TABLA 17 - PROFESIÓN CON STATUS SOCIAL ELEVADO POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Profesion con Status Social elevado			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
status ocupacional (dummy)	no	N	106	191	52	222	571
		% dentro de pais (codificado)	41,6%	37,2%	43,3%	44,6%	41,2%
	si	N	149	322	68	276	815
		% dentro de pais (codificado)	58,4%	62,8%	56,7%	55,4%	58,8%
Total		N	255	513	120	498	1386
		% dentro de pais (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para la variable de Profesiones con afinidad a la política (Tabla 18), el test de Kruskal-Wallis (Tabla 34 – Apéndice VI) de forma comparada da resultados de: Qui-quadrado (Pearson) 9,881, p-value 0,020 y Mean Rank 748,53 (Chile), 729,84

(Argentina), 693,35 (México) y 662,71 (Brasil). Revelan asociación y diferenciación por países.

TABLA 18 - PROFESIÓN CON AFINIDAD A LA POLÍTICA POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Profesiones con Afinidad a la política			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
ocupación con afinidad a la política (dummy)	no	N	111	273	49	243	676
		% dentro de pais (codificado)	43,5%	53,2%	40,8%	48,8%	48,8%
	si	N	144	240	71	255	710
		% dentro de pais (codificado)	56,5%	46,8%	59,2%	51,2%	51,2%
Total		N	255	513	120	498	1386
		% dentro de pais (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para la variable de Carrera de políticos profesionales (Tabla 19), el test de Kruskal-Wallis (Tabla 35 – Apéndice VI) de forma comparada da resultados de: Qui-quadrado (Pearson) 24,555, p-value 0,000 y Mean Rank 726,28 (México), 676,47 (Brasil), 675,33 (Argentina) y 668,88 (Chile). Revelan asociación y diferenciación por países.

TABLA 19 - POLÍTICOS PROFESIONALES POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Políticos profesionales			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
político profesional (dummy)	no	N	242	486	115	436	1279
		% dentro de pais (codificado)	94,9%	94,7%	95,8%	87,6%	92,3%
	si	N	13	27	5	62	107
		% dentro de pais (codificado)	5,1%	5,3%	4,2%	12,4%	7,7%
Total		N	255	513	120	498	1386
		% dentro de pais (codificado)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Entre los tipos de disposición para la política en los cuatro países, la más relevante es la *disposición media* (2 atributos) (Tabla 20 / Gráfico 4).

La absoluta mayoría de los diputados de los cuatro países, en torno de 4/5, tienen por lo menos uno de los atributos de carrera profesional con disposición para la política, sumados baja (1 atributo), media (2 atributos), alta (3 atributos) y altísima disposición (exclusivamente políticos profesionales) (Tabla 20 / Gráfico 4). El Apéndice V y Tabla

29 muestran la composición detallada de profesiones por tipo de disposición para la carrera política.

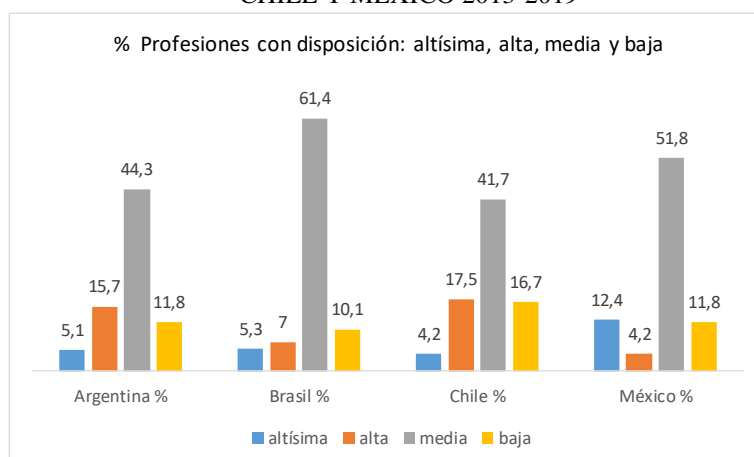
TABLA 20 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA POR PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Profesiones con predisposición para la política Codato et. al.			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N	59	83	24	98	264
		%	23,1%	16,2%	20,0%	19,7%	19,0%
	baja	N	30	52	20	59	161
		%	11,8%	10,1%	16,7%	11,8%	11,6%
	media	N	113	315	50	258	736
		%	44,3%	61,4%	41,7%	51,8%	53,1%
	alta	N	40	36	21	21	118
		%	15,7%	7,0%	17,5%	4,2%	8,5%
	altísima	N	13	27	5	62	107
		%	5,1%	5,3%	4,2%	12,4%	7,7%
Total		N	255	513	120	498	1386
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para el conjunto de Profesiones con predisposición para la política (Tabla 20), el test de Kruskal-Wallis (Tabla 36 – Apéndice VI) de forma comparada da resultados de: Qui-cuadrado de 0,472, p-value de 0,925, y Mean Rank de 699,45 (Brasil), 695,46 (México), 683,75 (Chile) y 682,28 (Argentina). Esto refleja una tendencia a la homogeneidad de los diferentes tipos de predisposición para la política, cuando se realiza la comparación en conjunto de los 5 tipos de los cuatro países.

GRÁFICO 4 - PROFESIONES CON DISPOSICIÓN ALTÍSIMA, ALTA, MEDIA Y BAJA PARA LA POLÍTICA. TEST CODATO, COSTA MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

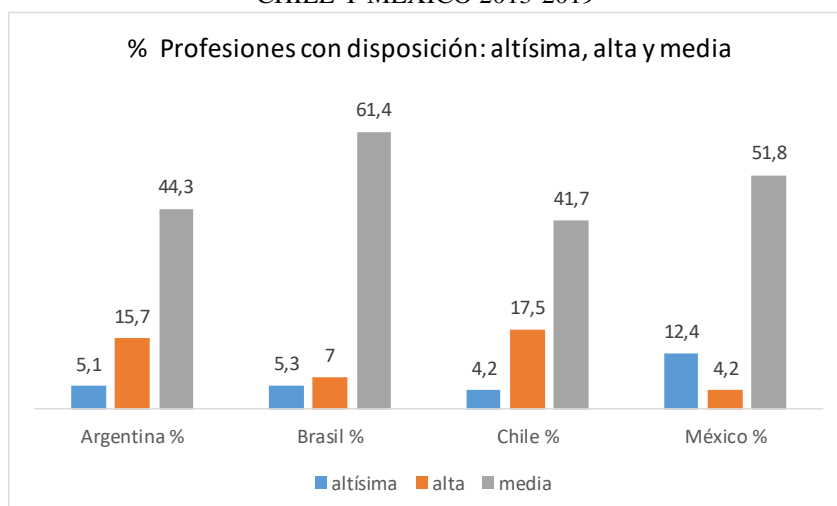


Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Baja disposición incluye diputados que poseen por lo menos uno de los atributos (Ver Materiales y Métodos 2.3.2) y representan en torno de 10 a 15 % de las profesiones de los diputados en los cuatro países (Tabla 20 / Gráfico 4).

Considerando el conjunto de predisposición media, alta y altísima de profesiones con disposición para la política, resulta también en los cuatro países una mayoría absoluta en torno de 2/3 con diputados cuyas profesiones se encuadran en estos criterios (media 2 atributos, alta 3 atributos y altísima disposición -exclusivamente políticos profesionales) (Tabla 20 / Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - PROFESIONES CON DISPOSICIÓN ALTÍSIMA, ALTA Y MEDIA PARA LA POLÍTICA. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019



Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Por países y género (Apéndice IV-Tabla 28) las relaciones son tendencialmente homogéneas.

3.5. TEST BIDIMENSIONAL DE MEDICIÓN DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA ELIASSEN Y PEDERSEN (1978)

Del análisis individual de la carrera de los diputados en tres dimensiones, status educacional, status social y status político, y combinados y agrupados en 8 tipos diferentes, resultan los dos indicadores de profesionalización política.

TABLA 21 - STATUS EDUCACIONAL DE DIPUTADOS, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

pais (codificado)				ideología partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Argentina	status educacional (cod)	alto	N	143	36	9	188
			% dentro de ideología partido político (cod)	75,7%	80,0%	56,3%	75,2%
	bajo	N	46	9	7	62	
		% dentro de ideología partido político (cod)	24,3%	20,0%	43,8%	24,8%	
	Total	N	189	45	16	250	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	status educacional (cod)	alto	N	141	158	112	411
			% dentro de ideología partido político (cod)	87,0%	74,2%	81,2%	80,1%
	bajo	N	21	55	26	102	
		% dentro de ideología partido político (cod)	13,0%	25,8%	18,8%	19,9%	
	Total	N	162	213	138	513	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	status educacional (cod)	alto	N	24	43	45	112
			% dentro de ideología partido político (cod)	88,9%	93,5%	95,7%	93,3%
	bajo	N	3	3	2	8	
		% dentro de ideología partido político (cod)	11,1%	6,5%	4,3%	6,7%	
	Total	N	27	46	47	120	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	status educacional (cod)	alto	N	233	100	95	428
			% dentro de ideología partido político (cod)	86,9%	90,9%	77,9%	85,6%
	bajo	N	35	10	27	72	
		% dentro de ideología partido político (cod)	13,1%	9,1%	22,1%	14,4%	
	Total	N	268	110	122	500	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	status educacional (cod)	alto	N	541	337	261	1139
			% dentro de ideología partido político (cod)	83,7%	81,4%	80,8%	82,4%
	bajo	N	105	77	62	244	
		% dentro de ideología partido político (cod)	16,3%	18,6%	19,2%	17,6%	
	Total	N	646	414	323	1383	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 7 = 0,50% (Argentina). Casos analizados 1383 = 99,50%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

El primero, combinando status político con uno o ambos de los demás status indica la tendencia a la legislatura burocrática del partido o la legislatura profesionalizada. El segundo hacia la legislatura burocrática del partido (Ver Materiales y Métodos 2.3.3).

El resultado apunta un alto status educacional de los diputados en los cuatro países y homogéneo por espectro ideológico, con excepción de un índice relativo menor en Argentina en la izquierda (Tabla 21).

El status social muestra resultados también elevados, en torno del 2/3 de los diputados de las Cámaras de los cuatro países, siendo Chile el más elevado con 4/5, y homogéneo por espectro ideológico, con excepción de Argentina con un índice relativo menor en la izquierda (Tabla 22).

TABLA 22 - STATUS SOCIAL DE DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

país (codificado)				ideología partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Argentina	status social (cod)	alto	N	129	36	7	172
			% dentro de ideología partido político (cod)	67,2%	76,6%	43,8%	67,5%
	bajo	N	63	11	9	83	
		% dentro de ideología partido político (cod)	32,8%	23,4%	56,3%	32,5%	
	Total	N	192	47	16	255	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	status social (cod)	alto	N	118	147	88	353
			% dentro de ideología partido político (cod)	72,8%	69,0%	63,8%	68,8%
	bajo	N	44	66	50	160	
		% dentro de ideología partido político (cod)	27,2%	31,0%	36,2%	31,2%	
	Total	N	162	213	138	513	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	status social (cod)	alto	N	21	39	36	96
			% dentro de ideología partido político (cod)	77,8%	84,8%	76,6%	80,0%
	bajo	N	6	7	11	24	
		% dentro de ideología partido político (cod)	22,2%	15,2%	23,4%	20,0%	
	Total	N	27	46	47	120	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	status social (cod)	alto	N	177	76	74	327
			% dentro de ideología partido político (cod)	66,3%	69,1%	61,2%	65,7%
	bajo	N	90	34	47	171	
		% dentro de ideología partido político (cod)	33,7%	30,9%	38,8%	34,3%	
	Total	N	267	110	121	498	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	status social (cod)	alto	N	445	298	205	948
			% dentro de ideología partido político (cod)	68,7%	71,6%	63,7%	68,4%
	bajo	N	203	118	117	438	
		% dentro de ideología partido político (cod)	31,3%	28,4%	36,3%	31,6%	
	Total	N	648	416	322	1386	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Posee status político alto el diputado con experiencia legislativa en la arena legislativa nacional. Status político bajo expresa el componente de diputados con experiencia legislativa local o sin experiencia (Ver Materiales y Métodos 2.3.3). Del resultado del test (Tabla 23) se verifica que en torno de 2/3 de los diputados brasileños y chilenos poseen alto status político, lo que revela carreras políticas más continuas. Argentina tiene en torno de 1/3 de diputados con alto status político y México 1/5, lo que puede estar señalando el producto de la estructura particular del sistema de partidos y electoral Argentino (Jones *et al.*, 2000); y el impedimento de la reelección en el caso de México (Mendoza, 2010).

TABLA 23 - STATUS POLÍTICO DE DIPUTADOS POR PAÍS E IDEOLOGÍA, CON CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

país (codificado)				ideología partido político (cod)			Total
				centro	derecha	izquierda	
Argentina	status político (cod)	alto	N	65	10	7	82
			% dentro de ideología partido político (cod)	33,7%	20,8%	43,8%	31,9%
	bajo	N	128	38	9	175	
		% dentro de ideología partido político (cod)	66,3%	79,2%	56,3%	68,1%	
	Total	N	193	48	16	257	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	status político (cod)	alto	N	89	140	90	319
			% dentro de ideología partido político (cod)	54,9%	65,7%	65,2%	62,2%
	bajo	N	73	73	48	194	
		% dentro de ideología partido político (cod)	45,1%	34,3%	34,8%	37,8%	
	Total	N	162	213	138	513	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Chile	status político (cod)	alto	N	18	33	30	81
			% dentro de ideología partido político (cod)	66,7%	71,7%	63,8%	67,5%
	bajo	N	9	13	17	39	
		% dentro de ideología partido político (cod)	33,3%	28,3%	36,2%	32,5%	
	Total	N	27	46	47	120	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mexico	status político (cod)	alto	N	64	24	17	105
			% dentro de ideología partido político (cod)	23,9%	21,8%	13,9%	21,0%
	bajo	N	204	86	105	395	
		% dentro de ideología partido político (cod)	76,1%	78,2%	86,1%	79,0%	
	Total	N	268	110	122	500	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Total	status político (cod)	alto	N	236	207	144	587
			% dentro de ideología partido político (cod)	36,3%	49,6%	44,6%	42,2%
	bajo	N	414	210	179	803	
		% dentro de ideología partido político (cod)	63,7%	50,4%	55,4%	57,8%	
	Total	N	650	417	323	1390	
		% dentro de ideología partido político (cod)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fuente: Elaboración propia. Total de casos 1390. Casos analizados 1390. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Por ejes ideológicos, la derecha en Argentina tiene menor status político, lo que resulta de la reciente constitución del nuevo partido de derecha hegemónico en ese campo (PRO) y con poca experiencia legislativa acumulada. En México es homogéneo el status político alto en el centro y la derecha, y relativamente menor en la izquierda de reciente constitución e irrupción en el sistema partidario mexicano dominado por décadas por el hegemonismo del PRI en el centro y en la derecha por el PAN (Alarcón y Reyes, 2016) (Tabla 23).

Considerado el total de diputados de los cuatro países, con los criterios de Eliassen y Pedersen (1978), *hay una tendencia absoluta en torno del 95% de profesionalización en alguna de las direcciones: profesionalización intelectual (legislatura tecnocrática, tipos II, IV, VI) y dos tipos de profesionalización política: burocrática del partido (legislatura burocrática, tipo VII) y política profesional (legislatura profesionalizada tipos I, III, V)* (Gráfico 6 / Tabla 24).

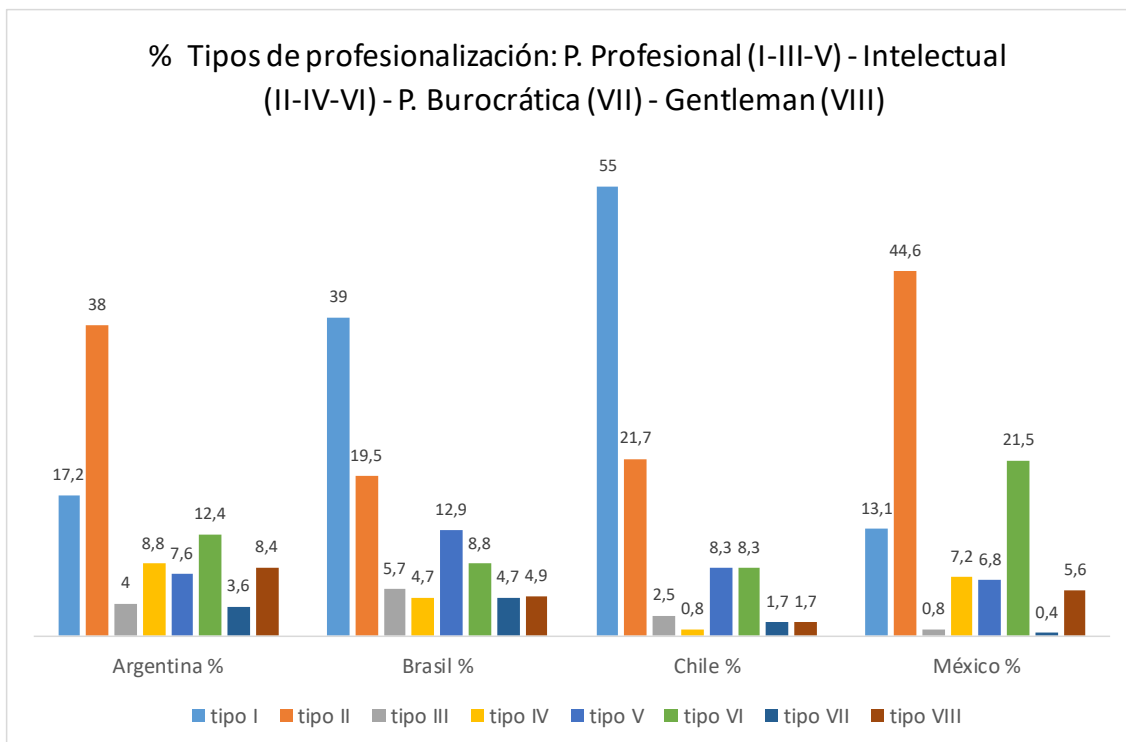
TABLA 24 - COMBINACIONES DE STATUS EDUCACIONAL, SOCIAL Y POLÍTICO. 8 TIPOS ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

8 tipos de combinaciones de Status Eliassen & Pedersen			pais (codificado)				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
Tipos Status	Tipo I = Soc+Ed+Pol	N	43	200	66	65	374
		Expected Count	67,7	138,9	32,5	134,9	374,0
		%	17,2%	39,0%	55,0%	13,1%	27,1%
		Residual ajustado	-3,9	7,7	7,2	-8,8	
	Tipo II = Soc+Ed	N	95	100	26	222	443
		Expected Count	80,2	164,6	38,5	159,7	443,0
		%	38,0%	19,5%	21,7%	44,6%	32,1%
		Residual ajustado	2,2	-7,7	-2,6	7,5	
	Tipo III = Soc+Pol	N	10	29	3	4	46
		Expected Count	8,3	17,1	4,0	16,6	46,0
		%	4,0%	5,7%	2,5%	0,8%	3,3%
		Residual ajustado	,7	3,7	-,5	-3,9	
	Tipo IV = Soc	N	22	24	1	36	83
		Expected Count	15,0	30,8	7,2	29,9	83,0
		%	8,8%	4,7%	0,8%	7,2%	6,0%
		Residual ajustado	2,1	-1,6	-2,5	1,4	
	Tipo V = Ed+Pol	N	19	66	10	34	129
		Expected Count	23,4	47,9	11,2	46,5	129,0
		%	7,6%	12,9%	8,3%	6,8%	9,3%
		Residual ajustado	-1,0	3,5	-,4	-2,4	
	Tipo VI = Ed	N	31	45	10	107	193
		Expected Count	34,9	71,7	16,8	69,6	193,0
		%	12,4%	8,8%	8,3%	21,5%	14,0%
		Residual ajustado	-,8	-4,3	-1,9	6,0	
	Tipo VII = Pol	N	9	24	2	2	37
		Expected Count	6,7	13,7	3,2	13,3	37,0
		%	3,6%	4,7%	1,7%	0,4%	2,7%
		Residual ajustado	1,0	3,5	-,7	-3,9	
	Tipo VIII = Gentleman	N	21	25	2	28	76
		Expected Count	13,8	28,2	6,6	27,4	76,0
		%	8,4%	4,9%	1,7%	5,6%	5,5%
		Residual ajustado	2,2	-,8	-1,9	,1	
Total		N	250	513	120	498	1381
		Expected Count	250,0	513,0	120,0	498,0	1381,0
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para el conjunto de 8 tipos de combinación de Status (Tabla 24), el test de qui-cuadrado de Pearson (Tabla 38-Apéndice VIII) da un resultado de 263,038. Dos (2) celdas (6,3%) tienen un valor esperado menor que 5. El valor mínimo esperado es de 3,22. P-value de asociación da un resultado de 0,000. Están destacados los índices del resultado de residuos estandarizados ajustados con resultado significativo +2,0 o -2,0.

GRÁFICO 6 - TENDENCIA GLOBAL A LA PROFESIONALIZACIÓN. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019



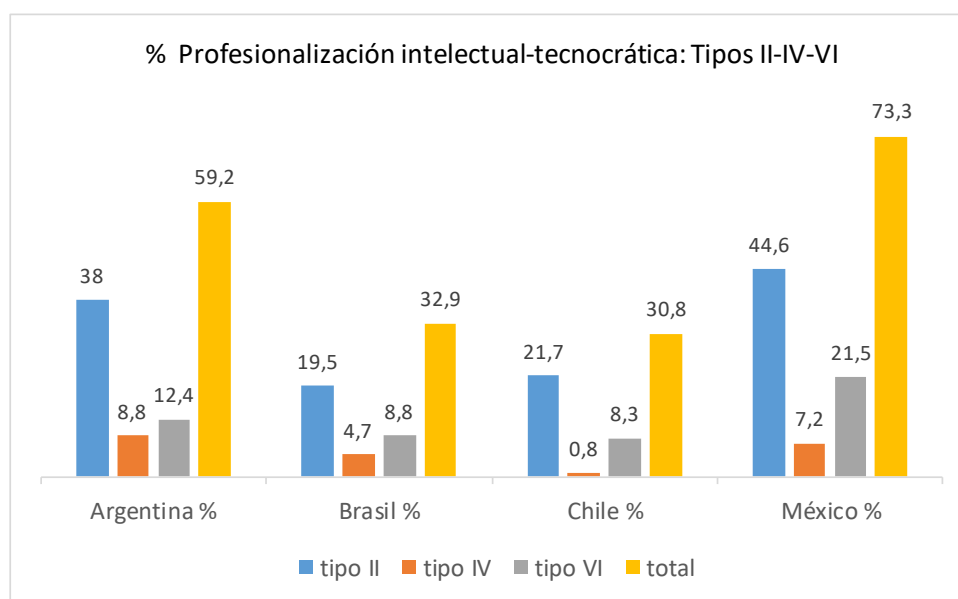
Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Los tipos II, IV y VI indican la *profesionalización intelectual*: incluyen status educacional y/o social alto.

En Argentina, donde las carreras de los diputados tienen baja tasa de antigüedad y son discontinuas (Jones *et al.*, 2000, pp. 15-16), y en México, donde no es permitida la reelección, es absoluta la presencia de diputados con atributos de status que los ubican en la categoría de profesionalización intelectual (legislatura tecnocrática); esto es lo que resulta del test de residuos estandarizados (Tabla 25) y es observado en el Gráfico 7.

Es menor en los casos de Brasil y Chile, donde prevalece la profesionalización política, por la mayor experiencia legislativa (Tabla 25 y Gráfico 7).

GRÁFICO 7 - % PROFESIONALIZACIÓN INTELECTUAL. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019



Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

El *Primer índice de profesionalización política* (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 295-296) está compuesto por los tipos I, III, V y VII. Incluye los tipos denominados “legislatura profesionalizada” (tipos I, III y V) donde se conjuga el alto status político con uno o ambos de los status educativo y social, y la “legislatura burocrática del partido” (tipo VII) que contiene de forma exclusiva status político (Materiales y Métodos 2.3.3).

TABLA 25 - PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA. CRITERIO ELIASSEN & PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

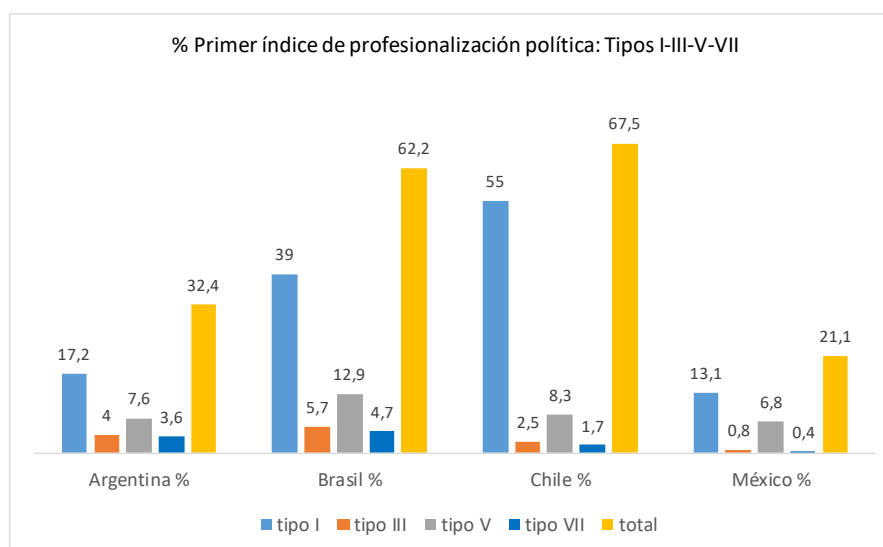
Primer índice profesionalización Eliassen & Pedersen		pais (codificado)				Total
		Argentina	Brasil	Chile	México	
Primer índice profesionalización. Tipos I-III-V-VII	N	81	319	81	105	586
	Expected Count	106,1	217,7	50,9	211,3	586,0
	%	32,4%	62,2%	67,5%	21,1%	42,4%
	Residual ajustado	-3,5	11,4	5,8	-12,1	
Profesionalización Intelectual. Tipos II-IV-VI	N	148	169	37	365	719
	Expected Count	130,2	267,1	62,5	259,3	719,0
	%	59,2%	32,9%	30,8%	73,3%	52,1%
	Residual ajustado	2,5	-10,9	-4,9	11,9	
Gentleman sin profesionalización. Tipo VIII	N	21	25	2	28	76
	Expected Count	13,8	28,2	6,6	27,4	76,0
	%	8,4%	4,9%	1,7%	5,6%	5,5%
	Residual ajustado	2,2	-8	-1,9	,1	
Total	N	250	513	120	498	1381
	Expected Count	250,0	513,0	120,0	498,0	1381,0
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

Para los tres tipos expuestos (Tabla 25), el test de qui-cuadrado de Pearson (Tabla 39-Apéndice VIII) aplicado da un resultado de 223,718. Cero (0) celdas (0,0%) tienen un valor esperado menor que 5. El valor mínimo esperado es de 6,60. P-value de asociación da un resultado de 0,000. Están destacados los índices del resultado de residuos estandarizados ajustados con resultado significativo +2,0 o -2,0.

Primer índice de profesionalización política (Eliassen y Pedersen, 1978): los diputados de Chile y Brasil tienen alto índice de profesionalización política, y los de Argentina y México menor. Los residuos estandarizados comparados muestran que este índice es significativo en los cuatro países (Tabla 25 y Gráfico 8).

GRÁFICO 8 – PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN POLÍTICA. CRITERIO ELIASSEN Y PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019



Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

El *Segundo índice de profesionalización política* (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 295-296) está compuesto por el tipo VII de “político puro” que tiene una “profesionalización burocrática” y cuya legislatura es denominada “legislatura burocrática de partido” (materiales y métodos 2.3.3), con pose exclusiva de alto status político. Es un perfil de profesionalización con baja presencia en los cuatro países, con residuos estandarizados comparados y significativos en los casos de Brasil y México (Gráfico 8 / Tabla 24).

Para los cuatro tipos expuestos (Tabla 26), el test de qui-cuadrado de Pearson (Tabla 40-Apéndice VIII) aplicado da un resultado de 232,215. Una (1) celda (6,3%) tiene un valor esperado menor que 5. El valor mínimo esperado es de 3,22. P-value de asociación da un resultado de 0,000. Están destacados los índices del resultado de residuos estandarizados ajustados con resultado significativo +2,0 o -2,0.

TABLA 26 - SEGUNDO ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. CRITERIO ELIASSEN & PEDERSEN (1978). DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Segundo índice de profesionalización. Eliassen & Pedersen		pais (codificado)				Total
		Argentina	Brasil	Chile	México	
Profesionalización política profesional. Tipos I-III-V	N	72	295	79	103	549
	Expected Count	99,4	203,9	47,7	198,0	549,0
	%	28,8%	57,5%	65,8%	20,7%	39,8%
	Residual ajustado	-3,9	10,4	6,1	-10,9	
Profesionalización Intelectual. Tipos II-IV-VI	N	148	169	37	365	719
	Expected Count	130,2	267,1	62,5	259,3	719,0
	%	59,2%	32,9%	30,8%	73,3%	52,1%
	Residual ajustado	2,5	-10,9	-4,9	11,9	
Segundo Índice: profesionalización burocrática. Tipo VII	N	9	24	2	2	37
	Expected Count	6,7	13,7	3,2	13,3	37,0
	%	3,6%	4,7%	1,7%	0,4%	2,7%
	Residual ajustado	1,0	3,5	-7	-3,9	
Gentleman sin profesionalización. Tipo VIII	N	21	25	2	28	76
	Expected Count	13,8	28,2	6,6	27,4	76,0
	%	8,4%	4,9%	1,7%	5,6%	5,5%
	Residual ajustado	2,2	-,8	-1,9	,1	
Total	N	250	513	120	498	1381
	Expected Count	250,0	513,0	120,0	498,0	1381,0
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 9 = 0,64% (7 Argentina, 2 México). Casos analizados 1381 = 99,35%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

La profesionalización de tipo “*política profesional*” (legislatura profesionalizada tipos I, III, V) (Eliassen y Pedersen, 1978, pp. 295-296) –similar al primer índice de profesionalización, pero, excluyendo el tipo VII de “políticos puros”- también es significativa de forma comparada, en los cuatro países, de acuerdo a los residuos estandarizados (Tabla 26).

El tipo VIII, de aquellos diputados que no tienen pose de ninguno de los tipos de status, educacional, social o político, de acuerdo al test de residuos estandarizados es significativo sólo en Argentina (Gráfico 6 / Tabla 26).

4. CONCLUSIONES

Entre los resultados relevantes comunes de esta pesquisa, sobre la carrera de diputados de Argentina, Brasil, Chile y México en el período 2013-2019 se puede destacar:

4.1. Alto nivel educativo de los diputados de los cuatro países o de capital “socio-educacional” (Eliassen y Pedersen, 1978).

El nivel educativo es uno de los aspectos básicos más pesquisados de élites parlamentarias y de diputados. Esta pesquisa revela un alto nivel educativo en los cuatro países (Tablas 3 y 4), aspecto que es observado en la literatura: en Argentina (Cantón, 1964) y México (Camp, 1978, 1980; Camp y Cetto, 1981) reportan estudios pioneros de las élites políticas y diputados desde el siglo XIX. Estudios más recientes de períodos de reapertura democrática en la década de 1980 apuntan también el alto padrón educativo de los diputados brasileños (Rodrigues, 2009c; Mucinhato, 2014) de Chile (Cordero, 2006; Cordero y Funk, 2011) y Argentina (Rodrigo, 2018). En los casos de Argentina, Chile y México el estudio comparado de Martínez Rosón (2006) también se concluye en relación al alto nivel educativo de los diputados.

4.2. Predominio absoluto de la formación académica universitaria de abogacía de los diputados de los cuatro países.

La formación académica en Derecho representa 1/3 de cada Cámara. Del total bruto de 420 graduados en Derecho, de los cuatro países, 118⁶² ejercieron efectivamente la profesión de abogado. El dato de graduación no deja de ser significativo por ser de lejos la principal formación académica recurrente (Apéndice I / Tabla 25) y, más allá de que no todos los graduados hayan ejercido la profesión, el capital socio-educativo que proporciona la graduación académica tiene notadas afinidades con la carrera política: conocimiento de leyes, oratoria y argumentación pública (Weber, 2011). Diversas pesquisas observan el hecho de la fuerte incidencia de los graduados académicos en

⁶² Ver Apéndice IX: Banco de Datos prosopográfico de N 1390 Diputados: Observatório de Elites Políticas e Sociais de Brasil; Codato, Adriano; Arrom Suhurt, Juan (2020): DATASET, Conjunto de datos: Representação política na América Latina: Membros del Parlamento (Argentina, Brasil, Chile e México). Figshare, accesado el 05.12.2020: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13301348.v1>

Derecho entre los diputados de Argentina (Cantón, 1964; Rodrigo, 2018), Brasil (Rodrigues, 2009c), Chile (González-Bustamante y Cisternas, 2016) y México (Camp y Cetto, 1981).

4.3. Alto status social por los criterios de Eliassen y Pedersen (1978).

Con el criterio de status social (Eliassen y Pedersen, 1978) aplicado en esta pesquisa, que califica con alto status social a diputados que ejercieron profesiones de empresarios propietarios, altos funcionarios públicos, altos ejecutivos de empresas, profesiones liberales tradicionales y profesores universitarios, se verifica un alto status social en los cuatro países (Tabla 5). Las pesquisas en Argentina (Cantón, 1964; Rodrigo, 2018), Brasil (Rodrigues, 2009c; Mucinhato, 2014), Chile (González-Bustamante y Cisternas, 2016) y México (Camp, 1978, 1980) revelan esta tendencia de profesiones con alto status social de los diputados.

4.4. Entre las profesiones previas al ejercicio del cargo legislativo, predominan las de funcionario público, profesiones liberales y empresarios.

Consideradas las profesiones de los diputados en grandes bloques, en los cuatro países hay un predominio de los *funcionarios públicos* (altos funcionarios públicos de nivel federal, estatal y municipal y bajo y medio funcionalismo público), las *profesiones liberales* (tradicionales y no tradicionales) y los *empresarios* (urbanos, agropecuarios, mixtos y gestores-ejecutivos) (Tabla 11, Tabla 28-Apéndice II y Tabla 29-Apéndice III / Gráfico 3).

Este resultado es coherente desde la perspectiva del criterio aplicado en el test de Profesiones con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014), pues las principales profesiones que conforman los mismos poseen disposición para la política *media* (2 atributos, *altos funcionarios públicos, empresarios propietarios y profesiones liberales tradicionales –excepto abogados–*) y *alta* (3 atributos, *profesión liberal tradicional de abogados*) (Apéndice V / Tabla 31). En diferentes períodos legislativos la literatura apunta esta tendencia en Argentina (Rodrigo, 2018) Brasil (Rodrigues, 2009c) y Chile (Cordero, 2006; Arrom Suhurt, 2018, pp. 12-14). El Estudio comparado de Martínez Rosón (2006) no incluye las profesiones de los diputados latinoamericanos.

4.5. De acuerdo al test de carreras con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014), **entre los tipos de disposición para la política en los cuatro países, la más relevante es la *disposición media* (2 atributos) (Tabla 20 / Gráfico 4).**

En la categoría de *media disposición* las carreras principales son i) los *altos funcionarios públicos* (nivel federal, estatal y municipal) que poseen status profesional elevado y, además, son afines a la política en la medida que –no siendo funcionarios de carrera- esos cargos son utilizados por los partidos como vitrinas de visualización y promoción política que tienen presencia regular en los medios de comunicación exponiendo proyectos y programas sectoriales de gobierno, negociando políticas públicas o inaugurando obras, ii) la de los *empresarios propietarios* con Status profesional elevado y, además, con Carrera flexible en la medida que a diferencia de los empresarios gestores (gerentes y ejecutivos de empresas), y iii) las profesiones liberales tradicionales (excepto de abogados). Incluye, además, la profesión de los *comunicadores* –periodistas, locutores de radio y presentadores de TV- (Apéndice V / Tabla 31).

4.6. De acuerdo al test de carreras con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014) **la absoluta mayoría de los diputados (4/5) de los cuatro países tienen por lo menos uno de los atributos de carrera profesional con disposición para la política, sumados baja (1 atributo), media (2 atributos), alta (3 atributos) y altísima disposición (exclusivamente políticos profesionales) (Tabla 20 / Gráfico 4).**

La composición principal de *baja disposición* para la política está dada por las profesiones de magisterio (profesores universitarios y primario/medio/otros), bajo y medio funcionariado público (asesores parlamentarios), pastores y padres (padres católicos y pastores evangélicos). De *media disposición* las profesiones de altos funcionarios públicos, empresarios propietarios, profesiones liberales tradicionales (excepto de abogados) y comunicadores. *Alta disposición* la de los abogados –profesión liberal tradicional- la única que reúne los 3 atributos: Status Social elevado, Carrera flexible y Afinidad a la política. Y *altísima disposición*, los políticos profesionales (Apéndice V / Tabla 31).

4.7. De acuerdo al test de carreras con disposición para la política (Codato, Costa y Massimo, 2014), **cuando se realiza la comparación en conjunto de los 5 tipos diferentes de predisposición para la política entre los cuatro países, aplicando los Test de asociación y Mean Rank (Kruskal-Wallis) se verifica una tendencia a la homogeneidad, (Tablas 20 y 36).**

4.8. Primer índice de profesionalización (Tipos I-III-V-VII) test de Eliassen y Pedersen (1978). Los resultados de residuos estandarizados (Pearson) revelan que existe asociación y valores significativos, de forma comparada en los cuatro países, en esta tendencia de la profesionalización política. Es el conjunto de la profesionalización *política profesional* (legislatura profesionalizada) y *burocrática del partido* (legislatura burocrática) (Tabla 25 / Gráfico 8).

Este indicador de profesionalización expresa una significativa franja de diputados que poseen una combinación de los tipos de status alto: educacional o social – conceptualizados por otros autores como parte del “capital personal” (Bourdieu, 1981) o “individual” (Alcántara Sáez, 2017)- con el político o “delegado” (Bourdieu, 1981) o “medio-ambiental” (Alcántara Sáez, 2017).

4.9. Segundo índice de profesionalización (Tipo VII) test de Eliassen y Pedersen (1978). Los resultados de residuos estandarizados (Pearson) revelan que existe asociación de forma comparada en los cuatro países, y valores significativos para los casos de Brasil y México. Esta tendencia de la profesionalización política es la de los “políticos puros” (Eliassen y Pedersen, 1978) o políticos profesionales, es un perfil de profesionalización residual en los cuatro países (Tabla 26 / Gráfico 6).

4.10. Profesionalización “política profesional” (legislatura profesionalizada) y profesionalización “intelectual” (legislatura

tecnocrática) (Eliassen y Pedersen, 1978). Los resultados de residuos estandarizados (Pearson) revelan que existe asociación y valores significativos de forma comparada en los cuatro países, en ambos tipos de profesionalización (Tabla 26 / Gráficos 6 y 7).

La profesionalización de tipo *intelectual* supone la pose de status educacional y/o social (Tipos II-IV-VI), en cuanto que la *política profesional* una combinación necesaria de status educacional y/o social con status político (I-III-V). Como la pose de status político (Tabla 23) es derivada de la experiencia legislativa anterior de nivel nacional, en los casos de Argentina y México la baja experiencia legislativa explica la prevalencia de profesionalización intelectual (Jones *et al.*, 2000; Martínez Rosón, 2006), a diferencia de Brasil y Chile (Martínez Rosón, 2006) donde la experiencia política es superior a la media de dos mandatos de los diputados latinoamericanos. México, además, es el que tiene el menor índice de status político, lo que puede ser señalado como efecto del impedimento de reelección (Mendoza, 2010).

4.11. La edad mediana de los diputados en los cuatro países es tendencialmente homogénea (Tablas 13 y 14), siendo la media de los cuatro países 49,55 años.

A la fecha de la elección, las medianas de edad en los cuatro países fueron de 50,34 años en Argentina, 51,88 en Brasil, 48,85 en Chile y 45,25 en México. El estudio comparado de Martínez Rosón (2006) apunta una mediana de edad de los diputados latinoamericanos próxima de los 50 años.

Entre los resultados relevantes específicos de esta pesquisa, sobre la carrera de diputados de Argentina, Brasil, Chile y México en el período 2013-2019 se puede destacar:

4.12. Carreras preponderantemente masculinas en Chile y Brasil cuyas Cámaras pueden ser caracterizadas como patriarcales, y tendencia a la paridad de género y marcada presencia relativa de las diputadas en Argentina y México (Tabla 2).

Este resultado es un indicador de los efectos de los sistemas institucionales con disposiciones legales efectivas y taxativas que favorecen la inclusión de representantes mujeres en las Cámaras de Argentina y México y, por el lado opuesto, la ausencia de tales mecanismos en Brasil y Chile (Araújo, 2005, 2009; Gómez, 2007; Araújo y Alves, 2007; Rodríguez Gustá y Caminotti, 2010; Marx, Borner y Caminotti, 2011; Fernández, 2011; Almeida, Lüchmann y Ribeiro, 2012; Briones, 2012; Caminotti, 2014; Costa, Bolognesi y Codato, 2014; Bolognesi, Perissinotto y Codato, 2016; Caminotti y Freidenberg, 2016).

4.13. Las profesiones ejercidas antes de asumir un cargo legislativo por importancia de frecuencia y representar la mayoría absoluta en cada Cámara son: En Argentina: profesiones liberales y funcionarios públicos (Tabla 7). En Brasil: funcionarios públicos, empresarios y profesiones liberales (Tabla 8). En Chile profesiones liberales, funcionarios públicos, empresarios y profesores (Tabla 9). En México funcionarios públicos y empresarios (Tabla 10).

4.14. Comparados por el espectro ideológico “centro, derecha e izquierda”, y clasificados según *survey* ABCP 2010 (Tarouco y Madeira, 2015) para los diputados del Brasil, y del PELA para diputados de Argentina, Chile y México, es observado que:

En Argentina hay homogénea presencia de profesiones liberales; ausencia de funcionarios públicos en la izquierda; ausencia de trabajadores en la derecha, presencia significativa relativa en la izquierda (por la baja frecuencia estadística) y menor en el centro (Tabla 7).

En Brasil los empresarios se concentran en los ejes conservadores, del centro y la derecha; es homogénea la presencia de funcionarios estatales; hay menos profesiones liberales en la derecha; y mayor proporción de profesores y trabajadores en la izquierda (Tabla 8) lo que refleja en parte los estudios de Rodrigues (2009c) pero en un contexto donde los profesores disminuyeron su participación del 15% (legislatura 1999/2003) a un mínimo de 5% (legislatura 2015/2018).

En Chile hay una tendencia general a ser homogéneas comparada con la legislatura 2010/2014 (Tabla 9) (Arrom Suhurt, 2018).

En México hay tendencia homogénea entre funcionarios estatales y profesiones liberales; más presencia de empresarios en la derecha y el centro, y menor en la izquierda (Tabla 10).

4.15. Los diputados con carreras en partidos confesionales (Coppedge, 1997) **se concentran en el espectro ideológico de derecha (Brasil), de centro (Chile) y de derecha (México) (Tabla 15).**

En Chile (Ize M, 1969; Valenzuela, 1995) y México (Gómez Peralta, 2012) los partidos confesionales son tradicionales, en cuanto que en Brasil es una nueva *cleavage* que surge tras el proceso de democratización en los años 80 (Gerardi y Espinoza, 2018; Oro y Tadvald, 2019). En Argentina no es relevante la presencia de carreras en partidos confesionales.

4.16. Profesiones con disposición para la carrera política (Codato, Costa y Massimo, 2014):

Cuando son analizadas las profesiones con disposición para la política cada una de forma separada y comparada por países, aplicando el test Kruskal-Wallis, se verifica que los tipos preponderantes por países son: a) En Brasil, profesiones con carrera flexible (Tablas 16 y 32) b) Homogénea en los cuatro países, profesiones con status social elevado (Tablas 17 y 33). c) En Chile, profesiones con afinidad a la política (Tablas 18 y 34). d) En México, la profesión de políticos profesionales (Tablas 19 y 35).

4.17. El Status político por los criterios de Eliassen y Pedersen (1978) es alto de forma absoluta en Brasil y Chile, y bajo de forma absoluta en Argentina y México (Tabla 23).

La discontinuidad de carrera de los diputados en Argentina (Jones *et al.*, 2000) y el impedimento de reelección de los diputados en México (Mendoza, 2010) se reflejan en la falta de acumulación de status político (experiencia legislativa nacional anterior al cargo actual, Ver Materiales y Métodos 2.3.3.).

4.18. La profesión de los “políticos profesionales”, de forma comparada revelan presencia significativa en México (Tablas 11 y 37).

Aquellos diputados que no registran antecedente de ejercicio de otro tipo de profesión antes de su primer cargo electivo, los “políticos profesionales”, por los test de residuos padronizados revelan significancia estadística positiva en México, que de forma comparada tiene la mayor presencia de este tipo de diputados. Brasil también es significativo en razón de que se esperaría un recuento estadístico mayor al observado.

4.19. Diputados que no tienen pose de ninguno de los status, educacional, social o político, Tipo VIII (Eliassen y Pedersen, 1978), tienen residuos estandarizados significativos únicamente en Argentina (Tabla 24).

4.20. Diputados con carreras profesionales -anteriores al cargo- de comunicadores, trabajadores y religiosos (pastores evangélicos y padres católicos) revelan significación estadística comparada únicamente en Brasil (Tablas 11 y 37).

Estos tres segmentos de profesiones fueron clasificados a fin de revelar su importancia o no en el conjunto de profesiones de los diputados latinoamericanos. Los test estadísticos de forma comparada revelan significación únicamente en Brasil, siendo, aún, en los cuatro países, segmentos de profesiones no preponderantes. Sobre los comunicadores, Miguel (2003) apunta como los medios de comunicación representan atajos en la carrera política en Brasil, favoreciendo el ingreso de “outsiders”. Los religiosos también crecen en representación en Brasil desde la década de 1980 (Gerardi y Espinoza, 2018; Oro y Tadvald, 2019). Los trabajadores, como señala Gaxie (2012) tienden a estar siempre sub-representados, cuando no ausentes, en la Cámara de diputados; y es lo que viene a confirmar esta pesquisa también para el caso de Brasil (Rodrigues, 2009c)

Finalmente, esta pesquisa comparada de carrera y profesionalización política de cuatro países de América Latina es inédita por su abordaje prosopográfica y los tipos de variables con las cuales se han trabajado, centradas en la profesión de los legisladores

como indicador de disposición para la carrera política (Codato, Costa y Massimo, 2014) y de status político para aplicar índices de profesionalización (Eliassen y Pedersen, 1978) desde la perspectiva de la sociología política.

Se propuso en principio explorar, describir y comparar. Con el transcurrir de los trabajos, con el estudio de la literatura en esta línea de pesquisa y los escasos y limitados trabajos en el área, se avanzó un poco más allá de esos objetivos iniciales: para enriquecer los resultados, se aplicaron metodologías de cualificación y medición de carrera y profesionalización política.

Es esperado que esta pesquisa contribuya a este enfoque de la Ciencia Política para el estudio de las élites legislativas, para lo cual también se ha dispuesto, en especial, a la comunicad académica, el Banco de Datos inédito de N 1390 de diputados de Argentina, Brasil, Chile y México (2013-2019) que sustentó los test estadísticos. Los resultados se analizan además a la luz de la literatura general y específica -y escasa-disponible de los cuatro países, y la relevancia de los mismos se reduce exclusivamente al período estudiado, sin la pretensión de que la misma pueda ser definida como padrón de carrera y profesionalización política.

REFERENCIAS

- Alarcón, V. y Reyes, J. F. (2016) «El sistema de partidos Mexicano: ¿Una historia sin fin?», en Freidenberg, F. (ed.) *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. México, América Central y República Dominicana. Tomo 1*. Primera Ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México UNAM. Instituto Nacional Electoral INE, pp. 29-80. Disponible en: https://www.ine.mx/wp-content/uploads/2019/04/Los_sistemas_de_partidos_en_america_latina.pdf.
- Albala, A. (2016) «Élites políticas de América Latina: Una agenda de investigación abierta», *Colombia Internacional*, 87, pp. 13-18. doi: 10.7440/coiombiaint87.2016.01.
- Alcántara, M., Barragán, M. y Sánchez, F. (2016) «Los presidentes latinoamericanos y las características de la democracia», *Colombia Internacional*, 87, pp. 21-52. doi: 10.7440/colombiaint87.2016.02.
- Alcántara Sáez, M. (1997) «Democracia y valores democráticos en la clase política latinoamericana», *Ecuador Debate*, diciembre, pp. 113-129. Disponible en: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/5529/1/RFLACSO-ED42-10-Alcantara.pdf>.
- Alcántara Sáez, M. (2003) «La ideología de los partidos políticos chilenos, 1994-2002: Rasgos constantes y peculiaridades», *Revista de ciencia política (Santiago)*, 2, pp. 68-87. doi: 10.4067/S0718-090X2003000200004.
- Alcántara Sáez, M. (2012) «Partidos políticos en América Latina: hacia una profesionalización de calidad», *Convergencia*, pp. 53-70. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v19n58/v19n58a2.pdf>.
- Alcántara Sáez, M. (2016) *A profissionalização da política*. E-Book. Editado por E. U. Cervi. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR. Disponible en: http://www.cpop.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016_alcantara_ebook_final.pdf.
- Alcántara Sáez, M. (2017) «La carrera política y el capital político», *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*, pp. 187-204. Disponible en: http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/files/Alcantara._La_carrera_politica_y_el_capital_politico.pdf.
- Almeida, C., Lüchmann, L. y Ribeiro, E. (2012) «Associativismo e representação política feminina no Brasil», *Revista Brasileira de Ciência Política*, (8), pp. 237-263. doi: 10.1590/s0103-33522012000200009.
- Araújo, C. (2005) «Partidos Políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política», *Revista de Sociologia e Política*, (24), pp. 193-215. Disponible en: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/3724/2972>.
- Araújo, C. (2009) «Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura», *Revista Brasileira de Ciência Política*, 0(2), pp. 23-59. Disponible en: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/download/1604/1414>.
- Araújo, C. y Alves, J. E. D. (2007) «Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas», *Dados*, 50(3), pp. 535-577. doi: 10.1590/s0011-52582007000300004.
- Arrom Suhurt, J. (2018) «Elites políticas em Chile: Câmara dos Deputados 2010-2018.

Correlação entre composição social e ideologia», en *XI Encontro ABCP Democracia e representação. Impasses contemporâneos*. Associação Brasileira de Ciência Política. doi: 10.13140/RG.2.2.31449.47202.

Bazant, J. (1991) «México», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina 6. América Latina Independiente 1820-1870*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 105-143.

BCN (2016) *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile*. Disponible en: <https://www.bcn.cl/> (Accedido: 20 de noviembre de 2017).

Best, Heinrich e Cotta, M. (2000) *Parliamentary Representatives in Europe: 1848-2000*. Oxford University Press.

Bethell, L. y Carvalho, J. M. de (1991) «Brasil (1822-1850)», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina 6. América Latina Independiente. 1820-1870*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 319-377.

Black, G. S. (1972) «A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives», *The American Political Science Review*, 66 N° 1, pp. 144-159. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/1959283>.

Bolognesi, B. y Codato, A. (2018) «Sociologia política dos políticos do Brasil: um estudo da competição eleitoral sob o regime da Constituição de 1988», en Hollanda, C. B. (ed.) *A constituição de 88. Trinta anos depois*. 1.ª ed. Curitiba - PR: Editora Universidade Federal do Paraná UFPR, pp. 357-388. doi: 10.13140/RG.2.2.24934.52809.

Bolognesi, B., Perissinotto, R. M. y Codato, A. (2016) «Reclutamiento político en Brasil Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014», *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 61(226), pp. 247-278. doi: 10.1016/S0185-1918(16)30010-1.

Bourdieu, P. (1981) «La représentation: Politique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36-37, pp. 3-24. doi: 10.3917/rai.050.0035.

Bourdieu, P. (1988) «Penser la politique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 71-72, pp. 2-4. doi: 10.3917/aphi.824.0677.

Braga, M. do S. S., Ribeiro, P. F. y Amaral, O. E. Do (2016) «El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014)», en Freidenberg, F. (ed.) *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. Cono Sur y Países Andinos*. Tomo 2. Primera Ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México UNAM. Instituto Nacional Electoral INE, pp. 69-134. Disponible en: https://www.ine.mx/wp-content/uploads/2019/04/Los_sistemas_de_partidos_en_america_latina_V2.pdf.

Braga, S. S. (1998) *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília - DF: Câmara dos Deputados. Disponible en: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6744/quem_foi_quem_braga_v1.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Briones, S. A. (2012) «Participación política de las mujeres en Chile 2011», *Participación política de las mujeres en Chile 2011*, 13(13), pp. 217-235. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5509334.pdf>.

Cabezas, J. M. y Navia, P. (2005) «Efecto del sistema binominal en el número de

candidatos y de partidos en elecciones legislativas en Chile, 1989-2001», *Revista de Ciencia Política*, 45(0), pp. 29-51. doi: 10.5354/0716-1077.2005.26100.

CAMARA (2018a) *Cámara de Diputados de la República de Chile*. Disponible en: <https://www.camara.cl/> (Accedido: 20 de mayo de 2018).

CAMARA (2018b) *Cámara de Diputados de la República Federativa del Brasil*. Disponible en: <http://www2.camara.leg.br/> (Accedido: 20 de mayo de 2018).

CAMARA (2018c) *Honorable Congreso de la Unión Mexicana*. Disponible en: <http://www.diputados.gob.mx/> (Accedido: 20 de mayo de 2018).

Caminotti, M. (2014) «Ideas, legados y estrategias políticas en la reforma de las reglas de selección de candidatos: la ley de cuotas pionera de Argentina», *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 23(SPE), pp. 65-85. Disponible en: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v23nspe/v23nspe04.pdf>.

Caminotti, M. y Freidenberg, F. (2016) «Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales en Argentina y México», *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*. Elsevier, 61(228), pp. 121-144. doi: 10.1016/S0185-1918(16)30042-3.

Camp, R. A. (1978) «Quiénes alcanzan la cumbre: la élite política mexicana», *Foro Internacional*, 19.1 (73), pp. 24-61. Disponible en: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/download/787/777>.

Camp, R. A. (1980) «Reclutamiento político y cambio en el México de los setentas», *Foro Internacional*, V. 20 N° 3, pp. 463-483. Disponible en: <http://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/download/839/829>.

Camp, R. A. y Cetto, B. (1981) «La educación de la élite política mexicana», *Revista Mexicana de Sociología*, pp. 421-454. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/3540021?seq=1>.

Cantón, D. (1964) «El parlamento Argentino en épocas de cambio: 1889, 1916 y 1946», *Desarrollo Económico*, IV N° 13, pp. 1-29. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/3465714?seq=1>.

CD-Chile (2017) *Camara de Diputados Chile*. Disponible en: <https://www.camara.cl/index.aspx> (Accedido: 20 de noviembre de 2017).

CD-Colombia (2018) *Cámara de Diputados Colombia*. Disponible en: <http://www.camara.gov.co/representantes?location=p83> (Accedido: 30 de junio de 2018).

CEPAL (2018a) *PIB total a precios constantes de mercado. In: Anuario Estadístico de América Latina y del Caribe, 2017. 2) Estadísticas económicas. 2.1.1.3, Anuario Estadístico de América Latina y del Caribe, 2017*. Disponible en: http://interwp.cepal.org/anuario_estadistico/Anuario_2017/index.asp?anuario=2017&idiotoma=sp (Accedido: 21 de mayo de 2018).

CEPAL (2018b) *Valor agregado de las industrias manufactureras, a precios constantes de mercado. In: Anuario Estadístico de América Latina y del Caribe, 2017. 2) Estadísticas económicas. 2.1.1.28, Anuario Estadístico de América Latina y del Caribe, 2017*. Disponible en: http://interwp.cepal.org/anuario_estadistico/Anuario_2017/index.asp?anuario=2017&idiotoma=sp

oma=sp (Accedido: 20 de mayo de 2018).

Cervi, E. U. *et al.* (2015) «Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010», *Sociedade e Estado*, 30(1), pp. 189-205. doi: 10.1590/S0102-69922015000100011.

Codato, A., Bolognesi, B. y Roeder, K. M. (2015) «A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador», en Cruz, S. V. y Kaysel, A. (eds.) *Direita Volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo SP: Fundação Perseu Abramo, pp. 115-143. Disponible en: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Direita-volver-Final.pdf#page=116>.

Codato, A., Costa, L. D. y Massimo, L. (2014) «Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico», *Opinião Pública*, 20(3), pp. 346-362. doi: 10.1590/1807-01912014203346.

Codato, A., Massimo, L. y Costa, L. D. (2017) «Social positions and political recruitment: a study of Brazilian senators», *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, pp. 111-135. Disponible en: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v29n3/1809-4554-ts-29-03-0111.pdf>.

Codato, A., Roeder, K. M. y Arrom Suhurt, J. (2018) «Os três extremos da ideologia: direitistas, centristas e esquerdistas nas eleições municipais», en Bolognesi, B., Roeder, K. M., y Babireski, F. (eds.) *Quem decide concorrer: eleição e vereadores em Curitiba*. 1º. Curitiba - PR, Brasil: TRE-PR. Massimo Editorial, p. Cap. 3. 65-88. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/332863919_Os_tres_extremos_da_ideologia_direitistas_centristas_e_esquerdistas_nas_eleicoes_municipais?fbclid=IwAR3zab9jv0vqMYs1itce6k3efrDQy4dZvS-mDmeM_AQF9P7ShyYno4Wnd9U.

Collier, S. (1991) «Chile», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina 6. América Latina Independiente. 1820-1870*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 238-263.

Coppedge, M. (1997) *A Classification of Latin American Political Parties*. EUA: The Helen Kellogg Institute for International Studies. Disponible en: https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf.

Coradini, O. L. (2007) «Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil», *Revista de Sociologia e Política*, (28), pp. 181-203. doi: 10.1590/s0104-44782007000100012.

Cordero, R. (2006) «La Composición Social de la Nueva Cámara de Diputados: Cambios y continuidades en perspectiva histórica (1961-2010)», *Documentos de Trabajo ICSSO*, 2(8), pp. 1-27. Disponible en: <https://www.icso.cl/images/Paperss/decimo.pdf>.

Cordero, R. y Funk, R. L. (2011) «La política como profesión. Cambio partidario y transformación social de la élite política en Chile, 1961-2006», *Política y gobierno*, 18(1), pp. 39-71. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1665-20372011000100002&script=sci_arttext.

Costa, L. D. *et al.* (2015) «O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX», en Perissinotto, R. y Codato, A. (eds.) *Como estudar elites?*. 1º. Curitiba - PR: Editora UFPR, pp. 63-92.

Costa, L. D., Bolognesi, B. y Codato, A. (2014) «La representación femenina en Brasil y sus determinantes políticos y sociales», pp. 1-12. Disponible en: https://www.researchgate.net/profile/Adriano_Codato/publication/262915570_La_representacion_femenina_en_Brasil_y_sus_determinantes_politicos_y_sociales/links/5861171908ae6eb871a8596c/La-representacion-femenina-en-Brasil-y-sus-determinantes-politicos-y-soc.

Costa, L. D. y Codato, A. (2018) «Reconversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras», *11º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política ABCP*. Curitiba - PR, pp. 1-26. Disponible en: http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6610/2018_costa_elites_parlamentares_brasileiras.pdf?sequence=1.

Czudnowski, M. M. (1975) «Political recruitment», en *Handbook of political science*, p. Vol. 2, 155-242.

Dahl, R. A. (2015) *Poliarquia. Participação e oposição*. 1ª Ed. 3 r. São Paulo: Edusp.

Došek, T. (2016) «Cambios y continuidades en el sistema de partidos de Chile (1989-2015): entre la estabilidad y el desencanto», en Freidenberg, F. (ed.) *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. Cono Sur y Países Andinos. Tomo 2*. Primera Ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México UNAM. Instituto Nacional Electoral INE, pp. 135-191. Disponible en: https://www.ine.mx/wp-content/uploads/2019/04/Los_sistemas_de_partidos_en_america_latina_V2.pdf.

Eliassen, K. A. y Pedersen, M. N. (1978) «Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway», *Comparative Studies in Society and History*, 20(2), pp. 286-318. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/178050?seq=1>.

Elliot, J. H. (1990) «La conquista española y las colonias de América», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina 1. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 125-169.

Fernández, A. M. (2011) «Las cuotas de género y la representación política femenina en México y América Latina», *Argumentos (México, D.F.)*, 24(66), pp. 247-274. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v24n66/v24n66a10.pdf>.

Ferreira, A. P. L. y Mèrcher, L. (2015) *História política comparada da América Latina*. Curitiba: Editora Intersaberes.

Frank, A. G. (1965) *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Chile: CEME Centro de Estudios «Miguel Enríquez». Disponible en: <http://www.archivochile.com/>.

Freidenberg, F. (2013) «Dedazos, elecciones y encuestas: Procesos de selección de candidatos de los diputados mexicanos en perspectiva comparada», en Alcántara, M. y Rincón, L. M. C. (eds.) *Selección de candidatos y elaboración de programas en los partidos políticos latinoamericanos*. Valencia: Tirant Lo Blanch, pp. 163-226. Disponible en: https://works.bepress.com/flavia_freidenberg/51/.

Gaxie, D. (2012) «As lógicas do recrutamento político», *Revista Brasileira de Ciência Política*, (8), pp. 165-208. doi: 10.1590/S0103-33522012000200007.

Gerardi, D. A. y Espinoza, F. (2018) «La emergencia de la élite evangélica en el actual proceso democrático de Brasil», *Revista de Direitos fundamentais & Democracia*,

- Curitiba, 23(1), pp. 186-214. doi: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i11018.
- Gómez Peralta, H. (2012) «Los orígenes de la democracia cristiana en el Partido Acción Nacional (1952-1964)», *Estudios Políticos*, 9(25), pp. 107-129. doi: 10.22201/fcpys.24484903e.2012.25.29396.
- Gómez, V. (2007) «Mujeres y participación política: ¿Es viable una ley de cuotas en Chile?», *Revista Universum*, 1, pp. 252-267. Disponible en: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-23762007000100016&script=sci_arttext.
- González-Bustamante, B. y Cisternas, C. (2016) «Élites políticas en el poder legislativo chileno: la Cámara de Diputados (1990-2014)», *Política*, 54(1), pp. 19-52. Disponible en: <https://semanariorepublicano.uchile.cl/index.php/RP/article/download/42691/44765>.
- Guzmán, E. N. y Saavedra, O. C. (2014) «Elites parlamentarias mexicanas. Carreras políticas previas de los diputados de la LXI legislatura federal (2009-2012)», *Revista Reflexiones. Economía y Políticas Públicas*, 18, pp. 116-139. Disponible en: <http://revistareflexiones.mx/wp/revistas/>.
- HCDN (2018) *Honorable Cámara de Diputados de la Nación Argentina*. Disponible en: <http://www.hcdn.gob.ar/> (Accedido: 20 de mayo de 2018).
- Heinz, F. y Codato, A. (2015) «A prosopografía explicada para científicos políticos», en Perissinotto, R. y Codato, A. (eds.) *Como estudiar elites*. Curitiba: UFPR, pp. 249-275.
- Hemming, J. (1990) «Los indios en Brasil en 1500», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina I. América Latina colonial: la América pre-colombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 99-119.
- Hidalgo, J. (1990) «Los Indios en América del sur meridional a mediados del siglo XVI», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina I. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 76-98.
- Ize M, M. F. (1969) «La Democracia Cristiana en Chile. Análisis de una experiencia», *Foro Internacional*, 10(2), pp. 111-135. Disponible en: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/download/415/405>.
- Johnson, H. B. (1990) «La colonización portuguesa del Brasil 1500-1580», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina I. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 203-233.
- Jones, M. P. et al. (2000) «Políticos Profesionales -Legisladores “Amateurs”: El Congreso Argentino en el Siglo XX», *Conferencia Anual de la Sociedad Internacional de la Nueva Economía Institucional*. doi: 10.4067/S0370-41062000000600010.
- León-Portilla, M. (1990) «Mesoamérica antes de 1519», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina I. América Latina colonial: la América precolombina y la conquista*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 3-30.
- Levita, G. (2018) «¿ Del campo al congreso? Trayectorias sociales e ingresos a la política de los “agrodiputados” en el parlamento Argentino en 2009», en *11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Universidade Federal do Paraná*. Disponible en: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2019/05/del-campo-al-congreso-trayectorias-sociales-e-ingresos-la.pdf>.

- Lipset, S. M. (1960) *Political Man. The Social Bases of Politics*. Garden City NY: Doubleday & Company.
- Lynch, J. (1991) «Las repúblicas del Río de la Plata», en Bethell, L. (ed.) *Historia de América Latina 6. América Latina Independiente. 1820-1870*. Barcelona: Editorial Crítica, pp. 264-315.
- Malamud, A. y Luca, M. de (2016) «¿Todo sigue igual que ayer? Continuidad y ruptura en el sistema de partidos Argentino (1983-2015)», en Freidenberg, F. (ed.) *Los sistemas de partidos en América Latina 1978-2015. Cono Sur y Países Andinos. Tomo 2*. Primera Ed. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México UNAM. Instituto Nacional Electoral INE, pp. 29-68. Disponible en: https://www.ine.mx/wp-content/uploads/2019/04/Los_sistemas_de_partidos_en_america_latina_V2.pdf.
- Marengo, A. y Serna, M. (2007) «Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22(64), pp. 93-113. doi: 10.1590/S0102-69092007000200008.
- Marengo dos Santos, A. (1997) «Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), pp. 87-101. Disponible en: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_06.htm.
- Marengo dos Santos, A. (2000) *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Disponible en: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77818/000297246.pdf?sequence=1>.
- Marques, D. (2013) «Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados», en *Congresso Latino-Americano de Ciência Política. 2013*. Colombia, p. Vol. 7. Disponible en: <https://alacip.org/cong13/731-marques-7c.pdf>.
- Martínez, A. y Cuevas, J. (2016) «Las carreras políticas de los diputados mexicanos. Los partidos importan», *Iberoamericana*, 16 N° 63, pp. 232-239. doi: 10.18441/ibam.16.2016.63.232-239.
- Martínez Rosón, M. del M. (2006) «La carrera parlamentaria: ¿la calidad importa?. In: Políticos y política en América Latina», *Fundación Carolina*, pp. 175-211. Disponible en: http://campus.usal.es/~dpublico/areacp/Doctorado0507/seminario_inv/TextoRoson_seminario06.pdf.
- Martins, E. D. S. (2018) «Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70», *Revistas USP*, 6(6), pp. 43-66. doi: 10.11606/issn.2318-8855.v6i6p43-66.
- Marx, J., Borner, J. y Caminotti, M. (2011) «Cuotas de género y acceso femenino al Parlamento: los casos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada», *Revista Política*, 46(0), pp. 61-81. doi: 10.5354/0716-1077.2006.17262.
- Medina, J. A. y Suárez, J. (2003) «Análisis crítico del sistema electoral argentino. Evolución histórica y desempeño efectivo». CONYCET. Argentina. Disponible en: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/108219/CONICET_Digital_Nro.c026a407-b7a9-47b5-8789-8634c5ae55c5_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y.
- Mellado, V. (2018) «Las élites políticas en el espejo: perfiles socioprofesionales de los

elencos dirigentes argentinos (1983-1999)», *Revista de Sociologia e Política*, V. 26 N° 6, pp. 79-100. doi: 10.1590/1678-987318266604.

Mendoza, J. T. (2010) «Condicionantes políticos que impiden la reelección de legisladores en México», *Convergencia*, 17(52), pp. 187-206. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v17n52/v17n52a8.pdf>.

Miguel, L. F. (2003) «Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro», *Revista de Sociologia e Política*, (20), pp. 115-134. doi: 10.1590/S0104-44782003000100010.

Miguel, L. F., Marques, D. y Machado, C. (2015) «Capital familiar e carreira política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados», *Dados*, 58(3), pp. 721-747. doi: 10.1590/00115258201557.

Miliband, R. (1978) *El Estado en la sociedad capitalista*. 9.ª ed. Mexico: Siglo XXI Editores.

Mucinhato, R. M. D. (2014) «Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012», en Moisés, J. A. (ed.) *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. São Paulo SP: Universidade de São Paulo USP - Fundação Konrad Adenauer, pp. 61-88. Disponible en: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/ebooks/o-congresso-nacional-os-partidos-politicos-e-o-sistema-de-integridade>.

Nicolau, J. (2012) *Sistemas Electorales*. Editora Fundação Getulio Vargas FGV.

Norris, P. (2013) «Recrutamento político», *Revista de Sociologia e Política* V.21, N° 46, pp. 11-32. Disponible en: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000200002&script=sci_arttext.

Offerlé, M. (2011) «Los oficios, la profesión y la vocación de la política», *PolHis*, 7, pp. 84-99. Disponible en: http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7_offerle.pdf.

Oliveira, M. D. M. F. (2009) *A política como profissão. Uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponible en: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122009-091931/publico/MAYLA_DI_MARTINO_FERREIRA_OLIVEIRA.pdf.

Oro, A. P. y Tadvald, M. (2019) «Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño», *Nueva Sociedad*, 280, pp. 55-67. Disponible en: https://nuso.org/media/articles/downloads/3.TC_Oro_280.pdf.

Panebianco, A. (2005) *Modelos de Partido: Organização e poder nos partidos políticos*. 1ª. São Paulo: Martins Fontes.

PELA (2018) *Élites Parlamentarias en América Latina*, Universidad de Salamanca. Disponible en: <http://americo.usal.es/iberoame/?q=node/117> (Accedido: 19 de mayo de 2018).

Perissinoto, R. y Codato, A. (2015) *Como estudar elites?* 1º. Curitiba - PR: Editora UFPR.

Perissinotto, R. (2013) «Comparação , história e interpretação. Por uma ciência política

histórico-interpretativa», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 N° 23. Disponible en: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/10.pdf>.

Perissinotto, R. M. (2004) «Política e sociedade: por uma volta à sociologia política», *Política & Sociedade*, 5(5), pp. 203-232. Disponible en: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1986/1735>.

Perissinotto, R. M. y Codato, A. (2009) «Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política», *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1(2), pp. 243-270. Disponible en: <https://search.proquest.com/openview/23468492814a3e9bc419f1ec516e6e7d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1626348>.

Polsby, N. W. (1968) «The Institutionalization of the U.S. House of Representatives», *The American Political Science Review*, 62 N° 1, pp. 144-168. Disponible en: www.jstor.org/stable/1953331.

Putnam, R. (1976) «The comparative study of political elites», *Prentice-Hall*.

Reyes, M. M. y Guardado, M. A. C. (2014) «Perfil político de los diputados mexicanos federales del PAN y PRI de la LXI Legislatura: apuntes para un estudio cualitativo de los políticos», *Espiral*, pp. 77-102. Disponible en: <http://www.scielo.org.mx/pdf/espiral/v21n60/v21n60a4.pdf>.

Rodrigo, C. (2018) «Convertirse en representante: trayectorias y carreras políticas de diputados nacionales bonaerenses», *Revista de Sociología e Política*, V 26 N° 67, pp. 91-105. doi: 10.1590/1678987318266705.

Rodrigues, L. (2009a) «A composição social das lideranças do PT», *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]*, pp. 1-26. Disponible en: <http://books.scielo.org/id/cghr3/pdf/rodrigues-9788579820267-02.pdf>.

Rodrigues, L. (2009b) *Mudanças na classe política brasileira*, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponible en: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/RODRIGUES-Leoncio-M.-Mudancas-na-classe-politica-brasileira.pdf>.

Rodrigues, L. (2009c) *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. Disponible en: <https://static.scielo.org/scielobooks/9yf86/pdf/rodrigues-9788579820250.pdf>.

Rodríguez Gustá, A. L. y Caminotti, M. (2010) «Políticas públicas de equidad de género: las estrategias fragmentarias de la Argentina y Chile», *Revista SAAP. Publicación de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político*, 4(1), pp. 85-110. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387136363003>.

Salama, P. (2009) «Argentina, Brasil e México diante da crise internacional», *Estudos Avançados*, 23(65), pp. 27-48. Disponible en: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v23n65/a03v2365.pdf>.

Saldaña, J. (2014) «Carreras políticas de los diputados Chilenos 1989-2013: evolución y sus consecuencias para la representación política del país», *Revista de Ciencia Política*, 52(2), pp. 127-156. Disponible en: <https://revistateoria.uchile.cl/index.php/RP/article/download/36139/37824>.

- Sánchez, F. P. y Camacho García, M. O. (2019) «La profesionalización legislativa de los diputados federales en México», *De Política*, N° 10, pp. 89-107. Disponible en: <http://ojs.uacj.mx/ojs/index.php/depolitica/article/download/13/13>.
- Sartori, G. (1970) «Concept Misformation in Comparative Politics», *American Political Science Review*, 64(04), pp. 1033-1053. doi: 10.2307/1958356.
- Sartori, G. (1972) «Da Sociologia da Política à Sociologia Política», en *Política e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 106-148.
- Sartori, G. (1982) *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: UnB.
- Sartori, G. (1999) «Parlamento», en *Elementos de Teoría Política*. 1999.^a ed. Buenos Aires: Editorial Alianza, p. Cap. 9. 201-231.
- Schlesinger, J. A. (1966) «Ambition and Politics: Political Careers in the United States», *Rand McNally*. Disponible en: <http://www.citeulike.org/group/582/article/369704>.
- Simone, N. (2015) *Los diputados de la reconstrucción democrática argentina 1983-1989: ¿amateurismo o carrera legislativa?* Mendoza - Argentina. Disponible en: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39039948/Simone__Ponencia_XII_Congreso_SA_AP_30sep15.pdf?1444221042=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLos_diputados_de_la_reconstruccion_democ.pdf&Expires=1611441101&Signature=XhnJ1HotQul28rrJ6x7aV4mci.
- Smith, P. H. (2004) «Los ciclos de democracia electoral en América Latina, 1900-2000», *Política y gobierno*, 11(2), pp. 189-228. Disponible en: http://www.politicaygobierno.cide.edu/num_anteriores/Vol_XI_N2_2004/SMITH.pdf.
- Tarouco, G. D. S. y Madeira, R. M. (2015) «Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey», *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 15(1), pp. 24-39. doi: 10.15448/1984-7289.2015.1.18077.
- Valenzuela, S. (1995) «Orígenes y transformaciones del sistema de partidos en Chile», *Estudios Públicos*, 58(otoño 1995), pp. 5-80. Disponible en: https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20191014/20191014125515/revista_estudios_publicos_58.pdf.
- Weber, M. (2011) *Ciência e política: duas vocações*. Editado por E. Cultrix. São Paulo.

APÉNDICE I - PRINCIPALES GRADUACIONES ACADÉMICAS DE NIVEL UNIVERSITARIO DE LOS DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO

TABLA 27 - DIEZ PRINCIPALES FORMACIONES ACADÉMICAS DE DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2018)

Graduación Superior Universitaria			Pais				Total
			Argentina	Brasil	Chile	Mexico	
1	derecho	N	75	141	37	167	420
		%	29	27	31	33	30
2	administracion de empresas	N	4	46	5	37	92
		%	2	9	4	7	7
3	medicina	N	7	48	10	11	76
		%	3	9	8	2	5
4	economia	N	9	22	1	19	51
		%	4	4	1	4	4
5	ingenieria civil	N	3	29	8	6	46
		%	1	6	7	1	3
6	ingenieria agronomica	N	8	13	2	7	30
		%	3	3	2	1	2
7	ciencia politica	N	15	0	3	5	23
		%	6	0	3	1	2
8	contaduria publica	N	0	0	0	16	16
		%	0	0	0	3	1
9	contaduria publica nacional	N	15	0	0	0	15
		%	6	0	0	0	1
10	ciencia política y administración pública	N	0	0	0	13	13
		%	0	0	0	3	1
	no graduado	N	57	88	6	71	222
		%	22	17	5	14	16
	sin datos	N	7	0	0	0	7
		%	3	0	0	0	1
	otros	N	57	126	48	148	379
		%	22	25	40	30	27
	Total	N	257	513	120	500	1390
		%	97	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Argentina 257 casos. Analizados 257. Brasil 513 casos. Analizados 513. Chile 120 casos. Analizados 120. México 500 casos. Sin datos 7 = 1,4%. Analizados 493 = 98,6%. Banco de Datos inédito Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2018. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE II - PROFESIONES (AGREGADA 3) DE LOS CUATRO PAÍSES POR IDEOLOGÍA, RECLASIFICADAS EN 9 TIPOS

TABLA 28 - PROFESIONES DE DIPUTADOS (AGREGADA 3) DE LOS CUATRO PAÍSES POR IDEOLOGÍA, RECLASIFICADAS EN 9 TIPOS. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

Profesiones por país / ideología reclasificadas en 9 tipos		ideologia partido político (cod)			Total	
		centro	derecha	izquierda		
profesion agregada 3 (cod)	empresarios	N	109	127	37	273
		%	16,8%	30,5%	11,5%	19,7%
	profesiones liberales	N	144	69	67	280
		%	22,2%	16,6%	20,8%	20,2%
	sector publico	N	245	138	103	486
		%	37,8%	33,2%	32,0%	35,1%
	magisterio	N	57	20	44	121
		%	8,8%	4,8%	13,7%	8,7%
	politicos	N	59	16	32	107
		%	9,1%	3,8%	9,9%	7,7%
	comunicadores	N	14	23	3	40
		%	2,2%	5,5%	0,9%	2,9%
	trabajadores	N	16	9	33	58
		%	2,5%	2,2%	10,2%	4,2%
	religiosos	N	4	10	1	15
		%	0,6%	2,4%	0,3%	1,1%
	otros	N	0	4	2	6
		%	0,0%	1,0%	0,6%	0,4%
Total		N	648	416	322	1386
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Argentina: Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Brasil: Total de casos 513. Casos analizados 513. Chile: Total de casos 120. Casos analizados 120. México: Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Casos analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE III - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR PAÍS RECLASIFICADAS EN 17 TIPOS

TABLA 29 - PROFESIONES DE DIPUTADOS (AGREGADA 2) POR PAÍS. RECLASIFICADAS EN 17 TIPOS. ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

profesiones por país reclasificadas en 17 tipos			país				Total
			Argentina	Brasil	Chile	México	
profesion agregada 2 (cod)	empresario urbano	N	9	78	5	48	140
		%	3,5%	15,2%	4,2%	9,6%	10,1%
	empresario agropecuario	N	13	32	4	11	60
		%	5,1%	6,2%	3,3%	2,2%	4,3%
	empresario mixto	N	0	3	3	5	11
		%	0,0%	0,6%	2,5%	1,0%	0,8%
	empresario gestor	N	6	13	12	31	62
		%	2,4%	2,5%	10,0%	6,2%	4,5%
	profesiones liberales tradicionales	N	56	82	29	38	205
		%	22,0%	16,0%	24,2%	7,6%	14,8%
	profesiones liberales no tradicionales	N	40	18	7	10	75
		%	15,7%	3,5%	5,8%	2,0%	5,4%
	alto funcionario gobierno federal	N	25	6	13	22	66
		%	9,8%	1,2%	10,8%	4,4%	4,8%
	alto funcionario gobierno estatal	N	22	75	8	98	203
		%	8,6%	14,6%	6,7%	19,7%	14,6%
	alto funcionario gobierno municipal	N	24	46	6	54	130
		%	9,4%	9,0%	5,0%	10,8%	9,4%
	bajo y medio funcionariado publico	N	5	24	2	56	87
		%	2,0%	4,7%	1,7%	11,2%	6,3%
	profesor universitario	N	19	18	17	20	74
		%	7,5%	3,5%	14,2%	4,0%	5,3%
	profesor primario/medio/otros	N	7	12	3	25	47
		%	2,7%	2,3%	2,5%	5,0%	3,4%
	politico	N	13	27	5	62	107
		%	5,1%	5,3%	4,2%	12,4%	7,7%
	comunicadores	N	4	29	3	4	40
		%	1,6%	5,7%	2,5%	0,8%	2,9%
	trabajadores	N	11	31	3	13	58
		%	4,3%	6,0%	2,5%	2,6%	4,2%
	pastores y padres	N	0	15	0	0	15
		%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	1,1%
	otros	N	1	4	0	1	6
		%	0,4%	0,8%	0,0%	0,2%	0,4%
Total		N	255	513	120	498	1386
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Argentina: Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Brasil: Total de casos 513. Casos analizados 513. Chile: Total de casos 120. Casos analizados 120. México: Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Casos analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE IV - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014) POR GÉNERO Y PAÍSES

TABLA 30 - PROFESIONES POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA POR GÉNERO Y PAÍSES. TEST CODATO, COSTA Y MASSIMO (2014). ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019

país (codificado)			género (codificado)		Total
			masculino	femenino	
Argentina	tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N 31	28	59
		%	19,3%	29,8%	23,1%
	baja	N	12	18	30
		%	7,5%	19,1%	11,8%
	media	N	76	37	113
		%	47,2%	39,4%	44,3%
	alta	N	30	10	40
		%	18,6%	10,6%	15,7%
	altísima	N	12	1	13
		%	7,5%	1,1%	5,1%
Total			N 161	94	255
			% 100,0%	100,0%	100,0%
Brasil	tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N 74	9	83
		%	16,0%	17,6%	16,2%
	baja	N	44	8	52
		%	9,5%	15,7%	10,1%
	media	N	286	29	315
		%	61,9%	56,9%	61,4%
	alta	N	33	3	36
		%	7,1%	5,9%	7,0%
	altísima	N	25	2	27
		%	5,4%	3,9%	5,3%
Total			N 462	51	513
			% 100,0%	100,0%	100,0%
Chile	tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N 19	5	24
		%	18,8%	26,3%	20,0%
	baja	N	19	1	20
		%	18,8%	5,3%	16,7%
	media	N	43	7	50
		%	42,6%	36,8%	41,7%
	alta	N	19	2	21
		%	18,8%	10,5%	17,5%
	altísima	N	1	4	5
		%	1,0%	21,1%	4,2%
Total			N 101	19	120
			% 100,0%	100,0%	100,0%
Mexico	tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N 55	43	98
		%	19,2%	20,3%	19,7%
	baja	N	29	30	59
		%	10,1%	14,2%	11,8%
	media	N	155	103	258
		%	54,2%	48,6%	51,8%
	alta	N	13	8	21
		%	4,5%	3,8%	4,2%
	altísima	N	34	28	62
		%	11,9%	13,2%	12,4%
Total			N 286	212	498
			% 100,0%	100,0%	100,0%
Total	tipo de predisposición política (cod)	ninguna	N 179	85	264
		%	17,7%	22,6%	19,0%
	baja	N	104	57	161
		%	10,3%	15,2%	11,6%
	media	N	560	176	736
		%	55,4%	46,8%	53,1%
	alta	N	95	23	118
		%	9,4%	6,1%	8,5%
	altísima	N	72	35	107
		%	7,1%	9,3%	7,7%
Total			N 1010	376	1386
			% 100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Argentina: Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Brasil: Total de casos 513. Casos analizados 513. Chile: Total de casos 120. Casos analizados 120. México: Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Casos analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE V - PROFESIONES EN LOS CUATRO PAÍSES, POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014)

TABLA 31 - PROFESIONES DE DIPUTADOS POR TIPO DE DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA. CRITERIO CODATO ET. AL. (2014). ARGENTINA, BRASIL, CHILE, MÉXICO 2013-2019

Profesión por tipo de disposición política Codato et. al.			tipo de predisposición política (cod)					Total
			ninguna	baja	media	alta	altísima	
profesion agregada 3 (cod)	empresarios	N	62	0	211	0	0	273
		%	23,5%	0,0%	28,7%	0,0%	0,0%	19,7%
	profesiones liberales	N	73	2	87	118	0	280
		%	27,7%	1,2%	11,8%	100,0%	0,0%	20,2%
	sector publico	N	71	16	399	0	0	486
		%	26,9%	9,9%	54,2%	0,0%	0,0%	35,1%
	magisterio	N	1	120	0	0	0	121
		%	0,4%	74,5%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%
	politicos	N	0	0	0	0	107	107
		%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	7,7%
	comunicadores	N	0	1	39	0	0	40
		%	0,0%	0,6%	5,3%	0,0%	0,0%	2,9%
	trabajadores	N	57	1	0	0	0	58
		%	21,6%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	4,2%
	religiosos	N	0	15	0	0	0	15
		%	0,0%	9,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
	otros	N	0	6	0	0	0	6
		%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Total		N	264	161	736	118	107	1386
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: Elaboración propia. Argentina: Total de casos 257. Sin datos: 2 = 0,77%. Casos analizados 255 = 99,22%. Brasil: Total de casos 513. Casos analizados 513. Chile: Total de casos 120. Casos analizados 120. México: Total de casos 500. Sin datos 2 = 0,4%. Casos analizados 498 = 99,6%. Banco de Datos inédito del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados de Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE VI - CARRERAS CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA CODATO ET AL. (2014) APLICACIÓN DEL TEST KRUSKAL-WALLIS

TABLA 32 - CARRERA PROFESIONAL FLEXIBLE. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Test Kruskal-Wallis - Carrera profesional flexible				Test Statistics ^{a,b}	
	pais (codificado)	N	Mean Rank		carrera profesional flexible (dummy)
carrera profesional flexible (dummy)	Argentina	255	688,06	Qui-cuadrado	60,582
	Brasil	513	770,50	df	3
	Chile	120	716,60	Significância Assintótica	,000
	México	498	611,40		
	Total	1386			

a. Kruskal Wallis Test
b. Variável de agrupamento: pais (codificado)

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 33 - CARRERA PROFESIONAL CON STATUS SOCIAL ELEVADO. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Test Kruskal-Wallis - Carrera con status ocupacional elevado				Test Statistics ^{a,b}	
	pais (codificado)	N	Mean Rank		carrera con status social elevado (dummy)
carrera con status social elevado (dummy)	Argentina	255	690,93	Qui-cuadrado	5,916
	Brasil	513	720,98	df	3
	Chile	120	678,70	Significância Assintótica	,116
	México	498	670,07		
	Total	1386			

a. Kruskal Wallis Test
b. Variável de agrupamento: pais (codificado)

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 34 - CARRERA PROFESIONAL CON AFINIDAD A LA POLÍTICA. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Test Kruskal-Wallis - Carrera con afinidad a la política				Test Statistics ^{a,b}	
	pais (codificado)	N	Mean Rank		carrera con afinidad a la política (dummy)
carrera con afinidad a la política (dummy)	Argentina	255	729,84	Qui-cuadrado	9,881
	Brasil	513	662,71	df	3
	Chile	120	748,53	Significância Assintótica	,020
	México	498	693,35		
	Total	1386			

a. Kruskal Wallis Test
b. Variável de agrupamento: pais (codificado)

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 35 - CARRERA DE POLÍTICOS PROFESIONALES. CRITERIO CODATO ET AL. (2014) - TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Test Kruskal-Wallis - Carrera de políticos profesionales				Test Statistics ^{a,b}	
	pais (codificado)	N	Mean Rank		político profesional (dummy)
político profesional (dummy)	Argentina	255	675,33	Qui-cuadrado	24,555
	Brasil	513	676,47	df	3
	Chile	120	668,88	Significância Assintótica	,000
	México	498	726,28		
	Total	1386			

a. Kruskal Wallis Test
b. Variável de agrupamento: pais (codificado)

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 36 - CARRERAS CON DISPOSICIÓN PARA LA POLÍTICA (5 TIPOS). CRITERIO CODATO ET AL. (2014). TEST KRUSKAL-WALLIS. DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Test Kruskal-Wallis - Carreras con disposición para la política				Test Statistics ^{a,b}	
	pais (codificado)	N	Mean Rank		5 tipos de predisposición política (cod)
5 tipos de predisposición política (cod)	Argentina	255	682,28	Qui-cuadrado	,472
	Brasil	513	699,45	df	3
	Chile	120	683,75	Significância Assintótica	,925
	México	498	695,46		
	Total	1386			

a. Kruskal Wallis Test
b. Variável de agrupamento: pais (codificado)

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE VII - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES (AGREGADA 3). TEST DE CHI-SQUARE

TABLA 37 - PRINCIPALES BLOQUES DE PROFESIONES (AGREGADA 3) POR PAÍS. TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Principales bloques de profesiones (agregada 3) por país

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	211,823 ^a	24	,000
Razão de verossimilhança	213,407	24	,000
Associação Linear por Linear	,118	1	,731
N de Casos Válidos	1386		

a. 7 células (19,4%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,52.

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE VIII - 8 TIPOS DE STATUS E ÍNDICES DE PROFESIONALIZACIÓN ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST DE CHI-SQUARE

TABLA 38 - 8 TIPOS DE COMBINACIONES DE STATUS. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

8 tipos de Status combinados. Eliassen & Pedersen

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	263,038 ^a	21	,000
Razão de verossimilhança	272,809	21	,000
Associação Linear por Linear	,702	1	,402
N de Casos Válidos	1381		

a. 2 células (6,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,22.

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 39 - PRIMER ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Primer índice de profesionalización. Eliassen & Pedersen

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	223,718 ^a	6	,000
Razão de verossimilhança	230,768	6	,000
Associação Linear por Linear	2,005	1	,157
N de Casos Válidos	1381		

a. 0 células (0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 6,60.

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

TABLA 40 - SEGUNDO ÍNDICE DE PROFESIONALIZACIÓN. ELIASSEN & PEDERSEN (1978). TEST CHI-SQUARE. DIPUTADOS DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO (2013-2019)

Segundo índice de Profesionalización. Eliassen & Pedersen



	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
Qui-quadrado de Pearson	232,215 ^a	9	,000
Razão de verossimilhança	241,398	9	,000
Associação Linear por Linear	,732	1	,392
N de Casos Válidos	1381		

a. 1 células (6,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,22.

Fuente: Elaboración propia. Total de casos: 1390. Sin datos 4 = 0,28% (2 Argentina, 2 México). Analizados 1386 = 99,71%. Banco de Datos del Observatory/NUSP/UFPR: Prosopografía de diputados Argentina/Brasil/Chile/México 2013/2019. Autores: Juan Arrom Suhurt y Adriano Codato.

APÉNDICE IX - ORGANIZACIÓN DE LA LITERATURA: LATINOAMÉRICA

CUADRO 12 - ORGANIZACIÓN DE LITERATURA: LATINOAMÉRICA. PESQUISA COMPARADA DIPUTADOS ARGENTINA, BRASIL, CHILE Y MÉXICO 2013-2019. MAESTRÍA EN CIENCIA POLÍTICA. PROGRAMA DE POST-GRADUACIÓN EN CIENCIA POLÍTICA (PPGCP) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PARANÁ (UFPR) 2020. JUAN ARROM SUHURT. ORIENTADOR: ADRIANO CODATO

	Ciencia Política Mainstream	Sociología de la Política	Sociología Política	Contexto histórico	Sistema electoral y partidario	Metodología
 Criterio de clasificación* 	<i>Referencia en el neo-institucionalismo norteamericano de elección racional que priorizan la variable explicativa ambición política</i> (Costa y Codato, 2018).	<i>Referencia en la sociología política francesa con énfasis en la influencia del medio social y en la reconversión de capital simbólico de los agentes sociales que ingresan al campo político</i> (Costa y Codato, 2018).	<i>Referencia en estudios longitudinales sobre élites parlamentarias de Europa con foco en las transformaciones de largo plazo en las características de los representantes y procesos de profesionalización política</i> (Costa y Codato, 2018).	<i>Estudios de filiación con la historia, política, economía y sociología para contextualizar períodos, países o región estudiados.</i>	<i>Estudios específicos de reglas/sistemas electorales, cuotas de participación femenina, y sistemas partidarios de los países analizados.</i>	<i>Estudios relacionados a la pesquisa: métodos comparados y medición de capital social y político.</i>
Latinoamérica	<p>Los presidentes latinoamericanos y las características de la democracia (Alcántara, Barragán y Sánchez, 2016).</p> <p>Democracia y valores democráticos en la clase política latinoamericana (Alcántara Sáez, 1997).</p> <p>Partidos políticos en América Latina: hacia una profesionalización de calidad (Alcántara Sáez, 2012).</p> <p>A Classification of Latin American Political Parties (Coppedge, 1997).</p>	<p>Élites políticas de América Latina: Una agenda de investigación abierta (Albala, 2016).</p>	<p>Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai (Marengo y Serna, 2007).</p> <p>La carrera parlamentaria: ¿la calidad importa?. In: Políticos y política en América Latina (Martínez Rosón, 2006).</p>	<p>PIB total a precios constantes de mercado (CEPAL, 2018a).</p> <p>Valor agregado de las industrias manufactureras, a precios constantes de mercado (CEPAL, 2018b).</p> <p>La conquista española y las colonias de América (Elliot, 1990).</p> <p>História política comparada da América Latina (Ferreira y Mèrcher, 2015).</p>	<p>Federalismo electoral, fortaleza de las cuotas de género y representación política de las mujeres en los ámbitos subnacionales en Argentina y México (Caminotti y Freidenberg, 2016).</p>	<p>La carrera parlamentaria: ¿la calidad importa?. In: Políticos y política en América Latina (Martínez Rosón, 2006).</p>

<p>La carrera parlamentaria: ¿la calidad importa?. In: Políticos y política en América Latina (Martínez Rosón, 2006).</p>	<p>Capitalismo y subdesarrollo en América Latina (Frank, 1965).</p> <p>Los Indios en América del sur meridional a mediados del siglo XVI (Hidalgo, 1990).</p> <p>Mesoamérica antes de 1519 (León-Portilla, 1990).</p> <p>Las repúblicas del Rio de la Plata (Lynch, 1991).</p> <p>Argentina, Brasil e México diante da crise internacional (Salama, 2009).</p> <p>Smith, Peter H. 2004. «Los ciclos de democracia electoral en América Latina, 1900-2000». <i>Política y gobierno</i> 11(2): 189-228.</p>
---	---

Fuente: Elaboración propia en base a las referencias bibliográficas de la presente pesquisa. * Obs: una referencia bibliográfica puede constar en más de un tipo de clasificación desde que contenga: i) teoría general, y/o ii) abordaje de país/región, y/o iii) contexto histórico longitudinal, y/o iv) metodología de medición de capital social y político.

APÉNDICE X - COODEBOOK⁶³. POLITICAL REPRESENTATION IN LATIN AMERICA: MEMBERS OF PARLIAMENT (ARGENTINA, BRAZIL, CHILE AND MEXICO)

CODEBOOK

Political representation in Latin America: Members of Parliament (Argentina, Brazil, Chile and Mexico)

ABSTRACT

Data collection, prosopographic, of 1,390 deputies from Argentina (period 2013/17 and 2015/19), Brazil (2015/2018), Chile (2014/2018) and Mexico (2015/2018). Origins and social and political trajectory. Data by category: personal (full name, date of birth), election date and legislative period, education and professional training, political affiliation and ideology, experience in national or local legislative positions, official links to data sources and auxiliary links to sources of data, and date of data collection.

Levantamiento de datos, prosopográfico, de 1390 diputados de Argentina (periodo 2013/17 y 2015/19), Brasil (2015/2018) Chile (2014/2018) y México (2015/2018). Orígenes y trayectoria social y política. Datos por categoría: personal (nombre completo, fecha de nacimiento), fecha de elección y período legislativo, educación y formación profesional, afiliación política e ideología, experiencia en cargos legislativos nacionales o locales, enlaces oficiales a fuentes de datos y enlaces auxiliares a fuentes de datos, y fecha de recopilación de datos.

Juan Arrom Suhurt | Adriano Codato

Universidade Federal do Paraná | UFPR | Brasil
Observatory of social and political elites of Brazil

⁶³ Observatory of social and political elites of Brazil; Codato, Adriano; Arrom Suhurt, Juan (2020): DATASET: Political representation in Latin America: Members of Parliament (Argentina, Brazil, Chile and Mexico). Figshare. Dataset: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13301348.v1>

CODEBOOK**DATASET:****Released:** 30.11.2010**Version** 1.0**Description:****Main data sources:****Argentina:**

Honorable Cámara de Diputados de la Nación

<http://www.hcdn.gob.ar/>[Directorio Legislativo](#)<https://directorio.directoriolegislativo.org/>

PELA. Proyecto de Elites Parlamentarias de Latinoamérica

http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Argentina/Marginales_argentina_73.pdf

Observatorio de Igualdad de Género CEPAL

<https://oig.cepal.org/pt/paises/argentina>

Classification of Latin American political parties

https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf**Brasil:**[Câmara dos Deputados](#)<http://www2.camara.leg.br/>[Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(CPDOC\). Fundação Getúlio Vargas CPDOC FGV](#)<http://cpdoc.fgv.br/>[Observatorio de Igualdad de Género CEPAL](#)<https://oig.cepal.org/pt/paises/brasil>

PELA. Proyecto de Elites Parlamentarias de Latinoamérica

http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Brasil/Marginales_Brasil_75.pdf

Classification of Latin American political parties

https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf**Chile:**

Cámara de Diputados

<https://www.camara.cl/>[Biblioteca del Congreso Nacional de Chile](#)<https://www.bcn.cl/index.html>[Observatorio de Igualdad de Género CEPAL](#)<https://oig.cepal.org/pt/paises/chile>

PELA. Proyecto de Elites Parlamentarias de Latinoamérica

http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Chile/marginales_chile_77.pdf

Classification of Latin American political parties

https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf

México:

Cámara de Diputados

http://www.diputados.gob.mx/sistema_legislativo_LXIII.html

Sistema de Información Legislativa

<http://sil.gobernacion.gob.mx/portal>

[Observatorio de Igualdad de Género CEPAL](http://oig.cepal.org/pt/paises/mexico)

<https://oig.cepal.org/pt/paises/mexico>

PELA. Proyecto de Elites Parlamentarias de Latinoamérica

<http://americo.usal.es/oir/elites/Eliteca/datosagregados/Mexico/Marginales%20MexicoV.pdf>

Classification of Latin American political parties

https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/244_0.pdf

Masters Dissertation:

Juan Francisco Arrom Suhurt. Estudio exploratorio, descriptivo y comparado de carrera política en cuatro países de América Latina: Cámaras de Diputados de Argentina, Brasil, Chile y México (2013-2019). 2020. Dissertation (Master in Political Science) - Universidade Federal do Paraná (Brasil), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Advisor: Adriano Codato.

Research:

Esta pesquisa es exploratoria, descriptiva y comparada sobre la carrera política de diputados de cuatro países latinoamericanos. Busca analizar la carrera política de los diputados en ejercicio común en el año 2017 en Argentina, Brasil, Chile y México, que abarcan legislaturas del año 2013 a 2019. ¿Qué recursos de capital social y capital político caracteriza la carrera de estos diputados? ¿Cuáles son las profesiones predominantes? ¿Cuál es la participación femenina en la legislatura? ¿La ideología es un diferencial en la carrera de estos diputados? ¿Cuál es la disposición de las profesiones para la carrera política? ¿Cuál es el tipo y medida de la profesionalización política? La ausencia de estudios sistemáticos y comparados de carrera política en latinoamérica justifica este trabajo exploratorio. Los cuatro países seleccionados para la pesquisa son los que poseen fuentes de datos disponibles. Están entre las cinco principales economías de Latinoamérica y poseen contextos históricos económico-sociales y políticos similares. Esta pesquisa es única en su género, por las variables trabajadas y con un abordaje prosopográfico en la línea de la sociología política. *Corpus empírico*: N de 1390 diputados, Argentina N 257, Brasil N 513, Chile N 120 y México N 500. Las variables del estudio son el status social y político: profesión, educación, edad, sexo, partido e ideología, cargos electivos locales y nacionales. Se utilizaron dos referentes teórico-metodológicos: 1) Carreras con disposición para la política, test de Codato, Costa y Massimo (2014), en base cuyos criterios se aplicó una codificación propia de Profesiones, y 2) Test de Eliassen y Pedersen (1978) para medir la profesionalización política. Los resultados revelan: i) carreras con alto status educativo y social y predominio de formación universitaria en Derecho, ii) predominio de profesiones previas de funcionarios públicos, profesiones liberales y empresarios, iii) preeminencia del tipo de *disposición política media* para la carrera política, según el criterio Codato et al. (2014). Según el criterio de Eliassen y Pedersen (1978) es estadísticamente significativo: iv) el Primer índice de profesionalización política para los cuatro países, más alto en Brasil y Chile en relación a Argentina y México, y v) de forma inversa, la Profesionalización intelectual más alta en Argentina y México en relación a Brasil y Chile.

variable	nombre	rótulo
1	id_pais_cod	identificador numérico del diputado por país de estudio
	definición	Número de identificación de diputados por cada país. 1 a 257 da Argentina, 1 a 500 de Brasil, 1 a 120 do Chile, 1 a 500 de México.
	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
2	id_banco_datos_cod	identificador del caso
	definición	Número de orden en el banco de datos que representa cada uno de los 1390 diputados
	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
3	colector_revisor	nombre del colector o revisor de datos
	definición	Persona que realizó la recopilación y / o verificación de datos
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
4	diputado	nombre completo del diputado
	definición	La unidad de observación son los diputados de las Cámaras federales y nacionales de Argentina, Brasil, Chile y México, en mandatos que abarcan los años de 2013 a 2019.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
5	diputado_cod	diputado (codificado)
	definición	Código del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
6	pais	país de estudio
	definición	Nombre del país del cual es estudiada su Cámara de diputados Federal (Argentina, Brasil, México) y Nacional (Chile).
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
7	ano_eleccion	año de la elección
	definición	Año en que fue realizada la elección que otorgo el mandato al diputado en formato aaaa. Argentina 2013 y 2015, Brasil 2014, Chile 2013, y México 2015.

	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
8	fecha_eleccion	fecha de la elección para el cargo de diputado
	definición	Fecha en formato dd/mm/aaaa en que fue realizada la elección en la cual resultó electo el diputado. Argentina 25/10/2015, Brasil 05/10/2014, Chile 17/11/2013, México 07/06/2015.
	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
9	legislatura	período de ejercicio de la legislatura
	definición	Indica el año de inicio y final del mandato legislativo del diputado. Argentina 2013/2017 y 2015/2019. Brasil 2015/2018. Chile 2014/2018. México 2015/2018.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
10	sexo	género
	definición	Sexo declarado: masculino o femenino.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
11	provincia_estado_region	nombre de la división política del distrito electoral
	definición	Nombre del espacio geográfico que corresponde a la división política de cada país, y que se utiliza como Distrito Electoral donde se eligen candidatos federales o nacionales. Argentina: Provincia. Brasil: Estado. Chile: Región. México: Estado y Región.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
12	sigla_partido	sigla del partido por el cual fue electo
	definición	Sigla del Partido político al cual pertenece el diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
13	nombre_partido_electo	nombre del partido por el cual lo diputado fue electo
	definición	Nombre del partido por el cual fue electo el diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
14	ideologia_partido	ideología del partido político política por escala
	definición	Ideología política del partido con criterios de escala basados en encuestas especializadas, para la ubicación del partido

en el espectro ideológico Izquierda, Centro, Derecha. Argentina, Chile y México, escalas 1 (extrema izquierda) a 10 (extrema derecha) de los estudios del Proyecto Élités Latinoamericanas (PELA) de la Universidad de Salamanca. Brasil escala 1 (extrema izquierda) y 7 (extrema derecha) de la encuesta de la Asociación Brasileña de Ciencia Política ABCP 2010.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

15	ideologia_coppedge	ideología política a partir de Coppedge
----	---------------------------	--

definición Categorización de la ideología partidaria mediante encuesta con expertos dirigida por Michael Coppedge en el trabajo *“Una clasificación de los partidos políticos latinoamericanos”* (1997). El criterio de separación es 1) Dos tipos: partidos cristianos o confesionales y partidos laicos o laicos. Cada uno de ellos se clasifica en: derecha, centro derecha, centro, centroizquierda, izquierda. 2) Un tipo específico: Personalista.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

16	graduacion_superior	título académico superior
----	----------------------------	----------------------------------

definición Grado de educación superior en ciencias sociales, aplicadas, de la salud, etc. con títulos de licenciatura o bacharel.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

17	grado_instruccion	grado de instrucción
----	--------------------------	-----------------------------

definición Nivel educativo alcanzado, completo o incompleto, de tipo Primario, Medio, Superior o Técnico

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

18	educacion_superior	educación superior (dummy)
----	---------------------------	-----------------------------------

definición Dummy variable: educación superior / sin educación superior. Se considera educación superior aquella que se concluyó con la obtención de un título de educación superior.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

19	status_educacional	status educacional (dummy)
----	---------------------------	-----------------------------------

definición Status educativo definido por la posesión o no de un título académico superior. Con educación superior: status alto. Sin educación superior: status bajo. Eliassen, Kjell A, y Mogens N. Pedersen. 1978. «Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway». *Comparative Studies in Society and*

History 20(2): 286-318.
[https://www.jstor.org/stable/178050?seq=1.](https://www.jstor.org/stable/178050?seq=1)

	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
20	fecha_nasc	fecha de nacimiento
	definición	Fecha de nacimiento en formato dd/mm/aaaa
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
21	edad_eleccion	edad en la fecha de la elección
	definición	Edad del diputado al momento de su elección para el mandato analizado
	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
22	edad_categ	clases de edad categorizada
	definición	Edad categorizada por fajas de 18-35, 36-50, 51-65 y 66-mas.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
23	edad_mediana	edad dummy (abajo/arriba mediana)
	definición	Edad mediana de los diputados por país: Argentina 50, Brasil 52, Chile 49 y México 45. Variable dummy: por debajo de la mediana y por encima de la mediana.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
24	profesion_declarada	profesión declarada
	definición	Profesión declarada por el diputado en su biografía oficial.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
25	profesion_agregada_1	última profesión antes de cargo electivo
	definición	Profesión que ejercía antes de ingresar al primer cargo electivo. Basado en el análisis de cada caso.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
26	profesion_agregada_2	profesión por categorías
	definición	Profesión agrupada por tipos de categorías como profesiones liberales tradicionales y no tradicionales, emprendedor urbano, agrícola, mixto y gerencial, alto funcionario del gobierno federal, estatal o municipal, servicio civil bajo y medio, docente universitario, docente

de primaria / secundaria / otros, pastores y sacerdotes, políticos, comunicadores. Criterio de investigación propio basado en referencias bibliográficas.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

27 **profesion_agregada_3** **profesión por bloques**

definición Profesión agrupada por grandes bloques: sector público, empresarios, profesiones liberales, docencia, trabajadores, comunicadores, religiosos, políticos. Criterio de investigación propio basado en referencias bibliográficas.

medida nominal

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

28 **carrera_flexible** **carrera profesional flexible (dummy)**

definición Tienes una carrera profesional flexible o no. Los siguientes fueron categorizados como de carrera flexible, según los criterios de Codato, Costa y Massimo (2014): profesiones liberales tradicionales, tecnócratas (las de las profesiones liberales tradicionales), periodista, comunicador, sindicalista, humorista, deportista profesional, boxeador profesional, cantante, músico, actor, escritor. La clasificación se deriva de las variables: profesion_agregada_1 y profesion_agregada. Codato, Adriano, Luiz Domingos Costa, y Lucas Massimo. 2014. «Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico». *Opinião Pública* 20(3): 346-62.

medida escalar

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

29 **status_ocupacion** **status ocupacional (dummy)**

definición Tiene o no tiene un estatus ocupacional alto. Según los criterios de Codato, Costa, Massimo (2014) fueron categorizados con alto estatus: profesiones liberales tradicionales, tecnócrata (que proviene de profesiones liberales tradicionales; embajador. Otras profesiones: estatus bajo.

medida escalar

variable	nombre	rótulo
----------	--------	--------

30 **ocupacion_afinidad** **ocupación con afinidad a la política (dummy)**

definición Tiene o no una ocupación con afinidad política. Según el criterio de Codato, Costa, Massimo (2014) fueron categorizados como afines a la política: abogado, periodista, locutor de radio, presentador de televisión, profesor, rector de universidad (catedrático de universidad), líder sindical, pastor, sacerdote católico, predicador religioso, consejero Cámara de Estado, Asesor de Cámara Federal, Asesor Técnico, Senado Federal,

	definición	Nivel social alto o bajo. Según el criterio de Eliassen y Pedersen (1978) que define una lista de profesiones con alto estatus social: empresarios, altos funcionarios, profesiones liberales tradicionales, profesores universitarios
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
37	status_politico	status político (dummy)
	definición	Status político alto o bajo. Con base en los criterios de Eliassen y Pedersen (1978), se aplica: a) con experiencia legislativa nacional y local o solo nacional, alto estatus político, b) con o sin experiencia legislativa local, bajo estatus político.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
38	status_clasificado_8_tipos	status 8 tipos modelo Eliassen & Pedersen
	Definición	8 tipos de combinación de estatus educativo, social y político. 1) Alto estatus social + alto estatus educativo + alto estatus político. 2) Alto estatus social + alto estatus educativo. 3) Alto estatus social + alto estatus político. 4) Alto estatus social. 5) Alto nivel educativo + alto estatus político. 6) Alto nivel educativo. 7) Alto estatus político, definido como "político puro" (Eliassen y Pedersen 1978, 295). 8) Sin tipo de estatus alto.
	medida	nominal
Variable	Nombre	rótulo
39	status_clasificado_8_tipos_cod	status 8 tipos modelo Eliassen & Pedersen codificado
	Definición	8 tipos de combinación de estatus educativo, social y político, por Code, criterios de Eliassen y Pedersen (1978, 295).
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
40	profesion_formacion	afinidad de formación académica y profesión (dummy)
	definición	Carrera académica de graduación superior con o sin afinidad con el ejercicio de la profesión.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
41	trabajador_dummy	trabajador (si/no)
	definición	Es trabajador, si o no
	medida	nominal

variable	nombre	rótulo
42	empresario_dummy	empresario (si/no)
	definición	Es empresario, sí o no
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
43	web_oficial_diputados	página de inicio oficial de los diputados
	definición	Web oficial de la Cámara de Diputados con datos biográficos individuales del Diputado.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
44	web_directorio_legislativo_cpdoc/fgv_bcn	entrada del diputado en el DHBB CPDOC-FGV
	definición	Páginas web especializadas con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
45	web_wikipedia_personal	página de inicio del diputado en Wikipedia
	definición	Página web da Wikipedia con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
46	web_otras	otros enlaces biográficos
	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
47	web_otras1	otros enlaces biográficos 1
	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
48	web_otras2	otros enlaces biográficos 2
	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
49	web_otras3	otros enlaces biográficos 3

	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	Nominal
variable	nombre	rótulo
50	web_otras4	otros enlaces biográficos 4
	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
51	web_otras5	otros enlaces biográficos 5
	definición	Otras páginas web con datos biográficos individuales del diputado
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
52	base_argentina_nombres_oficial_hcdn_cate_j	página de inicio diputados Argentina
	definición	Sitio web oficial de la Cámara Argentina de Diputados con los nombres de los diputados del período 2015/2019.
	medida	nominal
variable	nombre	rótulo
53	fecha_levantamiento_datos	fecha de levantamiento de datos de la Argentina, Brasil e Chile
	definición	Fecha en que se recogieron los datos biográficos y de carrera política de los participantes de Argentina, Brasil y Chile.
	medida	escalar
variable	nombre	rótulo
54	fecha_levantamiento_link_camara_federal_mexico	fecha de levantamiento de datos de México
	definición	Fecha en que se recolectaron los datos biográficos y de carrera política de los diputados en México
	medida	Escalar
Variable	Nombre	rótulo
55	obs	observaciones
	Definición	Observaciones generales y comentarios sobre los datos
	Medida	nominal

Authors:

Juan Francisco Arrom Suhurt

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2350-0759>

Adriano Codato

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

The dataset could not have been compiled without the help, advice, and datasets provided by many colleagues including **Liza Larriera Rojas, Bruno Fernando da Silva, Maiane Bittencourt, Amanda Sangalli**.

It would be appreciated if you would let me know of any errors or omissions in this release of the dataset: jfsuhurt@gmail.com and these will be amended in subsequent versions.